

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

MARA LÚCIA CABRAL MARCELINO

**A IMAGEM DOS “NEGROS DA GUINÉ” NO CONTEXTO DA EXPANSÃO
MARÍTIMA PORTUGUESA: A CRÔNICA DE GOMES EANES DE ZURARA
(1453)**

ALFENAS/MG

2021

MARA LÚCIA CABRAL MARCELINO

**A IMAGEM DOS “NEGROS DA GUINÉ” NO CONTEXTO DA EXPANSÃO
MARÍTIMA PORTUGUESA: A CRÔNICA DE GOMES EANES DE ZURARA
(1453)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Alfenas – Unifal/MG. Área de concentração: História Ibérica. Orientador: Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski.

**ALFENAS/MG
2021**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas

M314i Marcelino, Mara Lúcia Cabral.
A imagem dos “Negros da Guiné” no contexto da expansão marítima Portuguesa: a crônica de Gomes Eanes de Zurara (1453). / Mara Lúcia Cabral Marcelino -- Alfenas/MG, 2021.
89f. : il. –

Orientador: Carlos Tadeu Siepierski.
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, 2021.
Bibliografia.

1- Guiné-Bissau. 2. Negros. 3. Portugal. I. Siepierski, Carlos Tadeu.
II. Título.

CDD-946.9

Ficha Catalográfica elaborada por Fátima dos Reis Goiatá
Bibliotecária-Documentalista CRB/6-425

MARA LÚCIA CABRAL MARCELINO

**A IMAGEM DOS "NEGROS DA GUINÉ" NO CONTEXTO DA EXPANSÃO
MARÍTIMA PORTUGUESA: A CRÔNICA DE GOMESEANES DE ZURARA
(1453)**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovada em: 16 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Profa. Dra. Elaine Ribeiro da Silva dos Santos
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG

Profa. Dra. Lívia Nascimento Monteiro
Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Tadeu Siepierski, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2021, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Ribeiro da Silva dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2021, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Nascimento Monteiro, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2021, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_a_cesso_externo=0, informando o código verificador **0464676** e o código CRC **AC787237**.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Alfenas, pela oportunidade e possibilidade de transformação a minha carreira profissional.

Agradeço aos professores e coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, Mestrado Profissional, pela atenção e incentivo.

Aos professores Prof.^a Dr^a Elaine Ribeiro da Silva dos Santos e o Prof. Dr. Luiz Antônio Sabeh, por aceitarem gentilmente, integrar a banca de qualificação desta dissertação, pelas contribuições e sugestões.

Ao meu orientador Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski pela paciência e pertinência, que foram fundamentais na produção da pesquisa.

À Professora Livia Nascimento Monteiro, pela participação na banca de defesa.

Aos meus familiares cujo apoio e compreensão foram importantes para a realização deste trabalho.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender as narrativas de viagens, como forma de ação política, ou seja, utilizadas como instrumento de poder; neste caso o poder de construir uma imagem sobre o “outro” e, a partir dessa construção, justificar a dominação sobre eles e, assim, abrir caminho para as conquistas ultramarinas. A fonte para essa pesquisa é a Crônica de Guiné, de Gomes Eanes de Zurara, escrita em 1453. Para análise e contextualização do documento, foi necessária a compreensão do contexto histórico de Portugal no século XV e a avaliação dos possíveis significados de produção de uma obra, seja de qual natureza for, pois toda produção é filha do seu tempo. Analisaremos, assim, o conteúdo histórico da narrativa para saber, primeiramente, como os negros foram percebidos neste documento que pode ser considerado um marco da expansão portuguesa na África, e, a seguir, em quais tradições intelectuais (conceitos, expressões, assertivas, autores, etc.) o seu autor fundamentou as suas interpretações sobre os negros. Diante do exposto, as narrativas de viagem no contexto da expansão marítima ibérica, podem expressar as concepções de mundo, a cultura, o pensamento da sociedade e da época de quem as elaborou. Afinal, elas são expressões literárias e intelectuais do tempo histórico e da sociedade em que foram escritas. Em relação ao seu conteúdo, a crônica em estudo segue a tendência histórica analisada por T. Todorov sobre a conquista da América, pois nela encontramos uma descrição detratadora, isto é, distorcida, dos negros da Guiné. Essa descrição pode ter sido um dos primeiros exemplos intelectuais eurocêntricos da classificação dos negros como sendo inferiores e bárbaros, para afirmar a superioridade do homem branco e justificar a dominação sobre eles nos séculos seguintes. Os dados colhidos permitiram o desenvolvimento de um roteiro para a elaboração do Objeto de Aprendizagem, material didático digital onde propomos uma sequência com a temática trabalhada.

Palavras-chave: Crônica da Guiné. “Negros da Guiné”. Expansão Marítima Portuguesa.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the narratives of travel, as a form of political action, that is, used as an instrument of power; in this case the power to build an image on the "other" and, from this construction, justify domination over them and thus make way for overseas conquests. The source for this research is the Chronicle of Guinea, by Gomes Eanes de Zurara, written in 1453. For analysis and contextualization of the document, it was necessary to understand the historical context of Portugal in the fifteenth century and the evaluation of the possible meanings of production of a work, whatever nature, because all production is the daughter of its time. Thus, we will analyze the historical content of the narrative to know, first, how blacks were perceived in this document that can be considered a milestone of Portuguese expansion in Africa, and then on which intellectual traditions (concepts, expressions, assertive, authors, etc.) its author based its interpretations on blacks. In view of the above, the narratives of travel in the context of iberian maritime expansion can express the conceptions of the world, culture, the thought of society and the time of those who elaborated them. After all, they are literary and intellectual expressions of historical time and the society in which they were written. In relation to its content, the chronicle under study follows the historical trend analyzed by T. Todorov on the conquest of America, because in it we find a detractor description that is, distorted, of the blacks of Guinea. This description may have been one of the earliest Eurocentric intellectual examples of the classification of blacks as inferior and barbaric, to affirm the superiority of the white man and justify domination over them in the following centuries. The data collected allowed the development of a script for the elaboration of the Learning Object, digital didactic material where we propose a sequence with the theme worked.

Keywords: Chronicle of Guinea. "Blacks of Guinea". Portuguese Maritime Expansion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA	15
2.1	A POLÍTICA EXPANSIONISTA PORTUGUESA NO NORTE DA ÁFRICA.....	15
2.2	A EXPANSÃO ULTRAMARINA SÉCULO XV: A COSTA OCIDENTAL AFRICANA.....	20
3	OS RELATOS DE VIAGENS	32
3.1	A CRÔNICA DE GUINÉ.....	34
3.2	GOMES EANES DE ZURARA	38
4	A IMAGEM DO NEGRO SEGUNDO OS RELATOS DE GOMES EANES DE ZURARA	42
4.1	PRIMEIROS CONTATOS.....	42
4.2	MOUROS, INFIÉIS, GENTIS OU PAGÃOS	45
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
5	OBJETO DE APRENDIZAGEM	54
5.1	O USO DE OBJETO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO.....	55
5.2	CONTEÚDOS ABORDADOS	59
5.3	SEQUÊNCIA DIDÁTICA	61
	REFERÊNCIAS	69
	ANEXOS	73

1 INTRODUÇÃO

O Norte da África até o século XV já era conhecido pelos europeus, território dominado pelos árabes, desde o século VII, período marcado pelo nascimento e desenvolvimento do islã, que iniciou suas conquistas na Península Arábica, avançando pelo Norte da África até o Marrocos. Em 711, os muçulmanos atravessaram o Estreito de Gibraltar rumo a Península Ibérica, ocupando-a e realizando, sob a bandeira da nova religião, conquistas por quase toda península, permanecendo durante os próximos séculos com o domínio da região. A partir do século XI, teve início a chamada Reconquista Ibérica, e de forma bem-sucedida conseguiram pôr fim a Reconquista contra os mouros, e as áreas retornaram para o domínio dos cristãos, sendo Portugal o primeiro a expulsar de seu território os mouros, como eram chamados os árabes dentro da península, e retomar o controle das regiões ocupadas, fixando suas fronteiras e consolidando o reino português.

Assim, Portugal deu continuidade à luta contra o infiel ou mouro, como era chamado o árabe muçulmano. Após expulsá-los do reino, decidiram que a luta continuaria em outro espaço, no próprio território muçulmano, o Norte da África. As ações portuguesas começaram com a tomada de Ceuta, na praça marroquina, e a partir do Norte partiram para outras áreas da costa ocidental africana. Na primeira metade do século XV, as ações portuguesas das primeiras conquistas foram incentivadas por fator religioso. A intolerância religiosa desenvolvida nesse momento, somada a outros argumentos serviu como um dos motivos impulsionadores, que levaram os portugueses a lançarem-se ao mar, no alvorecer da era moderna.

Portanto, o período de contato que os portugueses mantiveram com os mouros, possibilitou os conhecimentos sobre os povos da costa, os árabes já negociavam cativos negros retirados de regiões ao Sul, que tiveram participação importante no contexto da expansão marítima. O Norte da África, desde o século XIV, possuía rotas de comércio, onde os negociantes transitavam pela Europa negociando e trocando informações referentes a procedência das mercadorias vindas de regiões da África Subsaariana. A Coroa portuguesa obteve informações de mercadores islâmicos que circulavam entre Norte da África e o Mar Mediterrâneo, e a partir da primeira metade do século XV, os dados adquiridos ajudaram Portugal a arquitetar as conquistas na praça marroquina. Nesse sentido, acreditavam que a região possuía muitas riquezas, e poderia ajudar sanar a crise que se encontrava o reino, a área também foi importante nas relações entre europeus e africanos, e para os portugueses representava uma possibilidade de combater o infiel, além do alargamento de suas fronteiras fora da península.

Porém, nessa perspectiva destacamos o empenho dos portugueses em alcançar a Terra dos Negros, região conhecida como Guiné, situada na Costa Ocidental africana. Em relação a esses territórios sobressaem os interesses econômicos da coroa portuguesa, que foram decisivos para os empreendimentos portugueses na costa atlântica. Os conhecimentos adquiridos por intermédio dos muçulmanos sobre as populações do interior da África, alertaram os portugueses no avanço das terras africanas, para alcançarem seus objetivos econômicos. Mas, o Saara representava uma barreira difícil de ultrapassar, o meio hostil do deserto não favorecia chegar às regiões ao sul. Atravessando-o, os portugueses decidiram enfrentar o mar, pelo Oceano Atlântico. Possivelmente, as terras da Guiné, situadas para além do Cabo Bojador representavam para os portugueses o encontro de metais preciosos e a reposição da demanda necessária do ouro, um dos fatores que estimularam as viagens.

No entanto, estamos tratando de um período que enfrentar o mar, ainda causava temor, os europeus tinham uma visão voltada a uma antiga forma de representação do mundo, somadas a aspectos medievais, ficando situada entre o mítico e o real. Dessa forma, era impensável navegar pelo Atlântico, pelo desconhecimento geográfico e as dificuldades técnicas. A sua imagem estava ligada a mistérios e remotas lendas do mundo antigo, que prevaleceram adaptadas aos interesses da cristandade, até o início da Idade Moderna. Os navegadores portugueses acreditavam que aquele que ultrapassasse o cabo denominado Não, localizado na costa marroquina, jamais regressaria. Ainda assim navegaram em lugares incógnitos e conquistaram espaços inexplorados, terras que antes só faziam parte do imaginário do navegador, possibilitando, assim, as conquistas do século XV que expandiram os territórios de Portugal.

Enfim, após a ultrapassagem do Cabo Bojador, destacamos o início dos primeiros contatos entre portugueses e africanos, na região da Guiné. Encontros ocorridos com os negros no seu território, no decorrer do século XV, período que foi usado como recorte cronológico, que é pertinente ao início das conquistas portuguesa na África, contexto da expansão quatrocentista. Momento que os acontecimentos inauguraram um novo tempo, com a abertura do Oceano Atlântico como um espaço de negociações. Segundo a análise da historiadora Mariza de Carvalho Soares, uma das mais importantes mudanças do período é o nascimento de uma nova geografia que incorpora a Guiné ao universo cognoscitivo europeu. “Mais que qualquer outra parte do mundo a Guiné é o lugar dos tempos modernos. É na exploração de suas terras e de seus mares que os portugueses constroem a modernidade ibérica”. Nesse sentido, destaca-se a importância da região que foi incluída nesse mundo moderno, com suas características e povos que habitavam a costa atlântica abaixo do Cabo Bojador.

No entanto, com o avanço das conquistas em regiões africanas, foram produzidas pelos cronistas do reino, com a ajuda dos viajantes, as crônicas e os relatos de viagens, fonte de informação que narrou as ações dos viajantes envolvidos no movimento expansionista português. Para elaboração do trabalho foi usada como fonte a Crônica da Guiné, escrita por Eanes Gomes de Zurara, na segunda metade do século XV, primeira narrativa portuguesa sobre os acontecimentos e povos africanos contatados com a ultrapassagem do Cabo Bojador na costa ocidental africana. Esta obra possui significados históricos, pois o documento apresenta valor como testemunho de uma época em que o mar deixou de ser um obstáculo para as conquistas lusitanas. Além disso, apresenta consideráveis descrições dos costumes dos povos que habitavam a costa africana com quem os portugueses mantiveram contato a partir do início do século XV.

Ademais, as narrativas de viagem no contexto de expansão marítima ibérica do século XV, sobre povos até então desconhecidos, podem expressar as concepções de mundo, a cultura, o pensamento da sociedade e da época de quem as elaborou. Afinal, elas são expressões literárias e intelectuais do tempo histórico e da sociedade em que foram escritas. Em relação ao seu conteúdo, a crônica em estudo segue a tendência histórica analisada por T. Todorov sobre a conquista da América, pois nela encontramos uma descrição detratadora, isto é, distorcida, dos “negros da Guiné”. Essa descrição pode ter sido um dos primeiros exemplos intelectuais eurocêntricos da classificação dos negros como sendo inferiores e bárbaros, para afirmar a superioridade do homem branco e justificar a dominação sobre eles nos séculos seguintes.

A partir dessas considerações, se estabelece a seguinte problematização: De que forma o cronista português Gomes Eanes de Zurara construiu a imagem dos negros da Guiné, no contexto das navegações quatrocentistas? Que categorias são atribuídas aos negros nesse momento histórico? Nota-se que foi a partir do imaginário dos europeus que constituíram os referenciais depreciativos para a construção da imagem de povos africanos, produzidas ao longo do século XV. Porém, no sentido de explicar o “outro”, buscamos uma tentativa de reconstituição da imagem do africano pelos portugueses, dada o alcance da problemática. Para interpretá-los desse modo, dois conceitos serão essenciais, o primeiro é o conceito de imagem, que produzido num determinado contexto representa o olhar de quem observa, ou os remete ao imaginário do objeto não observado. Inicialmente, definir esse conceito permitirá compreender como, por meio dessas explicações, a imagem do negro que nos chegou não foi um retrato do real. A definição apresentada por Lúcia Santaella (2008), argumentando que “não há imagens como representações visuais que não tenham surgido de imagens na mente daqueles que as

produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais” (SANTAELLA, 2008).

Em seguida, temos a explicação do segundo conceito: alteridade, apresentado na obra de Tzvetan Todorov que mostra como as diferenças causadas pelo choque entre duas culturas, desenvolvida a partir da percepção que os espanhóis tiveram dos indígenas, com a chegada ao novo mundo. Julgamento usado como exemplo para discutir as questões de alteridade, no contexto da expansão marítima, impactadas por portugueses e africanos.

Dessa forma, foram apresentadas as questões que nortearam este trabalho, com o intuito de compreender as informações obtidas por meio da análise de documentos escritos nesse contexto, assim como, as ações que ocorreram do encontro com os povos que viviam na costa ocidental, procurando contribuir para os estudos das populações que habitava os territórios abaixo do Bojador na costa ocidental atlântica, especificamente da região conhecida como Guiné. A pesquisa justifica-se pela importância do tema, apesar de nos últimos anos terem surgidos consideráveis trabalhos na área, ainda há espaço para novas discussões. Portanto, outra consideração a ser feita é a preocupação em contribuir para o enriquecimento dos currículos do ensino básico, a temática é pouco discutida nos materiais didáticos e, mesmo que nos últimos anos tenham ocorridos avanços historiográficos com a inserção da História da África no ensino de história, trata-se de políticas públicas com forte repercussão pedagógica. De acordo, com a “Lei nº 10.639/10 da Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (BRASIL, 2006, p.17).

A obrigatoriedade da Inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos Currículos da Educação Básica, trata-se do reconhecimento das lutas contra as desigualdades entre a população de brancos e negros no Brasil. Mas, para reconhecer é preciso valorizar, nesse sentido a política de reparação está voltada para as ações afirmativas no combate das disparidades raciais e sociais.

Assim, o trabalho tem por finalidade compreender as narrativas como uma forma de ação política, ou seja, como elas podem ser utilizadas como instrumento de poder; neste caso o poder de construir uma imagem sobre o outro e, a partir dessa construção, justificar a dominação sobre o outro e, de tal modo, abrindo caminho para as conquistas ultramarinas. Ao analisar o conteúdo histórico da narrativa de viagem conhecida como Crônica de Guiné, de 1453, procuramos examinar as questões para saber: 1) como os negros foram percebidos neste documento que pode ser considerado um marco da expansão portuguesa na África, 2) em quais

tradições intelectuais (conceitos, expressões, assertivas, autores, etc.) o seu autor fundamentou as suas interpretações sobre os negros.

Nessa perspectiva, para a elaboração da pesquisa utilizamos trabalhos de alguns historiadores desse campo de conhecimento, para a discussão da problemática, como José da Silva Horta (1991), que analisou a imagem do africano pelos portugueses em dois momentos, antes dos contatos e os primeiros olhares sobre o africano da Saara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV inícios do século XVI). Seus estudos fazem uma tentativa de reconstituição da imagem do africano produzida pelos portugueses, a partir das narrativas que abrangem os primeiros contatos, em um dado momento no início do século XV. Com diferentes agentes culturais, o encontro de culturas produziu um discurso antropológico que permanece até o período atual, segundo o autor “nada teria causado mais estranheza e curiosidade aos cristãos do que os hábitos dos povos da África” (HORTA,1991).

Os estudos de Silvio Marcus de Souza Correa (2002), por sua vez buscou analisar as narrativas que compreendem os contatos entre portugueses e africanos, sob o olhar atento de Alvise Cadamosto, navegador veneziano a serviço da coroa portuguesa. Em dois momentos, a viagem de 1455 e em 1456, a região da Guiné, grande fonte de exploração para a coroa portuguesa, vinha sendo empreendida pelos europeus e o negro africano observados pelos navegadores. A descrição dos povos que viviam na região, é mencionada no relato do viajante, em um momento que a empresa marítima portuguesa, buscava uma nova postura para os empreendimentos, a formação de alianças com a população local. A construção da imagem do negro no relato de viagem, foi uma análise das informações sobre a vida, os costumes, a organização social, política e econômica dos africanos.

Na dissertação de Katiúscia Quirino Barbosa (2017), intitulada: A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV, a autora procurou abranger os impactos da expansão ultramarina nas terras abaixo do Cabo Bojador, inserindo o Oceano Atlântico e a região da Guiné um em processo de desenvolvimento no novo espaço. Destacando, esse novo espaço como lugar de alteridade, o choque entre culturas diversas e o do contato com o “outro”, para explicar aquilo que nos é externo que surgiram das relações estabelecidas entre europeus e africanos, com o intuito de compreender a construção da relação de alteridade com os povos da região da Guiné que se dá diante do desconhecido.

Para análise da crônica foi traçado um quadro histórico de Portugal durante o século XV para a contextualização da referida crônica, usando as concepções teórico- metodológicas desenvolvidas por Quentin Skinner. De acordo com esse autor, é necessária a compreensão do contexto histórico para analisar os possíveis significados de produção de uma obra seja de qual

natureza for, pois toda produção é filha do seu tempo. Além disso, é necessário também conhecer as tradições intelectuais em que os seus autores se apoiaram para organizar os seus argumentos a respeito do que ele escreve. Sendo assim, a partir da leitura da Crônica foi realizado um levantamento de dados referentes aos conceitos usados pelo autor para adjetivar os negros de Guiné. É importante analisar estas expressões utilizadas para descrever os negros, pois, por meio delas, podemos compreender as maneiras como o autor vê o outro, nesse caso os negros de Guiné. O conquistador em suas novas aquisições procurava riquezas e os povos considerados inferiores estavam entre os bens que seriam conquistados. Para compreender melhor as questões relacionadas aos primeiros contatos entre os europeus e os negros africanos foram utilizadas referenciais de Tzvetan Todorov, que constrói uma interpretação a partir dos discursos feitos pelos espanhóis sobre os povos americanos. Em sua obra “A conquista da América: a questão do outro”, Todorov parte do pressuposto de que a América já havia sido inventada antes de descoberta, ou seja, Colombo tinha uma ideia pré-concebida do que iria encontrar na América e isso influenciou a sua relação com o outro.

Com base na percepção que Zurara teve dos negros, foi construído um banco de dados, contendo os adjetivos utilizados por esse intelectual ibérico, como forma de identificar o repertório conceitual utilizado para descrever os negros. O vocabulário que era usado neste tempo histórico nos leva a conhecer a mentalidade dos homens que viveram nesta época, o que nos permite indicar de modo geral traços da maneira como pensavam e como justificavam suas ações. Logo, torna-se essencial um levantamento dos autores utilizados pelo cronista, bem como ele se apoiou nestes autores para sustentar sua interpretação sobre os habitantes da Guiné.

Para melhor discussão do tema, o trabalho está dividido em quatro capítulos, no primeiro capítulo, denominado: A Expansão Marítima Portuguesa, analisamos aspectos do processo da expansão marítima portuguesa, estabelecendo relação do contexto histórico com os interesses que levaram os portugueses a se lançarem ao mar. A análise foi dividida em dois tópicos: o primeiro relacionado às conquistas ao norte da África, fase inicial da política expansionista. Organizada pela coroa portuguesa e com caráter cruzadístico, os motivos religiosos interpretados no espaço de cruzada, a luta contra os infiéis em seu próprio território, iniciada em 1415 com a tomada da praça marroquina de Ceuta. Nesse primeiro momento, D. João I colocava em prática o projeto político expansionista, um empreendimento antigo dos reis de Portugal, que devido à crise do século XIV não foi possível executar. Outro ponto analisado são as questões relacionadas a legitimação da dinastia de Avis, os grupos que apoiaram o rei durante a revolução e sua aclamação, tinham interesses pessoais nos empreendimentos. Portanto, as conquistas no Marrocos, possibilitou ao monarca, a oportunidade em atender

interesses pessoais como tornar cavaleiros seus filhos mais velhos e ajudar os grupos que o apoiaram nos momentos de crise.

O segundo tópico trata do avanço da expansão portuguesa sobre o Oceano Atlântico, primeiro a exploração das ilhas, que serviam de escalas para os navegadores, em diferentes momentos durante a primeira metade do século XV e, posteriormente ao longo da costa Ocidental africana, região conhecida como Guiné ou Terra dos Negros. Nessa perspectiva, as conquistas portuguesas promovidas por D. Henrique, que comandou a empresa marítima de 1415 a 1460 ano de sua morte, vê a possibilidade de lucrar com as viagens, os interesses comerciais e fatores econômicos estão mais presente nesse período, o aspecto material sobressai aos espirituais.

O segundo capítulo consiste na análise da fonte de pesquisa: a crônica de Guiné, escrita por Gomes Eanes de Zurara em 1453. Tem por objetivo a discussão sobre os relatos de viagem, como se expressam na crônica a fase inicial da expansão marítima portuguesa. Documentos que constituem a principal forma de acesso de informações do período. Com a descrição da fonte, consideramos suas particularidades e as problemáticas relacionadas a época que foi produzida. Apresentando também dados do autor da obra, e quem encomendou sua produção, nesta encontramos os primeiros relatos relacionados aos feitos portugueses na África, a memória construída em Portugal sobre o movimento da expansão marítima.

No terceiro capítulo, intitulado A Imagem do Negro segundo os relatos de Gomes Eanes de Zurara, analisamos os dados obtidos na crônica da Guiné de 1453, para a construção da imagem dos negros, a partir dos primeiros contatos entre portugueses e africanos no contexto da expansão marítima portuguesa. Nos deparamos com um processo em desenvolvimento, que já vinha sendo construído através do imaginário europeu, as primeiras imagens do outro estava num processo construtivo. E que acompanhará a imagem construída dos negros em um novo espaço, onde esses indivíduos eram considerados selvagens, inferiores. Nesse sentido, estes indivíduos já faziam parte do imaginário europeu, e vão ser projetadas sobre eles imagens e ideias relacionadas a outras populações. A descoberta do outro, em um novo espaço geográfico, o novo sendo inserido em um mundo arquitetado pelos europeus, após experiências adquiridas com o contato, os europeus buscavam confirmar o que já sabiam. Diferente do mundo que o europeu vivia, os povos da Guiné possuíam uma organização social, política e cultural distinta, num mundo organizado dessa forma que lugar esses indivíduos ocupariam. Essa diferença entre os europeus e africanos serviram de argumentos para a construção da imagem dos negros e as projeções sobre seres recentemente descobertos, e que, até certo ponto causaram surpresa e despertaram estranhamento.

O quarto capítulo é dedicado ao Objeto de Aprendizagem, material elaborado a partir de dados obtidos com a pesquisa, a produção do material constitui uma forma de uso de tecnologias digitais, ferramenta pedagógica para auxiliar os docentes em sala de aula. Buscando desenvolver atividades de aprendizagem, e como parte das tendências atuais nas políticas educacionais, também como requisito do mestrado profissional em História Ibérica. De acordo com a resolução de 2015:

Na resolução Nº 2 de 2015 para Formação dos Profissionais do Magistério para Educação Básica: Base comum Nacional, traz em seu texto Art. 5º ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos (das) professores e estudantes (BRASIL, 2015, p.6).

As TIC's, tecnologia de informação e comunicação, constitui uma forma de desenvolver capacidades associados à criação de conhecimento. Nessa perspectiva, com o uso dessas ferramentas espera-se que alunos e professores sejam capazes de criar oportunidades ao utilizarem esses mecanismos para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, tornando a disciplina de história mais atrativa e criativa. O uso das tecnologias no contexto educacional se tornou uma ferramenta pedagógica muito importante, são recursos que de uma forma ou de outra, estão ao nosso alcance. Portanto, o uso das tecnologias juntamente com o trabalho do professor, traz um resultado positivo no contexto de desenvolvimento do ensino-aprendizagem e do ponto de vista pedagógico é significativa a ação do professor no sentido de promover o desenvolvimento das habilidades e capacidades dos alunos.

2 A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

O processo de desenvolvimento do expansionismo português, começou a partir do século XV, motivado por aspectos religiosos. Mas, passou a ter elementos prioritários, que acentuariam a necessidade de um crescimento e de recuperação econômica que se seguiu à crise do século XIV. Esbarrava em alguns problemas dificilmente solucionáveis no âmbito das práticas econômicas tais como vinham sendo realizadas. De um modo geral, o capítulo busca discutir, os fatores que explicam o fato de Portugal ter sido o primeiro país a se aventurar em empreendimentos marítimos, a ponto de, muito antes de qualquer outro país europeu, deter um considerável império colonial.

Figura 1: Planisfério: rotas marítimas portuguesas.



Explorações e descobertas portuguesas: primeiros lugares e datas de chegada; principais rotas de comércio de especiarias portuguesas no Oceano Índico (azul); territórios reivindicados durante o reinado do rei João III (c. 1536) (verde); Principais fábricas (laranja)

Fonte: pt.wikipedia.org

2.1 A POLÍTICA EXPANSIONISTA PORTUGUESA NO NORTE DA ÁFRICA

A Tomada de Ceuta, em 1415, no Marrocos foi um dos principais acontecimentos do reinado de D. João I. Com a morte de D. Fernando, o rei assumiu o trono português após a crise dinástica de 1383-1385. O Mestre de Avis reinou até 1433, testemunhando os primórdios da

expansão portuguesa. Sob o comando dos infantes filhos do rei, o exército e as expedições portuguesas viram a oportunidade de terem o domínio da região, o que motivou os investimentos para alcançarem o objetivo das conquistas em território africano. Além disso, após expulsarem os últimos mouros de terras portuguesas, a nova dinastia decidiu lutar contra os infiéis, em solo africano, aliando questões religiosas com o desejo de obter territórios. Enfim, Bernardo Vasconcelos e Sousa explica:

De qualquer modo, a expedição a Ceuta tinha sido meticulosamente planeada, provavelmente desde 1409, embora só depois da paz com Castela, em 1411, se tenham intensificado os preparativos. A iniciativa foi, sem dúvida, da coroa, a única entidade que, em Portugal, podia então conceber, preparar e levar a cabo uma empresa daquela dimensão. Desde as informações por espiões sobre a cidade a conquistar, até à formação de uma importante armada que terá reunido cerca de duzentos navios e 20 mil homens, passando pela reunião dos meios financeiros para pôr em marcha o plano, nunca até então em Portugal a coroa se empenhara numa ação de tal envergadura. (SOUSA, 2009,p.176)

Portanto, as incursões contra os muçulmanos, era um desejo antigo, os monarcas portugueses, acreditaram na possibilidade de conquista das terras dos infiéis na África, que faziam parte da política de alargamento do reino, desde o reinado de D. Afonso IV, quando recebeu a bula *Gaudemus et exultamus* (1341), renovada por várias ocasiões em momentos posteriores. A política expansionista portuguesa foi possível com o apoio de setores interessados nas conquistas marítimas, e também a política da Santa Sé contra o inimigo da cristandade, o islã, com a concessão das bulas papais, conhecidas também como bulas de cruzadas.

Segundo o cronista Zurara, o monarca e seus filhos, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, perceberam que poderiam promover acontecimentos de interesse pessoais, sendo a ocasião de armar cavaleiros os príncipes e engrandecer os feitos realizados no Norte da África. Essas ações contribuíram para legitimar a nova dinastia, que chegara ao poder com o apoio da nobreza e do povo, devido às circunstâncias que levaram a ascensão da casa de Avis. O rei estava devendo um grande feito, havia a necessidade de recompensar o apoio que recebeu durante a crise e na sua aclamação em 1385. Para se firmar e ter mais prestígio decidiu promover uma realização ampla, um acontecimento com armas, que trouxesse reconhecimento aos participantes. Assim, rei e seus filhos mais velhos, combatendo os inimigos muçulmanos em África, teria oportunidade de prestigiar o povo português pelo apoio e de tornar cavaleiros seus herdeiros.

Porém, a decisão pela conquista da praça marroquina fazia parte do projeto político expansionista que começou a ser organizado, logo após a unificação do reino e a paz estabelecida com Castela, por volta de 1411, posto em prática em 1415 com a conquista de Ceuta. Como apresenta Maria Helena da Cruz Coelho (2008):

Desenhada a paz no horizonte com alguma estabilidade, em 1411, urgi repensar o país. E esse estava carenciando e talvez ainda mais expectante. Mas não bastaria, para resolver muitos dos seus problemas, olhar apenas para dentro. As riquezas no interior do reino encontravam-se exauridas. A terra faltava para agraciar vassalos e pagar serviços, Os metais preciosos para a cunhagem de boa moeda não existia no reino. E os cereais que pudessem alimentar as bocas, esses eram sempre de exígua produção, obrigando a que circuitos de importação fossem continuamente accionados. Alhures podiam estar os recursos que o reino escasseavam. Era preciso procurá-los e perseguí-los. E mobilizar as forças sociais do reino numa acção conjunta por Portugal, que as arrebatasse com o mesmo denodo com que outrora se haviam congregado em torno da causa comum de afasta o perigo castelhano (COELHO,2008, p.227).

Nesse sentido, a princípio, a legitimação da nova dinastia seria justificada pela ampliação da fé cristã, nas fontes portuguesas do período, o cronista defende a ideia de que o combate ao islã continuava fora da Península Ibérica, porém em seu próprio território, em terras dos mouros, com a propagação do cristianismo. “ A conquista do mundo islâmico, todavia, fazia parte de diversos projetos portugueses desde o século XIII e XIV” (GODINHO, 1944, p.11). Mas, devido ao contexto do século XIV em que a Europa enfrentou a peste negra e passou por uma grave crise, que devastou o continente, deixando a península em situação desfavorável, não foi possível realizar o empreendimento. Em Portugal, ocorreram também as constantes guerras com Castela e o processo revolucionário que ascendeu a dinastia de Avis. De acordo com Charles R. Boxer, além do caráter cruzadista o movimento tinha outras motivações:

[...]mas os impulsos fundamentais por trás do que se conhece como “Era dos Descobrimento” sem dúvida surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções. Até os motivos primordialmente inspirados por Mamona* muitas vezes apareciam entrelaçados a coisas que pertenciam a César e a Deus – como mostra o caso do comerciante medieval italiano de Prato, que encabeçava todas as páginas de seus livros comerciais com a invocação: “ Em nome de Deus e do Lucro”. Correndo o risco de uma simplificação exagerada pode-se, talvez, dizer que os quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses (reis, príncipes, nobres ou comerciantes) foram, em ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos graus: (1) o fervor empenhado na cruzada contra o muçulmano; (2) o desejo de se apoderar do ouro da Guiné; (3) a procura de Preste João; (4) a busca de especiarias orientais. (BOXER, 2002, p. 34)

Portanto, podemos concluir que o início do movimento expansionista português, em terras africanas defendia um projeto de espírito cruzadístico. Portugal teria vantagens diante da Santa Sé e o sucesso em terras de mouros, contribuiria para o aumento do poder da Igreja e do clero. Charles Boxer, um estudioso do período em Portugal, no primeiro capítulo de seu livro: O Império Marítimo Português (2002), observa que foram acontecimentos importantes, a conquista e permanência dos portugueses na praça marroquina. As ações foram “inspiradas pelo

ardor de cruzados que visavam desferir um golpe nos infiéis, e pelo desejo dos príncipes de Portugal, de serem teatralmente armados cavaleiros no campo de batalha”. Para o autor, essa é a explicação tradicional propostas pelos cronistas da época, mas não é aceita por todos os historiadores modernos (BOXER, 2002, p. 34).

Nessa perspectiva, são diversas as opiniões sobre as razões que levaram D. João I empreender em terras africanas, as motivações, os interesses materiais e pessoais. Também temos as questões relacionadas com as embarcações portuguesas, as navegações cristãs que sofriam com os ataques da pirataria moura. Do ponto de vista econômico e estratégico, representava um perigo em regiões do Mediterrâneo Ocidental, Oceano Atlântico próximo a península, na costa do Algarve e Estreito de Gibraltar, espaços navegados pelos europeus. O domínio da região significava mais segurança aos navios lusitanos, como observa Bernardo Vasconcelos e Sousa em seu texto: O início da expansão ultramarina (século XV).

Ceuta, era uma importante cidade portuária e comercial que dominava o estreito de Gibraltar e a passagem entre o Mediterrâneo e o Atlântico. De Ceuta partiam e a Ceuta se recolhiam as embarcações que atacavam navios cristãos e as costas do Algarve, numa atividade de corso e de saque que estava longe de terminar. A conquista da cidade aumentaria, portanto, a segurança das navegações cristãs e apertaria o cerco ao reino de Granada, que assim veria dificultadas as suas ligações com o Norte da África. Permitiria , por isso, que o monarca português apresentasse o seu feito perante o papa e perante o conjunto da cristandade como iniciativa de combate ao infiel e, nesta medida, como um ato legitimador da nova dinastia. (SOUSA, 2009, p.175)

A cidade de Ceuta tinha uma importância significativa situada no espaço da expansão portuguesa, ponto estratégico para o domínio da navegação do estreito de Gibraltar. Possessão muçulmana por onde circulava as caravanas de comerciantes árabes vindos de diversas regiões, com rotas que passavam pela cidade marroquina no norte da África. A ocupação da praça marroquina surgiu como a possibilidade de obter ganhos imediatos através do saque daquele que era considerado um rico centro de comércio marroquino. Ou seja, permitia a Portugal, economicamente, o controle das rotas de comércio, principalmente ouro e especiarias vindas da Índia. No início do século XV, era um alvo estratégico para o controle das navegações entre Atlântico e Mediterrâneo, as mercadorias vindas da Ásia passavam pelos portos de Ceuta. O que ocorre depois é a transferência do eixo econômico do Mar Mediterrâneo para o Atlântico. Ceuta fora o primeiro passo para a abertura da expansão dos territórios, como explica Vitorino Magalhães Godinho:

Como abertura da expansão conquista-se Ceuta por ser porto comercial e base para os cereais de Marrocos, Ceuta não foi a substituição de um torneio, mas a consequência da Revolução de 1383-85, que elevou ao poder a burguesia comercial marítima: esta classe é que desejou o feito, (GODINHO, 2008, p.8)

Portanto, podemos concluir que a coroa portuguesa tinha instruções sobre a região ao norte da África, o suficiente para o envio das expedições, mas sem deduzir até que ponto eram verdadeiras. Essas informações vinham de mercadores, que praticavam o comércio transaariano do ouro, e circulavam pela região das rotas de caravanas com outras regiões africanas, e também os cativos levados para o reino, que conheciam os territórios. Nessa perspectiva:

É difícil saber a extensão do conhecimento dos portugueses sobre a África antes do século XV. Até então os europeus conhecem a costa mediterrânea, o Egito, o Saara e o norte da costa ocidental atlântica. Alguns autores distinguem a Etiópia Oriental da Etiópia Ocidental, também chamada Etiópia de Guiné, situada no “mar exterior” e quase de todo desconhecida, mas de onde, pelo Saara, chegam ao Mediterrâneo, metais preciosos, penas de avestruz, peles, escravos e marfim. Em 1415, com a tomada de Ceuta, a dinastia de Avis conquista não apenas uma importante praça comercial, mas também a oportunidade de melhor conhecer os mares e a geografia africana. (SOARES, 2000, p.73)

Por consequência, com os dados necessários e conhecimentos, foi possível conquistar a cidade marroquina. Zurara (1841) apresenta em sua crônica relatos de informações de que os portugueses possuíam sobre a região, o que fica claro com o trecho abaixo:

[...] a cidade de Ceuta que é em terra de África que é uma muito notável cidade e muito azada para se tomar. E isto sei eu, principalmente, por um meu criado que lá mandei tirar alguns cativos de que tinha encargo. Ele me contou como é uma muito grande cidade rica e muito formosa e como todas as partes a cerca o mar afora uma pequena parte porque há saída por terra (ZURARA, 1841, p.27)

Portanto, aos motivos que impulsionaram a expansão marítima, acrescenta-se os fatores materiais, que a crise do século XIV aumentou as dificuldades econômicas, na agricultura, à carestia de preços e salários, as riquezas do reino estavam exauridas, recursos naturais como cereais e metais preciosos estavam escassos. O mar era uma saída para a crise que se encontrava no reino, a sobrevivência de Portugal foi um impulso para a expansão ultramarina, envolvendo diversos aspectos políticos, sociais, econômicos e religiosos. De acordo com Bernardo Vasconcelos e Sousa:

Quando a paz com o reino vizinho foi definitivamente estabelecida, em 1411, abriu-se a possibilidade de novos rumos para Portugal. Como já sucedera no passado, nomeadamente na época de Afonso IV[...]. Com escassos recursos naturais, com uma crônica falta de trigo e de metais preciosos, com Castela tendendo a assumir uma posição hegemônica no quadro peninsular, nem por isso Portugal estava condenado a definhir sobre si próprio ou a ser absorvido pelo vizinho rival, como a guerra recente tinha demonstrado.

Ultrapassar o impasse significava, neste quadro, partir à conquista de novos territórios onde se pudesse encontrar os produtos e as riquezas que faltavam. A expansão territorial era, pois, uma possível saída para crise de um reino que vencera os desafios da guerra, mas que continuava a ter de lutar pela sua sobrevivência, agora em tempos de paz. O retomar do combate e da

conquista, reatando as iniciativas bélicas contra os muçulmanos, era a alternativa mais viável. (SOUSA, 2009, p. 143)

Deste modo, passado o acontecimento da conquista e saque da cidade, as ações seguintes eram sobre a manutenção de Ceuta, os portugueses decidiram manter a posse da cidade, D. João acreditava na possibilidade de expandirem a conquista em território africano no contexto quatrocentista, o que significava sucesso na primeira fase da política expansionista portuguesa. A autora Maria Helena da Cruz Coelho procurou enfatizar as divergências quanto a essa decisão:

[...] perseverar nesta cidade o culto cristão, dar a possibilidade de os reis seus sucessores expandirem as conquistas por terras marroquinas, permitir que a nobreza aí pudesse cultivar o exercício das armas; servir de memória do rei e da geração de Avis. As vozes da oposição apresentavam, quase em uníssono, razões materiais como obstáculo, que se resumiam, em essência, na afirmação de que Ceuta estava muito longe e por isso se tornava difícil e dispendioso mantê-la e defendê-la. Seriam as vozes da realeza, coadjuvadas pelas do clero e da maioria da nobreza, que esperavam dividendos políticos e socioeconômicos da conservação da praça, a oporem-se às vozes das forças produtivas, que mais vislumbravam gastos que benesses (COELHO, 2008, p.242).

Portanto, a tomada da cidade não significou para Portugal o que se esperava, essa conquista não mostrou a solução de problemas emergenciais do reino. Tornou-se necessário Portugal manter o abastecimento da cidade, foi decepcionante o resultado da empresa de 1415. D. João I, durante os anos finais de seu reinado, não fez mais nenhuma empreitada igual à organizada para a cidade de Ceuta. Em 1437, com D. Duarte no poder, foi retomada a conquista ao norte africano, os portugueses fizeram nova tentativa de conquistar a cidade de Tânger, ponto estratégico próximo ao estreito de Gibraltar. Mas foram derrotados e obrigados a devolver a cidade de Ceuta aos marroquinos, deixando como refém desse compromisso o infante D. Fernando, que acabou morrendo em Fez. Estes acontecimentos marcaram os últimos anos do reinado de D. Duarte.

2.2 A EXPANSÃO ULTRAMARINA DO SÉCULO XV: A COSTA OCIDENTAL AFRICANA

Os anos posteriores da concretização da primeira conquista em território africano, o primeiro passo foi dado com a tomada de Ceuta, os acontecimentos foram caracterizados pela ambiciosa política de alargamento do reino, iniciada com o norte e direcionada para o Sul do

Marrocos com as viagens pelo Oceano Atlântico, primeiro visaram as ilhas e depois a exploração da Costa Ocidental africana. Ao longo da costa atlântica, os portugueses prosseguiram com o objetivo de alcançar a “terra dos negros”, local, segundo as fontes, que os portugueses poderiam apoderar das riquezas (o ouro da Guiné) que buscavam. A Coroa portuguesa ajudou a financiar as viagens, mantendo controle do empreendimento e o monopólio, alcançado devido as bulas que foram concedidas a Portugal pelo papa.

Figura 2: Costa Ocidental Africana, século XV



Fonte: Portugueses-discoveries-slides_3.jpg

As lutas contra os muçulmanos não foram interrompidas no período das conquistas do norte da África, ao contrário, foram usadas como justificativas para novas aquisições. Assim, a luta contra os infiéis sob o signo de cruzada, era um dos motivos que incentivou D. Henrique a investir na empresa marítima. Zurara descreve em sua crônica, a conquista da praça marroquina depois de três décadas dos fatos ocorridos e a exploração da costa africana em direção ao sul, iniciada pelo infante D. Henrique a partir do norte, descobrindo as ilhas, atravessando o Cabo Bojador, região que hoje conhecemos como Senegâmbia, e chegando as “terras dos negros”. Como podemos perceber nos relatos de Zurara com a dificuldade em atravessar a região:

[...] começou davyar seus navyos e gentes, quaaes a necessydade do caso requerya; mas tanto podees aprender, que pero la enviassem muytas vezes, e ainda homees que per experiênciã de grandes feitos, antre os avyam no officio

das armas avantejado nome, nunca foe alguu que ousasse de passar aquelle cabo do Bojador pera saber a terra daalem, segundo o iffante desejava. (..) Mas sendo manifestosdo perigo, efora da esperança da honra nem proveito, cessarom de o fazer. Isto he claro, deziã os marcantes, que deois deste cabo nom há hi gente nem povoraçom algua; a terra nom he menos areosa que os desertos de Libya, onde nom há augua, nem arvor, nem herua verde; e o mar he tam baixo, que hua legoa de terra nom há de fundo mais que hua braça. As correntes som tamanhas, que navyo que la passe, jamais nunca poderá tornar. E por tanto os nossos antecessores nunca se antreemeterom de o passar. (ZURARA, 1871, p. 51)

Era do interesse dos monarcas ibéricos, a luta contra os muçulmanos. No início do século XV, os árabes ainda representavam uma ameaça presente na península. Passado o processo de Reconquista cristã, o combate aos infiéis continuava no Norte da África. E Portugal orientou por um longo período, a guerra no percurso do projeto político expansionista, em território africano. Esse movimento inicialmente de caráter cruzadístico, é apresentado na crônica de Zurara como necessidade de conversão dos infiéis, e uma das razões que levaram D. Henrique a conquistar regiões além-mar. O trecho destacado faz parte do capítulo V da Crônica de Guiné (1453), de Gomes Eanes de Zurara, uma análise de questões importantes para compreensão, segundo o cronista das razões que levaram Dom Henrique a buscar as terras da Guiné, contextualizando o período da expansão ultramarina:

[...] começar e acabar muy grandes feitos, por cuja razom depois da tomada de Cepta, sempre trouxe continuadamente navyos armados contra os infiees; e porque elle tiinha voontade de saber a terra que bya a allem das ilhas de Canarya, e de huu cabo, que se chama do Bojador, porque ataa aquelle tempo, nem per scriptura, nem per memorya de nhuus homees, nunca foe sabudo determinadamente e eallidade da terra que hya a allem do dieto eabo. Bem he que alguus deziã, que passara per ally sam Brandam [...] como nhuu outro principe se trabalhava desto, mandou elle contra aquellas partes seus navyos, por aver de todo manifesta certidom, movendosse a ello por serviço de Deos, e delRey dom Eduarte seu senhor e irmaaõ, que a aquelle tempo reguava. E esta ataa quy foe a primeira razom de seu movimento.

E a segunda foe, porque eonsiirou, que achandosse em aquellas terras algua povoraçom de xpãaos, alguns taaes portos, em que sem perigoo podessem navegar, que se poderyam pera estes regnos trazer muytas mercadaryas, que se averyam de boo mercado, segundo razom, pois com elles nom tratavam outras personas destas partes, [...]

A terceira razom foe, porque se dezia, que o poderyo dos Mouros daquella terra dAfrica, era muyto mayor do que se comuumente pensava, e que nom avya antre elles christiaõs, nem outra algua geeraçom. E porque todo sesudo per natural prudencia, he costringido a querer saber o poder de seu imiigo, trabalhouse o dieto senhor de o mandar saber, pera determinadamente conhecer ataa onde chegava o poder daquelles infies.

A quarta razom foe, porque de xxxj, anuos que avya que guerreava os Mouros, nunca achou rey christiaao, nem senhor de fora desta terra, que por amor de nosso senhor Jhu Xpõ [...]

A quinta razom, foe o grande desejo que avya de acrecentar em a saneta fe de nosso senhor Jhu Xpõ, foe obrado a esta fim, seilieet, por

salvaçom das alunas perdidas, a quanes o dieto senhor querya, per seus trabalhos e despesas, trazer ao verdadeiro caminho, conhecendo que se nom podya no senhor fazer mayor oferta, [...] (ZURARA, 1841).

Após a conquista da cidade de Ceuta, os lusitanos passam a explorar o litoral africano ao sul de Marrocos, posteriormente, a costa ocidental africana com a passagem do Cabo Bojador. Dessa forma, Charles R. Boxer destaca que:

De todo modo, a ocupação de Ceuta por certo possibilitou aos portugueses a obtenção de algumas informações sobre as terras dos negros do alto Níger e do rio Senegal, de onde vinha o ouro, caso já não o soubessem de outras fontes, como o “mapa catalão” de 1375 e os relatos dos mercadores judeus. Em algum momento, começaram a perceber que talvez pudessem estabelecer contato com essas terras pelo mar, e, assim desviar o comércio do ouro das caravanas de camelo do Sudão ocidental e dos intermediários muçulmanos da Berberia. (BOXER, 2002, p. 35)

Os navegantes portugueses acreditavam que quem passasse o cabo denominado “Não”, localizado na costa marroquina, não conseguiria retornar. E dessa forma D. Henrique persiste na tentativa de chegar ao sul da região da Senegâmbia:

Há boas razões para acreditar que motivos de ordem apostólica e religiosa, bem como uma curiosidade inteligente (mas dificilmente científica), alimentaram persistência do infante dom Henrique de enviar seus navios e caravelas para o sul do cabo Não. Motivos econômicos também desempenharam seu papel, apesar de não terem sido muito importantes nas etapas iniciais. Ainda assim, essas viagens eram extremamente caras, ou ao menos era o que declarava o infante dom Henrique em 1457. (BOXER, 2002, p.40)

Em relação aos envolvidos nos empreendimentos, destacamos a nobreza, uma classe que dependia da coroa e de suas receitas, e comprometidos diretamente na empresa marítima, esperavam enriquecer com os lucros das viagens. Nesse sentido, temos outro grupo, a burguesia comercial, com interesses financeiros no projeto que se beneficiaram com o tráfico de escravos a partir da segunda metade do século XV. Ambos tinham os mesmo interesses, a expansão em direção à África, somados a elementos que impulsionaram o empreendimento das navegações. A primeira conquista portuguesa na África significava o início das ações imperialistas de Portugal realizadas com avanço pelo mar, a qual sempre teve importância na vida dos portugueses. A partir de então, é colocada em prática a política expansionista de Portugal, formando o império marítimo português, ao longo dos próximos séculos.

As conquista em terras africanas pelo Atlântico estiveram sob o comando do terceiro filho do monarca português, D. João I (1385-1433). D. Henrique, um príncipe medieval, com suas ações, inaugurou uma nova era, um período de transição do final do medievo ao alvorecer da Idade Moderna. Duque de Viseu, em 1420, recebeu o título de Mestre da Ordem de Cristo,

“nomeado administrador da poderosa Ordem de Cristo, num conjunto de iniciativas que visavam a acumulação de grandes fortunas patrimoniais e de importantes lugares de reconhecido peso político e simbólico por parte dos mais proeminentes membros da família real” (SOUSA, 2009, p. 148) o que justificaria o caráter missionário de suas viagens. Foi armado cavaleiro na batalha da tomada de Ceuta e ficou responsável pela organização do governo, recebendo o mérito por esta conquista, apesar de seu pai e seus dois irmãos estarem juntos.

Portanto, foram as obras de D. Henrique que transformaram a região do Estreito de Gibraltar, área cobiçada por portugueses e castelhanos, partindo da hipótese que o domínio do estreito traria o controle do Mar Mediterrâneo, era esse o objetivo dos reis do período. Ademais, possibilitou a abertura do oceano Atlântico como um espaço de negociações, onde ocorreram as trocas intercontinentais, como o tráfico de escravos, durante os próximos séculos. A princípio, bem definido na figura do infante português, que ficou à frente da empresa marítima até sua morte em 1460, influenciado por fatores religiosos e econômicos, a política de expansão tinha objetivos definidos, significando o alargamento territorial com sentido imaterial e comercial em um processo gradativo. Nessa circunstância, Mariza de Carvalho Soares apresenta em seu texto a importância da região no período:

A extensa rede comercial arquitetada pelos portugueses no Atlântico, a partir do século XV, envolve não só um conjunto de situação ligadas ao tráfico, ao comércio de mercadorias e à colonização, mas também à formulação de uma cultura moderna, estreitamente ligada à conquista da África e do Novo Mundo. Neste quadro, uma das mais importantes transformações é o surgimento de uma nova geografia que incorpora a Guiné ao universo cognoscitivo europeu. Mais que qualquer outra parte do mundo a Guiné é o lugar dos tempos modernos. É na exploração de suas terras e de seus mares que os portugueses constroem a modernidade ibérica. (SOARES, 2000, p.72)

Entetanto, nesse contexto não podemos ignorar a participação de D. Henrique (1394-1460) e de sua Escola de Sagres no estímulo à expansão. O infante acomodou-se na cidade de Lagos, centro naval e administrativo ao sul de Portugal, perto de Sagres e cercou-se de especialistas que fizeram a diferença nas explorações da costa ocidental africana pelo Atlântico e nas viagens marítimas portuguesas de 1415 a 1460, ano da sua morte. O investimento na construção de navios capazes de realizar longas viagens e suportar os tormentos do alto mar, bem como o desenvolvimento de instrumentos de orientação, foi outro diferencial português. Dessa forma, o infante foi importante por criar as possibilidades das condições tecnológicas, reunindo homens experientes do mar, e especialistas, que criaram as técnicas necessárias para navegar. Caravelas com velas triangulares mais ligeiras e com casco mais resistentes ao mar,

novas geografias foram traçadas, fatores que permitiram novos negócios, estudiosos do período acreditam que esses fatos não tenham sido tão relevantes no incentivo a expansão.

Com tudo isso, começava uma nova trajetória das viagens, que correspondiam aos interesses dos setores que estavam próximos da coroa portuguesa, nobreza, comerciantes e todos envolvidos na empresa marítima. Estavam aguardando o retorno esperado pelos portugueses, que financiaram as expedições marítimas:

Quando essas viagens se iniciaram, por volta de 1419, o que era considerado o limite mais ao sul do oceano Atlântico e da costa da África Ocidental situava-se na região do cabo Bojador, exatamente abaixo dos 27° de latitude Norte, naquilo que é hoje o território saariano espanhol do Rio do Ouro. Esse cabo projeta-se quarenta quilômetros do continente para oeste. A violência das vagas e correntes na face norte do cabo, os baixios existentes ao seu redor, a frequência do nevoeiro e da neblina ao largo, a dificuldade de voltar para o norte o “verde mar Tenebroso”, como os geógrafos árabes o chamavam, do qual de acordo com a crença popular, não havia possibilidade de retorno. Doze ou quinze tentativas infrutíferas foram feitas (segundo se diz) no decorrer de outros tantos anos, antes que um dos navios do príncipe Henrique por fim contornasse o cabo em 1434, quebrando, assim não só a barreira física mas a ainda mais proibitiva barreira psicológica que até então impedira qualquer viagem ao longo da costa da África ocidental rumo ao sul. Essa foi, talvez, a maior realização do infante dom Henrique, e só foi executada devido à determinação paciente e à disposição de gastar enormes quantias de dinheiro em viagens de que não se poderia esperar compensação imediata. (BOXER, 2002, p. 41-42).

No entanto, os contatos com o norte africano e as viagens continuaram ao longo dos próximos anos do século XV com as navegações pelo Oceano Atlântico em direção ao sul. As naus portuguesas, a serviço de D. Henrique iniciaram primeiramente a exploração das ilhas, e depois das áreas costeiras. Os arquipélagos das Canárias foram as primeiras ilhas, pois já eram conhecidas por portugueses e castelhanos desde a primeira metade do século XIV, os marinheiros peninsulares já haviam visitado o local, uma iniciativa do reinado de D. João IV. “Conhecidas dos romanos sob o nome de Ilhas Afortunadas e dos islamitas sob o nome de Ilhas Eternas (Al-Halidat), as Canárias parecem que não estiveram integradas na navegação sistemática quer de cristãos quer de muçulmanos até o século XIV.”(GODINHO, 2012, p. 311)

Dessa forma, as viagens pelo Atlântico continuaram e os portugueses que desde 1419 já sabiam da existência da Ilha da Madeira, tiveram interesse em explorá-la. Em seguida, ocorreu outro achado, “a ilha de Porto Santo foi descoberta por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, dois escudeiros de D. Henrique que regressavam a Portugal depois de terem ido à defesa de Ceuta, e assim, abriu uma nova frente de expansão ultramarina, quase casualmente, depois das frustradas tentativas de domínio português sobre as Canárias” (SOUSA, 2009, p.188).

A descoberta da ilha da Madeira (1419) por Bartolomeu Perestrelo, não foi sob o comando de D. Henrique. O navegador estava a serviço de D. João, irmão do infante, e somente após 1425, essas ilhas começaram a ser povoadas. A ilha do Açores dominada em 1427, sob o comando de Diogo de Silves, foram as últimas conquistas, no final do reinado de D. João I (1385-1433). Em 1456, o navegador e mercador veneziano a serviço da coroa portuguesa, já com D. Afonso V no poder, Alvise Cadamosto reconheceu o arquipélago de Cabo Verde. Os arquipélagos, chamavam a atenção, e contudo essa região despertou o interesse dos portugueses por ser um ponto estratégico no litoral africano, e poderia servir de escala para embarcações. Assim, o rei D. Duarte concedeu a D. Henrique o senhorio do arquipélago, com todos os direitos e rendas:

Tal mercê feita ao infante compreendia-se perfeitamente em função do seu interesse e do seu empenhamento, já então bem vincado, nos assuntos relacionados com o Atlântico. Em 1440, 1446 e 1450 seriam formalmente constituídas as capitâneas de Mchico, Porto Santo e Funchal e nomeados seus capitães-mores aqueles mesmos três antigos navegadores que haviam sido responsabilizados pelo seu povoamento. A doação e as nomeações, a título perpétuo e hereditário, eram feitas por D. Henrique, verdadeiro senho do arquipélago. (SOUSA, 2009, p.193)

O movimento da expansão marítima, sequência da política ultramarina portuguesa, continuou com várias expedições realizadas ao sul do Marrocos, com o objetivo de ultrapassar a região da Senegâmbia. Os primeiros navegadores não obtiveram êxito na conquista. Por doze anos seguidos, foram enviados navios, tentando ultrapassar o Bojador, o que aconteceu em 1434 com a expedição de Gil Eanes. O avanço das navegações para o sul e o desejo de transpor a região fez com que D. Henrique fosse persistente, como fica registrado neste trecho da crônica de Zurara:

(...) fazia logo tornar com seus navyos armados, acrescentando cada vez mais no encarrego, com prometimento de mayores gallardoes, se acrescentassem alguma cousa na vyagem que os primeiros fizeram, perque ele podesse cobrar alguu conhecimento daquela duvyda. E finalmente, depois de doze anos, fez o iffante armar hua barcha, daqual deu a capitanya a huu Gil Eannes, seu seudeiro, que aodespois fez cavalleyro, e agasalhou muy bem cavalleyro, e agasalhou muy bem, o qual seguindo a vyagem dos outros, tocado daquele mesmo temor, nom chegou mais que a as ilhas de canarya, donde trouxe certos cativos, com que tornou para o regno. E foe esto no anno de Jhu. X po de mil e quatro centos e trinta e trez. Mas logo no anno seguinte, o iffante fez armar outra vez a dicta barcha, e chamado Gil Eannes a departe, o encarregou muyto que todavya se trabalhasse de passar aquella cabo, e que ainda que por aquella vyagem mais nom fizesse, (ZURARA, 1871, p. 56)

A empresa marítima portuguesa passou a observar esses territórios conquistados de maneira significativa. No momento, a exploração das terras ao sul ressaltava questões econômicas do empreendimento de D. Henrique, que esperava um retorno financeiro com as

viagens na costa ocidental africana. Começou ainda, na primeira metade do século XV, a abertura de novas rotas das navegações ultramarinas, iniciando uma fase de empreendimentos marítimos com fins lucrativos. A origem incentivadora da empreitada, os interesses religiosos e a necessidade da propagação da fé cristã permaneceram. Porém, a exploração comercial da região ajudou a financiar as viagens que tinham um alto custo, no início dos empreendimentos D. Henrique e manteve os gastos com a renda vinda dos bens da Ordem de Cristo. Mas no período já esperava obter lucros, o que observamos na persistência de enviar as tripulações e seguir ao sul do cabo Bojador, dessa maneira concluímos que os portugueses estavam muito empenhados na descoberta do ouro da Guiné.

Com esse objetivo, a partir de 1442, a empresa marítima passou a ter interesses comerciais em produtos africanos como o ouro, marfim e escravos, mercadorias comercializadas por mercadores de outras regiões da Europa e o mundo islâmico através do deserto do Saara. Segundo os estudos de Luís Filipe Thomaz, em 1455 o mercador veneziano a serviço da coroa portuguesa, Luís de Cadamosto, anunciou a existência de uma especiaria africana, a malagueta, descoberta na costa da Maurîtânia, levando a pimenta para os portugueses conhecerem. O interesse no comércio de especiarias pode ter sido a partir desse feito:

Deve ter sido esse fato que despertou bruscamente a atenção dos dirigentes para os lucros que se poderiam auferir do comércio especieiro. Seja como for, entre essa data e a de sua morte (1460), o infante d. Henrique reservou para si o exclusivo do comércio da malagueta. Há que notar que se supunha ainda ao tempo que o Senegal era um braço do Nilo e que a costa da Guiné era assaz vizinha do Egito, por onde tradicionalmente afluíam à Europa as especiarias orientais; daí o relevo de Zurara da à chegada dos homens do infante à região do Cabo Verde e da foz do Senegal, e a sábia dissertação que intercala aí a sua crónica, sobre o que os antigos diziam do Nilo e de suas cheias. Não admira, pois que d. Afonso V, que à morte de d. Henrique chamara a coroa os monopólios do tio, tenha, em 1470, ajuntado, ao rol dos gêneros estancados, uma série de produtos asiáticos: as pedras preciosas, o pau-brasil e toda e qualquer especiaria com que se viesse a topar. Foi assim que o comércio especieiro se tornou num dos objetivos da Coroa portuguesa na sua aventura ultramarina. (THOMAZ, 2009, p.17)

Portanto, é importante ressaltar que o principal objetivo dos portugueses na região foi a busca do ouro, que continua até ser encontrado, porém não sabemos ao certo a quantidade de ouro que chega em Portugal nos próximos anos, como explica Charles Boxer: “o ouro em pó foi, primeiramente, obtido por meio de troca com os nativos (nesse caso, tuaregues) em 1442, e não sabemos qual a quantidade de ouro que foi levada da África ocidental para Portugal nos dezoito anos restante da vida do infante.” (BOXER, 2002, 40) No entanto, mesmo não tendo informações a respeito da quantidade de ouro, que chegou ao reino, podemos concluir que foi o suficiente para voltar a cunhar as moedas, o que aconteceu em 1457. Além da pretensão pelo

ouro da Guiné, os portugueses vão perceber o valor do comércio de escravos, o tráfico será organizado ao longo dos próximos séculos, com destino ao reino ibérico e ao Novo Mundo. De acordo com a Crônica da Guiné, Zurara narra que o primeiro ouro africano a chegar a Portugal em 1442 foi obtido em resgate de dois mouros, dez negros e mais algumas bagatelas.

Somente na segunda metade do século XV, o comércio de escravos recebe um estímulo com a necessidade de mão de obra nas ilhas atlânticas, Açores e Madeira, com o plantio de cana-de-açúcar e cereais. O tráfico de escravos entre África e Portugal, no início não passava de mil cativos ao ano, a primeira frente de retirada de escravos foi a região da costa ocidental, a Guiné. Durante a expansão marítima, segundo Zurara “a Etiópia Ocidental, ou Etiópia de Guiné passa a ser designada apenas de Guiné e associada não mais aos mistérios do comércio e da religiosidade antiga e medieval, mas à catequese e a expansão do comércio de escravos, próprias ao mundo moderno (SOARES, 2000, p. 73).

No processo das conquistas, os anos seguintes marcam a chegada dos portugueses às terras que integravam o território da Guiné. Os portugueses avançam para alcançar as regiões ao sul, as tripulações descobrem a foz de um grande rio, que imaginam ser o Nilo, mas na verdade tratava do Senegal. Os primeiros contatos não foram pacíficos, os nativos resistem a chegada dos portugueses, em algumas regiões os europeus chegam apenas no litoral, mas com o aumento do tráfico de escravos, há uma necessidade de adentrar o continente. Já atingida a região da Guiné, em 1441, os navegadores Antão Gonçalves e Nuno Tristão chegam no Algarve, ao sul de Portugal, com as primeiras levas de escravos. No relato de Zurara compreendemos como foram os primeiros momento região do rio do ouro:

Porem he minha tençom de vos envyar la outra vez em aquelle mesmo barinel, e assy por me fazerdes serviço, como por acrescentamento de vossa honra, vos encomendo que vades o mais avante que poderdes, e que vos trabalhees daver língua dessa gente, filhando alguu, per que o certamente possaes saber, ca nom seria pequena cousa, segundo o meu desejo, aver alguma pessoa perque desto possa ser em conhecimento. O navyo foe muy asinha prestes, no qual Affonso Gonçalvez partiu, nom sem grande desejo dacabar a vontade do infante, (..) que erom cxx do cabo, onde acharom hua foz como se fosse de ryo cabedal, em que avya muytas boas ancorações, (..) cousas que Affonso Gonçalves levava, assy eram dous cavalos, que lhe o iffnate dera mandar em eles dous moços, (...) mandou aos moços que cavalgassem naqueles cavalos, e fossem por terra quanto podessem, (...) mandou que nom levassem nuhas armas de defesa, somente suas lanças e spadas pera ofender se comprisse, ca se gente achassem e os quisessem filhar, (..) ca pero fossem tam alongados de sua terra, nom sabendo quaaes nem quantas gentes acharyam, ou ao menos temor de bestas salvagees, (ZURARA, 1841, p. 60).

As conquistas da costa africana continuam, e surge a necessidade de construir edificações de fortes e de um entreposto comercial com a expansão do comércio de escravos,

os quais são levados regularmente para o reino de Portugal. Na década seguinte, os europeus descobrem regiões até então desconhecidas, primeiro Arguim, depois a região do atual Senegal. Com a leitura da crônica da Guiné podemos identificar que ao longo da expansão marítima essa terra da costa ocidental africana recebeu vários nomes, “terra dos negros”, Etiópia e Guiné. A exploração dessas terras, permitiu a comercialização de cativos, primeiro comércio regular de escravos, a partir da construção do entreposto de Arguim por vários anos, a empresa investira no comércio de escravos retirados da região,

A chegada dos portugueses no Rio Gâmbia acontece em 1446, mas somente a partir da década de 1450 que as expedições ultrapassam a embocadura do rio, chegando à terra dos mandingas. As levas de escravos eram regulares, permitindo o início do lucrativo comércio transatlântico, que foi uma das grandes frentes fornecedoras de escravos do século XV e XVI. A descoberta, reconhecimento e conquista da “terra dos negros” estavam quase completas, porém foram interrompidos com a morte do infante D. Henrique em 1460. A descontinuação das viagens ao litoral africano, foi necessária até a coroa portuguesa assumir o controle da empresa, portanto não se sabe ao certo como se desenvolveu o comércio nos anos seguintes a morte de D. Henrique.

A Coroa portuguesa fez algumas solicitações ao papado com o avanço das viagens, queriam o monopólio dos territórios ao Norte da África, que os portugueses já tinham conquistado, a praça marroquina terras dos mouros e as regiões a descobrirem além do Cabo Bojador. As respostas eram expressas nas bulas papais, a concessão a Portugal, o direito de conquistar, dominar e o monopólio das terras que estavam em domínio do islã, estavam claramente expressas nas bulas papais promulgadas durante a vida do infante D. Henrique e de seus sucessores.

As informações expunham as intenções do monarca, que recebia do papa plenos direitos à exploração dos territórios e a dominação dos povos que entrassem em contato. A coroa portuguesa tinha a intenção de aumentar seus domínios, e recebia do papa as condições que favoreciam o alcance de seus objetivos. “O efeito cumulativo das bulas papais foi o de dar aos portugueses - e, no devido tempo, aos outros europeus que os acompanharam - sanção religiosa a uma altitude igualmente dominadora com relação a todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade”(BOXER, 2002, p. 39). As bulas mais importantes foram a *Dum diversas* de 1452, a *Romanus Pontifex* de 1454, a *Inter caetera de 1456*. O teor desse primeiro documento é descrito no trecho a seguir por Charles Boxer. O papa autoriza “O rei de Portugal a atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros infiéis inimigos de cristo; a capturar os bens e os territórios a eles pertencentes; a reduzi-los a escravidão perpétua e a transferir suas terras e propriedade

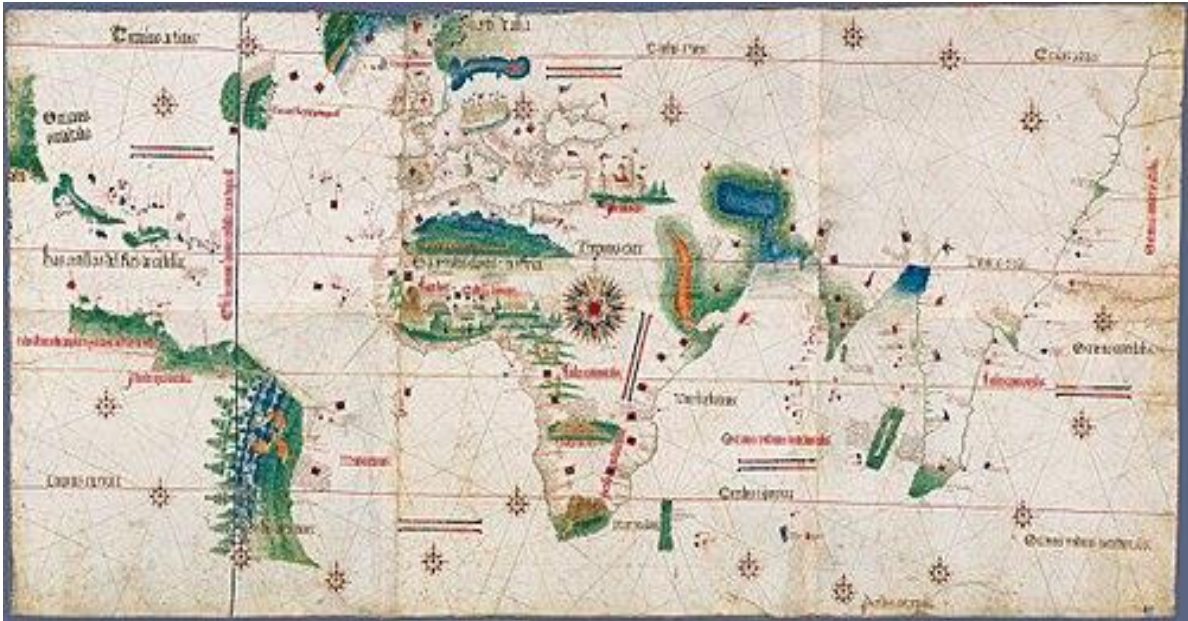
para o rei de Portugal e seus sucessores” (BOXER, 2006, p. 37). A segunda bula contém um texto mais específico, descrito no documento consagrando os direitos de Portugal sobre as descobertas africanas e as terras encontradas:

1-Não sem grande alegria chegou ao nosso conhecimento que o nosso dileto filho Infante D. Henrique, incendiado no ardor da fé e zelo da salvação de almas, se esforça, como verdadeiro soldado de cristo, por fazer conhecer e venerar em todo orbe, até os lugares mais remotos, o nome do gloriosíssimo Deus, reduzindo à sua fé não so os sarracenos inimigos dela, como também quaisquer outros infiéis; depois da conquista de Ceuta por seu pai, muito contra aqueles inimigos foi realizado pelo mesmo infante, às vezes com sua pessoal intervenção, não tem trabalhos, despesas e morte de sua gente; e sempre incansavelmente e cada vez mais animado do mesmo proposito, povoou de fieis as ilhas desertas onde fez construir igrejas e outras casas piedosas, fez batizar e converter os habitantes de outras, para propagação da fé e aumento do culto divino.

2-Além disso, tento este infante conhecimento de que jamais, ao menos desde que há memória, o mar Oceano foi navegado em suas extensões orientais e meridionais, pelo que nada se sabe dos povos daquelas partes, julgou prestar grande serviço a Deus, tornando-o navegável até aqueles índios que consta adorarem a Cristo. Assim poderia levar estes a auxiliar os cristãos contra os sarracenos, fazendo pregar o santo nome de cristo entre os povos que a seita do nefando Mafona infesta. Sempre munido de autoridade régia, há vinte e cinco anos que com grandes trabalhos, perigos e despesas não cessava com suas velozes naus, chamadas caravelas, devassar o mar, em direção das partes meridionais e Polo Antártico. Aconteceu assim que foram perlustrados portos, ilhas e mares, atingidas e ocupada a Guiné e portos, ilhas e mares adjacentes, navegando depois até a foz do rio reputado como o Nilo(Níger), fazendo guerra aos povos daquelas partes e apoderando-se das ilhas e mar adjacentes. Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos por contrato de compra foram trazidos ao reino, onde em grande número se converteram à fé católica, o que esperamos progrida até a conversão do povo ou ao menos de muitos mais. (Bula Romanus Pontifex, 1454)

D. Henrique e seus sucessores são autorizados pelo papa Nicolau V, a dominar e converter os infiéis, levar a fé cristã aos territórios invadidos. Também consegue o monopólio da navegação, do comércio nessa região. A política do infante tinha finalidades precisas: conquistar terras dos povos que entrassem em contato. As informações contidas nas bulas refletem “também a iniciativa tomada pela coroa portuguesa, pelo infante dom Henrique e outros príncipe da casa de Avis, de dirigir e organizar o trabalho de investigação, conquista, colonização e exploração”(BOXER, 2002, p. 39).

Figura 3: Plasinfério Cantino



O [planisfério Cantino](#) , feito por um cartógrafo anônimo em 1502, mostra o mundo como era compreendido pelos europeus após suas grandes explorações no final do século XV.

Fonte: www.wikipedia.

3 OS RELATOS DE VIAGENS

Em fins do século XIV e início do século XV, em determinado momento histórico, que correspondente à ascensão do Mestre da Ordem de Avis, João I, ao trono de Portugal, após o processo revolucionário de 1383-1385, episódio que marcou a chegada da nova dinastia ao poder, D. João I foi o monarca que testemunhou o início do movimento expansionista fora da Península Ibérica. Porém, surge também neste contexto o desenvolvimento da literatura escrita da época, processo que está relacionado aos acontecimentos do período, e de acordo com os regentes, tornou-se necessário a preservação da memória do reino português. Os escritos da época tinham essa preocupação, dos eventos não serem esquecidos, os feitos dos reis foram relatados para servirem de exemplos para as gerações futuras, e lembrados por seus súditos pelas ações. Mais uma inovação do período é a criação do cargo de cronista-mor do reino, pertinente à necessidade de autenticar a nova dinastia.

Portanto, com o início da expansão ultramarina, surge outro gênero literário, os relatos de viagens. Na elaboração desses documentos, apesar de suas propriedades referenciais, não havia preocupação com a verdade, eram considerados informação insegura. Uma análise desses relatos permite observar que o conteúdo de verdade merece pouca confiança. A premissa de relatar o que é verdadeiro ou não, acompanha as literaturas de viagens desde a Antiguidade, como podemos observar nas obras: Livro das Maravilhas de Marco Polo, Viagem de Ultramar de Jean Mandeville e Imagem do Mundo do Cardeal Pierre D'Ailly, onde há mistura de fatos reais e invenções fabulosas. Seus textos muito divulgados na Europa entre os séculos XV e XVI, contribuíram para que os relatos de viagens ficassem entre o real e o imaginário, informações muito usadas pelos viajantes do século XV e XVI (TODOROV, 1991, p.96)

Nesta perspectiva, podemos considerar que os relatos de viagens, possuem um caráter muitas vezes ambíguo da relação realidade e invenção, os aspectos fantasiosos agradavam muito ao público, numa época em que ouvir tinha mais valor que ver. Diante dessas observações, os europeus procuravam confirmar o que já sabiam, como podemos analisar os exemplos de Cristóvão Colombo que levava consigo, cartas para o grande Khan, acreditando ter chegado à Índia, procurando associar tudo que via às narrativas descritas no livro de Marco Polo. E também, Vasco da Gama que fez o mesmo para o padre Jean, personagem lendário habitante das Índias, confiando no relato de Mandeville.

Enfim, temos outras publicações, que utilizaram as descrições dos relatos de viagem, ressaltando a importância da expansão no que tange ao contato com outras culturas e regiões.

Como nas propostas de Todorov, direcionadas ao estudo de alteridade, que em suas reflexões a respeito do outro, atuando como um choque cultural e provocando questionamento das estruturas sociais. Esse outro tão diferente, o qual não compreendemos, o desconhecido, deparamos com imagens pré-concebidas, definidas e em muitas ocasiões do que já ouviu falar. Os relatos de viagens, autorizaram e fundaram com o novo espaço geográfico o lugar de alteridade, como é construído a imagem do outro. O autor faz uma análise, levantando questões em sua obra: A conquista da América, os contatos entre espanhóis e a população nativa da América. A partir dos contatos dos europeus com os nativos, no final do século XV, estas observações são semelhantes a percepção que os europeus tiveram dos negros na África no início do mesmo século.

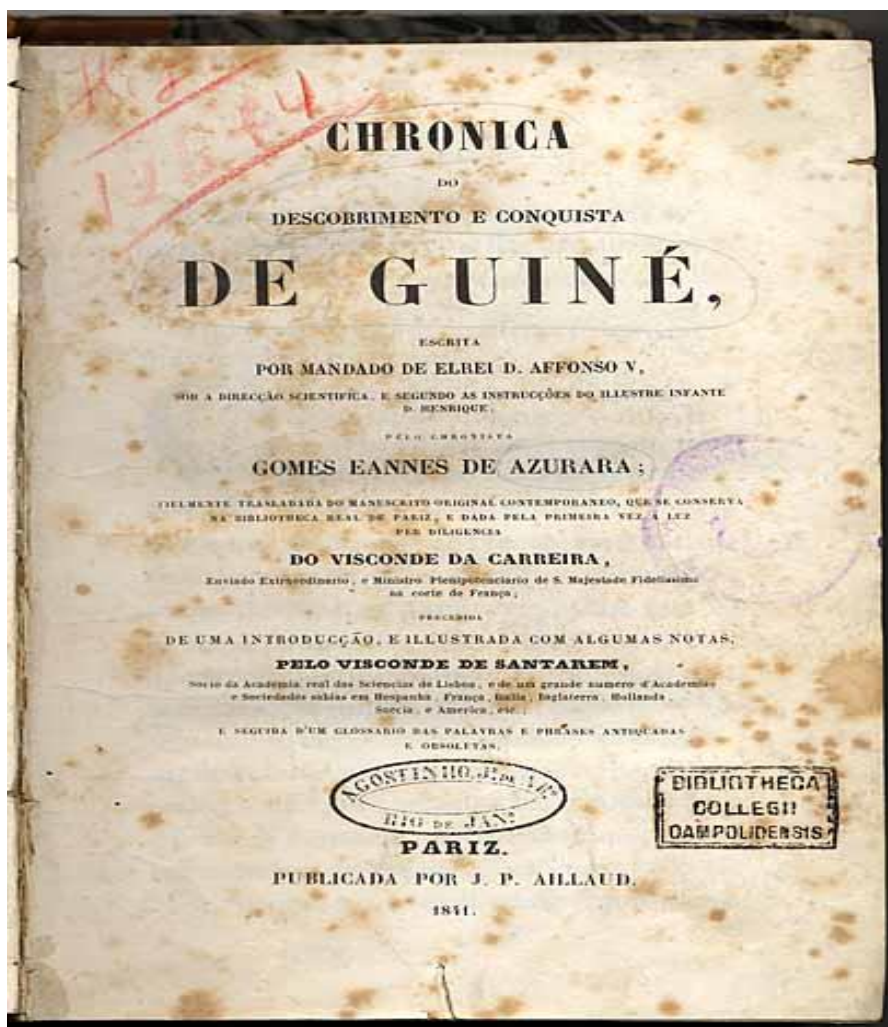
Em sua análise sobre os relatos de viagens, Laura de Mello e Souza escreve que os homens presos ao mundo medieval, via para escrever narrativas que, por sua vez, seriam ouvidas. Assim, o homem moderno com seu espírito aventureiro associado aos acontecimentos da nova era, tinha o hábito de ouvir primeiro e depois confirmar. O olhar do observador já vinha carregado de estereótipos, conceitos formados que os ajudavam a confirmar os fatos do momento. No início da Idade Moderna, a estrutura dos relatos era semelhante à do período anterior, a Idade Média. Mas com um novo elemento, o da realidade histórica da expansão ultramarina e o contato com outros povos. Assim, o conjunto de textos das narrativas tornou-se diversificado, os mais preferidos pelo leitor da época, pois eram os mais próximos da verdade. Contudo, as questões presentes nos relatos de viagens foram usadas tanto na África como no universo americano, com a chegada de Colombo no continente.

A partir do século XV, os cronistas que escreveram sobre a chegada dos portugueses na África, pouco evoluíram nos seus relatos em relação às narrativas do final do medievo. Estas continuavam fantasiosas e desenvolviam hipóteses sobre o mundo conhecido, valorizando as lendas dos antigos autores. Mas naquele momento, produções de iniciativa régia, tinham um objetivo claro: conseguir através de uma crônica a concessão papal para iniciar as Cruzadas contra os infiéis no norte da África. Tema discutido por Charles R. Boxer em sua obra *O Império Marítimo Português (1415-1825)*, além da vasta discussão que o autor faz sobre o contexto português na época das navegações, observa-se ainda como os relatos de viagem foram usados a fim de alcançar o objetivo da coroa portuguesa. As narrativas foram frequentes para obter a autorização do papa na guerra no Norte da África e justificar a escravização dos infiéis, e na sequência possibilitar aos aventureiros portugueses irem além das terras descobertas. O papa concedia através da bula papal a permissão para as viagens, que segundo Boxer está claramente expressa nestas, a motivação variada que impulsiona as descobertas portuguesas.

Diante disso, cabe esclarecer que a nossa finalidade com a análise histórica dos relatos de viagens, no contexto do processo expansionista português, não é definir os gêneros da literatura lusitana do século XV. Mas sim, verificar a necessidade que o autor quinhentista tinha de relatar sobre os acontecimentos da época, usando de artifícios para chamar atenção do público. Muitas vezes, as descrições encontradas nos relatos faziam parte do imaginário do viajante. Sabe-se que outro aspecto era utilizado ao narrar, usava textos de outros autores, o que era normal na época. Mas, é importante lembrar a ausência de outro tipo de documentação para o estudo do período ao que faz referência à história das grandes navegações, às conquistas portuguesas no continente africano e, principalmente, aos territórios conhecido como Guiné, região de interesse dos portugueses.

3.1 A CRÔNICA DE GUINÉ

Figura 4: Crônica dos feitos e conquista da Guiné



Capa da edição de 1841, Biblioteca Nacional de Portugal

Portanto, para uma análise histórica do contexto e espaço da época, temos as crônicas, sobretudo a Crônica da Guiné, escrita pelo segundo cronista-mor do reino de Portugal, Gomes Eanes de Zurara, que é fonte impressa referente à historiografia da Guiné, informações sobre os primeiros contatos dos europeus com os negros da Guiné. Conforme o historiador português, Duarte Leite, a elaboração da crônica da Guiné inicia por volta de 1451, segunda metade do século XV, em Lisboa, e foi finalizada aos dezoito dias de fevereiro de 1453, segundo seu autor. Do primeiro manuscrito, sabe-se que está dividido em noventa e sete capítulos. Inicialmente, os relatos apresentados tiveram a intenção de esclarecer a finalidade da obra, relatar os grandes feitos cavaleirescos dos portugueses, como forma de lembrar as memórias dos acontecimentos notáveis que o Infante D. Henrique realizou a serviço de Deus e a honra de seu reino. A obra foi encomendada pelo monarca do período, D. Afonso V. A elaboração da crônica está relacionada a um período onde os feitos dos reis tinham que ser lembrados, as literaturas da época exerciam essa função.

À essa questão acrescenta-se os estudos de Jerry Santos Guimarães, cujo trabalho: *Memória e Retórica: “Mouros e Negros” na Crônica da Guiné (século XV)*, destinou-se a pesquisar a memória e retórica em Portugal no século XV, quando vários príncipes da Dinastia de Avis sentiram a necessidade do ensino de retórica em seu país. Segundo Guimarães, cabe perguntar: quem tem o poder de decidir que feitos são dignos de ser lembrados ou esquecidos? Em Portugal no século XV, ninguém menos que o Estado. Período em que as ações dos príncipes e de sua corte precisavam ser louvadas, usados como exemplos a serem seguidos pelas gerações futuras. Nos relatos, os cronistas utilizavam artifícios retóricos para persuadir seus leitores sobre os episódios da época, surgindo a necessidade da escrita para lembrar, como relata Zurara no início da crônica:

E porque o muyto excelente príncipe e muyto poderoso senhor elrey dom Afonso o quinto, que aa feitura este livro, por graça e Deos regnava em Portugal, cujo regnado Deos por sua merece acrecente em vida e virtudes, viu e soube os grandes e muy notavees feitos do senhor iffante dom Henrique duc de Viseu e ãor de Covilhaã, seu muyto preçado e amado tyo, os quaes lhe parecerom assy especyaaes ante muyto que alguus príncipes xpaãos em este mundo fezerom, pareccolhe que serya erro nom averem ante o conhecimento dos homeês autorizada memorya, specialmente pelos grandes serviços que o dicto ãor sempre fazera aos reis passados, e polla grande bem feitoria que pollo seu aazo receberom seus naturaes. (ZURARA, 1841, p.3)

Portanto, uma crônica pode ser escrita também com o objetivo de convencer alguém a adotar decisões, como é o caso da Crônica da Guiné, determinações políticas foram necessárias, com o avanço em terras africanas. Escrita a mando do rei D. Afonso V para conseguir uma bula papal que ampliasse os direitos lusitanos sobre regiões de África. Zurara foi o cronista que

tratou especificamente o projeto expansionista no Continente africano, enaltecendo os feitos cavaleirescos efetuados pelos nobres portugueses. Porém, seus relatos não se limitaram somente ao Norte da África, faz referência também as terras além do Cabo Bojador, que os portugueses conseguiram ultrapassar em 1434.

Pelo que se pode observar, segundo os autores Eduardo Aznar, Dolores Corbella e Antônio Tejera na obra *La Crónica de Guinea*, a crônica da Guiné apresenta alguns dados contraditórios, que surgem com a sua leitura atenta, e estão relacionados com a composição final da obra, que é o resultado da fusão de textos distintos: o Livro dos feitos do Infante, escrito por Zurara entre 1452 e 1453, e a versão inicial da primeira parte da Crônica dos Feitos da Guiné, realizada entre 1464 e 1468, que abrange as expedições portuguesas efetivadas até 1447. Uma segunda parte da crônica, que Zurara tinha a intenção de investir e que compreendia as expedições auspiciosas pelo infante desde 1448 até sua morte em 1460, corresponde a “carta dedicatória” que inicia o texto e os capítulos I-VI, e XCVII da versão inicial da Crônica da Guiné e o resto do relato. E não é somente esta questão que traz dúvida, outros aspectos são duvidosos, como o título da obra, *A Crônica da Guiné* ou *Crônica do descobrimento e conquistas da Guiné*, o qual o cronista não tinha a preocupação em fixar o título da obra. Além disso, os dados biográficos de seu autor, sua aparente erudição, a existência de um original perdido são algumas das incertezas que sempre vão acompanhar este texto de Zurara. Portanto, a obra tem um valor histórico inigualável, e está relacionado ao testemunho de uma época em que o mar deixou de ser uma barreira para as conquistas.

Um dos autores que escreveu sobre esse assunto, Joaquim Verissimo Serrão tinha a seguinte opinião sobre a crônica e seu autor:

O códice da Crônica, no que respeita ao título e à composição da obra, tem levantado os maiores problemas à investigação histórica e literária. A confidencia do próprio Zurara, de que utilizou uma narração das primeiras descobertas da autoria de Afonso Cerveira, personagem de quem tudo ignora, poderia fazer duvidar da sua probidade. Mas não se tratava de uma Crônica, apenas de um traslado ou apontamentos de Cerveira quisera ordenar, pelo que, se houvesse da parte de Zurara uma intenção de plágio (e sabemos como esta noção é controversa no quadro cultural do século XV), teria omitido uma fonte informativa que podia deslustrar o seu labor pioneiro. (SERRÃO, 1989, p.29).

A primeira obra escrita por Zurara pode ter vindo de manuscritos fragmentados elaborados por outros cronistas, entretanto a forma que a crônica foi elaborada não altera os fatos, acontecimentos importantes do início da era moderna;

É opinião geralmente aceite (Costa Pimpão, Duarte Leite, José de Bragança, Dias Dinis) que o códice parisino reúne duas obras distintas: a crônica dos Feitos do Infante D. Henrique (caps.III a VI, LXXIX a LXXXV, XCV a XCVII) e a Crônica dos Feitos de Guiné (restantes capítulos). Zurara confessa no prologo que, por ordem regia, desejava traçar <<os grandes e muy notavees factos do

senhor infante dom Henrique duc de Viseu e senhor da Covilhã>>; e no primeiro capítulo acrescenta que os manuscritos contêm todos feitos que se passaram na conquista de Guiné (SERRÃO, 1989, p.29).

Segundo, o estudo de Katuscia Quirino Barbosa, em sua tese: *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*, o qual analisa dados sobre a circulação da obra, sabe-se que ela fora utilizada no início do século XVI, pelo historiador português João de Barros e pelo frei Bartolomeu de La Casas, na segunda metade do mesmo século na Espanha. Todavia, após esse período não teve notícias de citação da obra e o local que se encontravam os manuscritos e códices por mais de trezentos anos. O manuscrito da crônica ficara desconhecido até o século XIX, quando em 1837, o francês Ferdinand Denis encontrou um códice na Biblioteca Real de Paris, atual Biblioteca Nacional. “O códice encontrado, de número quarenta e um, dos manuscritos portugueses, trazendo na lombada da encadernação a inscrição moderna: *Cronique de la Conquete de la Guinee*, mas nenhuma inscrição no seu interior.” (BARBOSA, 2017, p.51)

Já na interpretação de Aznar, Corbella e Tejera tiveram acesso primeiro ao texto original da Crônica da Guiné. Em 1490, Valentim Fernandes incluiu fragmentos da crônica em sua obra: “*Ceuta e sua Costa*”. Outros autores do período, como o historiador português João de Barros, que em 1539 iniciou a redação da obra *Primeira Década de Ásia*, e como Las Casas, no livro *História das Índias (1552-1561)*, tomaram Zurara e Barros como fontes. Mas, havia em 1556, o humanista e filósofo Damião de Góis, em sua *Crônica do Príncipe D. João*, este não pode consultar o manuscrito original, pois já estava perdido.

Sabe-se que o códice original encontrado em Paris é um exemplar em fôlios pequeno, escrito em pergaminho, e no melhor estado de conservação, contendo 319 páginas e divididas em duas colunas cada, ambas manuscritas em letra do século XV. Na primeira folha há uma carta do autor, Gomes Eanes de Zurara para o rei D. Afonso V, nos fôlios 2 a 4 corre o índice da obra e no fôlio 5 há um retrato a cores do infante, que, de acordo com Duarte Leite, presume-se copiado de um dos painéis de S. Vicente. A partir desse original foram realizadas três cópias: o manuscrito de Valentim Fernandes, da Biblioteca de Munique, outra do século XVII, conservada na Biblioteca de Madrid e outra do século XVIII da Biblioteca Nacional de Munique. O manuscrito de Valentim Fernandes que se encontra na Biblioteca de Munique, é o mais antigo dos exemplares, e foi descoberto em 1845 pelo Dr. J. A. Schmeller na Biblioteca de Munique (BARBOSA, 2017, p.51).

Nesse sentido, destacamos à edição princeps de 1841 da Crônica da Guiné, utilizada no nosso trabalho, foi organizada e publicada pelo Visconde de Santarém e da Carreira, então

ministro de Portugal em França. Quando teve conhecimento do manuscrito encontrado em Paris por Ferdinand Denis, e conseguiu permissão para fazer uma cópia e levar para Portugal. Na introdução da crônica, escrita por Visconde de Santarém, consta os escritos: “Crônica da Conquista de Guiné por Gomes Eanes de Zurara, escrito que é incontestavelmente não só um dos monumentos mais precioso da história da glória portuguesa, mas também o primeiro livro escrito por autor europeu sobre os países situados na Costa Ocidental da África além do Cabo Bojador”.

Portanto, a escrita da crônica tinha o objetivo de obter autorização do papa para as conquistas no Norte da África, como cruzada e justificar a escravização dos infiéis em território africano, conceder a coroa portuguesa o reconhecimento das terras que os portugueses já haviam encontrado, e o outorgando o monopólio na costa africana. Após a escrita da crônica por Zurara, em 1455 o papa concede a bula *Romanus Pontifex* dando a Portugal a autoridade que desejava, a posse de todas as terras descobertas e as serem conquistadas.

Zurara em sua crônica não tinha a intenção de descrever os negros que viviam na região da Guiné, as descrições que temos na crônica era para conhecimento dos contatos que aconteceram entre a população de infiéis, que necessitava se converterem a santa fé cristã. Estas motivações de Zurara serviram de base para autores atuais, que debateram o mesmo tema, como João de Barros, Valentim Fernandes e J.R. Tinhorão. Assim, de acordo com Jerry Santos Guimarães (2012).

Com o objetivo de obter autorização papal para a guerra no Norte da África como cruzada e justificar a escravização de infiéis, D. Afonso V encomendou a Gomes Eanes de Zurara a crônica da Tomada de Ceuta. Assim por relatar o sucesso dos portugueses cristãos contra os muçulmanos marroquinos em 1415, foi conseguida a bula *Dum Diversos*, em 1452, que concedia aos lusitanos plenos direitos de conquistar no norte africano.

A crônica de Guiné foi escrita especialmente para a obtenção de uma nova bula papal que ampliasse os direitos portugueses sobre o “Mar Oceano”. Ao narrar as descobertas portuguesas, que entre 1434 e 1448 já haviam ultrapassado o Cabo Bojador e chegado à Guiné, ou “Terra dos Negros”, D. Afonso V requeria do papa Nicolau V (1397-1455) o reconhecimento das terras que os portugueses já haviam encontrado na costa africana. A data oficial da crônica da Guiné é de 1453. A nova bula, a *Romanus Pontifex*, veio em janeiro de 1454 e concedia a Portugal a posse de todas as terras descobertas ou por descobrir ao sul do Cabo Bojador. (GUIMARÃES, 2012, p. 5-6)

3.2 GOMES EANES DE ZURARA

Em relação aos aspectos da vida de Zurara, o pouco conhecimento que temos são dados contraditórios. Os documentos analisados trazem em diferentes pontos de vista, informações distintas quanto à data de nascimento e o local. Sabe-se que pode ter nascido entre 1404 e 1410,

em Pinheiro Grande, Santarém, filho do cônego da catedral de Évora e Coimbra, assim escreveu o poeta, filósofo e preceptor Mateus Pisano, mestre de latim de D. Afonso V, em sua obra *De Bello Septensi* (1460), segundo os estudos dos autores Aznar, Corbella e Tejera. De acordo, com Barbosa, Zurara nasceu em Ribatejo, e no reinado de D. Duarte já vivia na corte, auxiliava Fernão Lopes, exercendo funções administrativas numa secretaria do arquivo régio. Outros dados de sua vida são desconhecidos, como o estado civil, a data da morte que pode ter ocorrido entre 1473 e 1474, e o local de sepultamento.

Na primeira metade do século XV, Zurara já frequentava a corte portuguesa, D. Pedro reinava na época, até D. Afonso V atingir a maioridade, a sucessão a Fernão Lopes ocorreu a partir de 1450, Zurara passou a ocupar as funções de cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, dando continuidade aos trabalhos do primeiro cronista. Acumulava também a responsabilidade de bibliotecário da Livraria Real que D. Afonso V estava formando nos paços da Alcáçova, cargo que exerceu durante vinte anos na corte lusitana. Durante esse período, foi acusado de destruir, a mando de D. Afonso V, documentos da chancelaria, referentes a regência de D. Pedro, atualmente sabe-se que não foi Zurara que inutilizou os livros régios.

Ao assumir o trono, D. Afonso V nomeou Zurara como cronista régio. A carta régia de nomeação comprova a incapacidade do primeiro cronista, Fernão Lopes, e agradecimento aos serviços prestados a coroa. Zurara já de idade avançada dedicou aos estudos. O conhecimento que teve para sua formação acadêmica foi na corte lusitana e na Biblioteca Real do palácio, que possuía um importante repertório de obras clássicas. Joaquim Veríssimo Serrão faz uma comparação entre Zurara e o primeiro cronista da corte portuguesa.

A comparação com Fernão Lopes, de que se tem usado e abusado, não deve manter-se, apesar de serem quase contemporâneos. Foram autores distintos pela formação mental e pela investigação a que procederam. Distingue-os, sobretudo, o campo histórico que procuraram narrar, Lopes voltado para um passado a que, só em parte, lhe fora dado assistir (a realeza de D. João I antes da empresa de Ceuta), Zurara como autor contemporâneo e, portanto, traduzindo uma opinião vivida sobre os acontecimentos. No louvor que dispensava ao primeiro cronista, Alexandre Herculano deu origem a uma corrente de opiniões que diminui Zurara como historiógrafo e escritor, como se quisesse separar o autor medieval do que já revela dons de modernidade. (SERRÃO, 1989, pag.370).

De acordo com os dados do trabalho de Alexandre Herculano, diz ser Zurara, filho de João Eanes de Azurara, bispo de Évora e de Coimbra, entrou jovem na Ordem de Cristo e chegou a ter grau de comendador de Alcains. Foi autor da *Crônica da Tomada de Ceuta* (1415) a pedido de D. Pedro, finalizada em 1450, relata os acontecimentos no norte da África, com a conquista da praça mauritana. Ficou responsável também pelo panegírico sobre o Infante D. Henrique, a redação foi a pedido por D. Afonso. Compôs a terceira parte da *Crônica de Dom*

João I escrita por Fernão Lopes, englobando os acontecimentos de 1383 a 1411. Estas fontes são juntamente com a Crônica de Guiné, escrita pelos anos de 1452-1453, os relatos mais antigos da história ultramarina. São de sua autoria também a Crônica do conde dom Pedro de Meneses (1458 e 1463) e a Crônica do conde dom Duarte de Meneses (1467 e 1468).

Porém, segundo estudos de Joaquim Veríssimo Serrão, a definição inicial do cronista é de historiador e não de funcionário da corte portuguesa. Zurara utiliza documento escrito como base de informação, mas não descarta os dados vindos de testemunho oral de viajantes, missionários e outros que tiveram contatos com a realidade no norte da África. Principalmente aqueles que estiveram nas viagens ao Marrocos, conheceram a região de Ceuta e Alcácer-Ceguer. Dados que permitiram contribuições significativas nas descrições das populações e na geografia da região, escrevia sobre fatos ocorridos em seu tempo. Como analisou Serrão no trecho a seguir:

[...] Apesar das limitações da sua formação cultural, que os autores de maneira geral reconhecem, a sua probidade não suscita dúvidas. Foi, acima de tudo, um fiel narrador, tomando a história recente como base das crônicas. A sua vida coincidiu com o tempo histórico que foi objeto do seu estudo, ou seja, da conquista de Ceuta, em 1415, à morte de D. Duarte de Meneses, em 1464. Podemos assim defender que Zurara trata de acontecimentos vivos na sua lembrança, não lhe sendo difícil reconstituir uma época histórica de que se considera, ao mesmo tempo, criatura e testemunha. (SERRÃO, 1989, p.31).

Portanto, Zurara vai descrever acontecimentos do seu tempo, um período de transição do final da Idade Média e início da Era Moderna, sua obra foi escrita reverenciando valores que definiam esse período, “tal fato permite afirmar que o cronista narrou um tempo histórico ainda vinculado a um tipo de mentalidade prestes a desaparecer e talvez sem ter em conta a grande revolução histórica que os descobrimentos marítimos estavam a abrir para o mundo” (Serrão, 1989, p.32). O segundo cronista da dinastia de Avis, em sua Crônica de Guiné, vai escrever as razões que leva D. Henrique a entrar em contato com os povos africanos, a ânsia de conhecer novas terras, tentar estabelecer alianças com os povos cristãos, que não sabiam se encontrariam. Entretanto, há o contato com os infiéis, os mouros que viviam naquelas localidades, e também a população negra da costa ocidental africana, os negros guinéus como eram chamados pelos portugueses. Mantiveram contatos, inicialmente com a intenção de alianças e a conversão dos infiéis, como empenho imposto pela Igreja. Proporcionando aos europeus contatos com povos de raças diferentes, a princípio as informações eram precárias, e o infante queria saber mais sobre essa gente.

Figura 5: Dom Henrique, o Navegador (1394-1460)



Retrato do infante D. Henrique
In: "Crônica dos descobrimentos e conquista da Guiné"
Biblioteca Nacional de Paris

4 A IMAGEM DO “NEGRO DA GUINÉ” SEGUNDO OS RELATOS DE GOMES EANES DE ZURARA

4.1 PRIMEIROS CONTATOS

No decorrer do movimento expansionista português, na primeira metade do século XV, ocorreram os primeiros contatos entre os portugueses e povos africanos que viviam na região da Senegâmbia, até então áreas desconhecidas dos europeus. O Norte do continente já era conhecido desde o mundo antigo, assim como as relações de comércio intensificada na Idade Média, que foram estabelecidas entre os europeus e os mercadores que transitavam pelas rotas ao Norte da África, territórios que estavam no controle dos árabes. O avanço das navegações pela costa atlântica, possibilitou o alcance do território cobiçado pelos lusitanos, conhecido como Guiné, ou “Terra dos Negros”, que representava para os portugueses a busca pelo ouro, captura dos nativos e apropriação de um novo espaço geográfico. Ao mesmo tempo, neste contexto, destacaram-se os relatos de viajantes, que foram produzidos ao longo do período, com referências significativas aos detalhes da região e descrição dos povos, trazendo informações sobre seus costumes, modos de vida, estrutura social dos grupos com aspectos distintos quando comparados ao horizonte cultural dos navegadores do século XV.

Sabe-se também que a falta de escrúpulos em usar fontes alheias era normal na época. A dificuldade que se enfrenta é quando se procura estabelecer uma distinção ficcional entre o texto e o documento. Esses relatos de viagem são documentos que, apesar de suas propriedades referenciais, mostram evidências de caráter ficcional. [...] a ausência de outro tipo de documentação levou a um uso deliberado dos relatos de viagens por parte dos historiadores, (ZIEBELL, 2002, p.63)

Nesse contexto, o impacto da chegada dos portugueses na costa africana é descrito nos documentos da época, na produção cronística de acordo com a experiência e o olhar observador dos navegantes quatrocentistas. A perspectiva do cronista era de escrever sobre o que procuravam, narrar o que os eleitores queriam ler, sobre o reconhecimento do território, dos habitantes e os infiéis para converterem. A conversão dos infiéis e a salvação das almas relacionam-se com as justificativas das viagens, encontradas nas fontes. Um dos motivos de D. Henrique mandar buscar as terras de Guiné, neste momento o Mouro, o mesmo da Reconquista ibérica, já era visto como inimigo da cristandade:

[...] porque se dizia, que o podyrio dos Mouros daquela terra dAfrica, era muyto mayor do que se comumente pensava, e que nom avya entre elles chistãos, nem outra algun geeraçom. E porque sesudo, per natural prudência, he contrangido a querer saber o poder de seu imiigo, trabalhouse o dicto

senhor de o mandar saber, pera determinadamente conhecer ataa onde chegava o poder daquelles infiees (ZURARA, 1841, p. 46).

Portanto, para compreender as discussões que nortearam a escrita da época, situamo-nos nas fontes portuguesas, relatos quatrocentistas dos primeiros contatos, Zurara na posição de cronista do reino construiu seus discursos de legitimidade e poder, usando a crônica de Guiné para alcançar as pretensões da corte lusitana. O cronista usava de artifícios para convencer alguém a tomar decisões. Durante o século XV, relatou os grandes feitos dos portugueses na África, dando importância a expansão oceânica. “Zurara, tinha o poder de atestar quais depoimentos orais eram verídicos e dignos de confiança para a sua escrita da história” (Guimarães, 2012). Todavia, as mudanças ocorreram entre duas épocas com especialidades distintas, o que mudou a maneira de pensar e agir dos homens. É na perspectiva de representação de um período em um contexto de consolidação que a Crônica da Guiné deve ser analisada. Em relação ao tema explicou André Luiz Bertoli em seu artigo:

Essas representações como afirmado por Chartier, inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se anunciam em termos de poder e de dominação, ” em outras palavras são produzidas verdadeiras lutas de representações”. E as imagens e símbolos de poder gerados pela prática cronística foram apropriadas de acordo com os interesses vigentes, as motivações e as necessidades que se confrontaram no momento que Zurara escreveu. Mas, por não termos como avaliar qual o grau de receptividade dessas obras quando foram escritas, limitando nós a interpretar o discurso e as representações criadas por Zurara. (BERTOLI, 2011, p.7)

Outra questão a ser discutida está relacionada às ideologias medievais do cronista, o autor apoiava-se em categorias vindas da Antiguidade e dos pensadores medievais, faz referência a filósofos do mundo antigo para compreender situações que deparou. Ele menciona Santo Agostinho, faz alusão a história romana, lembra de Tito Lívio e Valério quando se refere as ações travadas na África, comparando com as batalhas romanas. Também menciona Sócrates quando analisa a inveja que Nuno Tristão sentiu de Antam Gilz por não conseguir um diálogo com a população local, até aquele momento desconhecidos. A tendência para referir aos autores clássicos em suas narrações, mostra sua mentalidade medieval, mesclada com os acontecimentos de uma nova era, em um contexto de expansão.

Os primeiros contatos foram marcados por enfrentamentos, inicialmente de acordo com Zurara, em proporção menor do que estavam acostumados, comparando com as batalhas contra os mouros no Marrocos, ou na própria península, os confrontos da Costa Ocidental possuíam outra dimensão. Segundo Horta, em determinados combates, os guinéus eram valorizados, sua “capacidade física, bem como da coragem demonstrada no combate, acresce a confirmação da carga positiva inerente ao Negro na perspectiva da evangelização”. Dessa forma, os portugueses

tinham a preocupação de mostrarem que eram superiores, atiravam com armas, as bestas, mesmo sem batalha, ao menos para demonstrar seu poderio. O contingente de negros dependia do tamanho do grupo, a qualidade da luta, a reação e a capacidade de resposta era, na visão europeia superior, as dos mouros. As armas dos guinéus eram espadas, lanças, atiravam com flechas, feitas de maneira que não têm penas, nem moosa para entrar a corda, e as azagaias feitas com sete ou oito garfos de arpões. A respeito da estratégia militar, há versões que contestam essa pacificidade dos africanos, defendida por autores que já analisaram os primeiros confrontos. Mas, o cronista não deixou de narrar os “sinais de descontinuidades com o viver bestial dos povos do deserto”.

Nesse sentido, é importante compreender as informações encontradas na fonte, relacionados a estereótipos negativos, usados para desqualificar os africanos, descritos como gente barbárica e bestial, bestas selvagens, seres desprovidos de astúcia e esperteza, inferiores e incapazes de perceberem a aproximação do inimigo. Quando comparados os guinéus com os africanos de outras regiões, canários, os berberes, os mouros do Norte, os etíopes da Etiópia que já eram conhecidos dos europeus. De acordo com Claudia Lima:

“Certamente, toda essa composição do estereótipo do africano negro, não ocorreu pelo desconhecimento do continente africano. De acordo com as notas de atualização dos textos conforme explicita Zurara, as primeiras tentativas feitas pelos marítimos portugueses para passarem além do Cabo Bojador datam de 1336, no tempo d’el Rei D. Afonso IV. ” (LIMA, 2009, p.138)

Dáí em diante, ocorreram mudanças significativas na forma de enfrentar a região, o novo espaço foi incorporando as práticas sociais e culturais entre esses povos, e neste local estabeleceu o primeiro comércio regular de escravos, usando a população nativa do território conquistado. Milhões de africanos foram retirados do continente, enviados, inicialmente a Portugal, depois para outras áreas do Novo Mundo. As primeiras almas de cativos que chegaram ao reino para serem salvas foram justificadas na época pela retirada dos negros do seu território. Foi com a expedição do navegador Nuno Tristão que os primeiros cativos foram capturados para Portugal. Em seguida, Afonso Gonçalves voltou para reino sem ter conhecimento se os homens da região eram mouros ou gentios. Nos relatos da época não fica claro:

(...) não se pode afirmar que os cronistas dos primeiros tempos das conquistas falavam de escravos mouros, berberes ou árabes propriamente ditos, ou de negros nativos da África Equatorial. Nos seus escritos, os cronistas não se preocupavam em definir o que entendiam por mouros e gentios; empregavam, sempre, expressões genéricas como: mouros negros, mouros cativos, cativos ou simplesmente negros. Isso quando não se referiam aos cativos com uso de eufemismo como almas, a exemplo do que escrevia Zurara ao atribuir a Nuno Tristão, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, a frase dita ao guarda-roupa do mesmo senhor, Antão Gonçalves, que, na costa próxima ao Cabo Branco, conseguiria sequestrar um homem nu e uma moura negra. (LIMA, 2009, p.139)

Assim, com o reconhecimento da região, os portugueses enfrentaram dificuldades em manter os contatos, principalmente relacionados à linguagem, com particularidades que os lusitanos não estavam acostumados. Os mouros do Norte falavam outro dialeto, linguagem mourisca. O linguajar era componente essencial para penetrar no mundo dos negros, portanto, nesse momento mesmo sem compreendê-los, os portugueses tentavam se comunicar, Zurara reconhece a diversidade de línguas entre os grupos que viviam na costa, o cronista nomeia de azaneguya de Zaara, a língua falada na região habitada pelos povos azegueneses (negros de Jalof, onde começa a região da Guiné). “[...] o obstáculo linguístico fazendo-se sentir como uma das marcas da descontinuidade cultural com o Norte” (HORTA, 1991, p. 78).

4.2 MOUROS, INFIÉIS, GENTIL OU PAGÃO

Dessa forma, os confrontos com as populações negras do interior foram intensificados com as conquistas. Conseqüentemente, a partir desse período, surge uma nova frente de contatos voltada para o oceano Atlântico, que tornou uma das grandes áreas fornecedoras de escravos para a colônia portuguesa na América. Mariza de Carvalho Soares (2000), em seus estudos, explica que a ampla rede comercial idealizada pelos portugueses no Atlântico, a partir do século XV, envolve várias situações relacionadas ao comércio de cativos. Essas ocorrências combinadas com a conquista da costa ocidental africana, inserindo a Guiné em um novo espaço, foram unidas pela formação da modernidade ibérica a partir da exploração dessa terra. Com o alargamento dos territórios portugueses fora da Europa, ocorreu um aumento da demanda de mão de obra e logo, o comércio de escravo em grande escala, provocando o tráfico negreiro que se tornou um lucrativo negócio. A explicação para a captura dos negros está relacionada às vantagens de levar os cativos para Portugal, pois era, no momento, a riqueza encontrada:

Daí em diante, por vários anos a empresa africana vive do comércio desses escravos levados regularmente a Lagos, no Algarve, ao sul de Portugal, onde o infante D. Henrique se instala com seus homens. Zurara esclarece que, embora anteriormente já tenha usado o termo Guiné, este se aplica mais a propriamente à essa terra atingida por Dinis Dias, chamada “terra dos negros” (SOARES, 2000, p. 74).

Baseado nos relatos de Zurara, encontramos referência aos aspectos das regiões, “Terra dos Mouros” e “Terra dos Negros”, termos usados para comparar e diferenciar os territórios, áreas com especialidades significativas, apontando as características do solo, clima, fauna, atributos dos cronistas medievais. Com isso, percebe-se uma hierarquia entre os habitantes do Norte e os povos vindos do interior do continente, estabelecida com o avanço do movimento expansionista. Os mouros, também chamados de berberes, povos de pele mais clara, eram de

várias etnias, tidos como escravos brancos, e o outro grupo de escravos negros, que eram os negros guinéus, originários da África negra. Na compreensão do cronista, há diferença dentro do próprio grupo, que descreve também a maneira que estão estruturados a hierarquia social entre esses povos, como o exemplo dos mouros da Mauritânia, do Marrocos que possuíam seus cativos, o que comprova que se julgavam superiores:

[...]Como sabees que naturalmente todo preso deseja ser livre, o qual desejo tanto he mayor, quanto a rezom ou nobreza mais abasta naquele que per fortuna se acertou de viver em sogeiçom alhea; e assy aquelle cavalleiro, de que já falamos, veendosse posto em cativeiro, no qual como quer que fosse docemente tratado, desejava ser livre, pollo qual muytas vezes requerya a Antam Gilz que o levasse a sua terra, onde lhe afirmava que darya por sy cinco ou seis mouros negros, e asse lhe diria que eramally antre os outros cativos, dous moços de semelhante rendiçom. E aquy avees de notar que estes negros postoque sejam mouros como os outros, som porem servos daquelles, per antigo costume, o qual creio que seja por causa da maldiçom, que despois do deluvyo lançou Noé sobre seu filho Caym, pella qual o maldisse, que a sua geeraçom fosse sogeita a todallas outras gerações do mundo, da qual estes descendem, segundo screve o arcebispo dom Rodrigo de Toledo, (ZURARA, 1841, P.93)

Dessa forma, Zurara descreveu em seus relatos, categorias referentes ao negro africano, designações que vinham sendo usadas nos séculos anteriores. Quando confrontados eram apontados como etíopes, mouros negros, infiéis, gentio ou pagão, mouros guinéus.

As oscilações da parcela do código referencial analisado podem ser sintetizadas num esquema (necessariamente simplificador) de articulação dos principais estereótipos, lugares comuns e categorias, no qual se observa como a avaliação do africano é filtrada pelos diferentes conteúdos das duas categorias [(+) e (-) marcando os polos que tendencialmente conferem maior valorização ou desvalorização] que o recobrem (HORTA,1991, p.63)

Essas expressões eram conhecidas fazendo referência aos povos que viviam ao norte africano, muito usadas para situar, relacionando com a localidade. Assim, os termos utilizados para classificação dos “negros da Guiné” são os mesmos encontrados nos escritos das crônicas e das bulas papais da época. Para interpretá-los, a explicação foi baseada nos trabalhos do pesquisador José da Silva Horta, que procurou esclarecer essas categorias em seus estudos. Para o autor, um termo muito usado nas fontes, negros como Etiópios, “etíope” coexistem duas definições dominantes: “por um lado são etíopes o conjunto dos povos submetido aos rigores do sol; por outro é a designação espontânea do Negro como tipo mais característico deste grupo humano”. Designações usadas em épocas anteriores ao século XIV, principalmente referindo ao Egito, “ o Negro é penalizado pelo modelo estético de Homem dominante e pelo peso dos estereótipos dos enciclopedistas relativos aos povos da Etiópia” (HORTA, 1991, p. 81).

Nesse sentido, a explicação estendeu-se a outras formas de classificação, “Mouro” “como opositor político-religioso fundamental”; por outro, designa os muçulmanos em geral. Também quando menciona local, designa o mouro da península ibérica ou terra dos mouros, fazendo referência ao Norte africano. Para Horta, o “Mouro encontra-se também nas narrativas, radicalmente desvalorizado, pelos topos que caracteriza como inimigo de Deus e amigo do demo”. Outra categoria analisada foi a de “Gentio” ou “Pagão”, o “Gentil não constituindo um adversário real ou concorrente do cristianismo, mas principalmente um convertido potencial” (HORTA, p.63), o que mais interessa considerar por estar mais propício a conversão. Como explica o autor:

[...] “ pode designar o que não é cristão, tirante o judeu, esta categoria é definida, numa primeira aproximação, pela negativa, como um dos grandes tipos de infiéis; nela se integram aqueles que, fora da fé cristã (e excluídos os hereges), não são judeus nem Mouros, [...] Gentios são: homens que são tais quais nasceram convém a saber sem boa doutrina e sem lei, (HORTA,1991, p. 53)

Para compreendermos o que nos chegou, sobre a visão construída dos negros africanos, presentes no imaginário europeu, iniciamos as reflexões da expansão portuguesa nos séculos anteriores. A interpretação está relacionada com a cor da pele associada à cor negra, com aspectos acompanhados de “tristeza, ao demônio e inferno”. Formularam estereótipos negativos a “imagem dos negros”, presentes até o início do século XV, construção que sofreu mudanças a partir do período. A classificação desses povos está fundamentada em concepções religiosas do mundo cristão-ocidental, baseadas na Bíblia:

Outra questão que se observa nas fontes, em especial em Zurara é associação com a bíblia, a África pertence a geração de Noé. De acordo com Le Goff, a região da África Negra é definida no antigo testamento como o país dos cuxitas, ou seja, dos descendentes de cuxe que é filho de Caim, o filho amaldiçoado de Noé. Assim, a “geração” dos negros estaria estigmatizada pela maldade de seu patriarca (BARBOSA, 2017, p.214).

Essas designações negativas mudam em diferentes momentos históricos, dependendo das formas de percepção dos europeus, mas os principais estereótipos permanecem. De acordo com a explicação de Horta:

[...]Na representação da religião uma hierarquia é estabelecida entre o Mouro do Norte (de aquém-Bojador e Península) e o “novo” mouro árabe-berbere capturado ou resgatado nas costas sarianas, este isento da caracterização psicológica negativa tradicionalmente presente na imagem cristã-peninsular dos Muçulmanos, em particular a renitência na sua fé. O mouro negro é ainda aquele que goza de um melhor posicionamento: a sua ligação à linhagem dos Gentios assegura uma conversão mais fácil ao cristianismo (HORTA, 1991, p. 83)

Para compreender a análise da construção da imagem do africano negro, no contexto das conquistas, é essencial o uso do conceito: Imagem. Para permitir a reflexão e interpretá-la dessa maneira, buscamos a explicação apresentada por Lúcia Santaella (2008), que afirma que temos três domínios principais da imagem:

1) o domínio das imagens mentais, imaginadas e oníricas. Estas brotam do poder de nossas mentes para configurar imagens. Elas não precisam ter necessariamente vínculos com imagens já percebidas. A mente é livre para projetar formas e configurações não necessariamente existentes no mundo físico;

2) O domínio das imagens diretamente perceptíveis. Essas são as imagens que apreendemos do mundo visível, aquelas que vemos diretamente da realidade em que nos movemos e vivemos.

3) o domínio das imagens como representação visuais. Elas correspondem a desenhos, pinturas, gravuras, fotografias (...) (SANTAELLA, 2008, p.14).

O segundo conceito é o de Imagem, apresentado por Joly Martine (1996), “compreende o que indica algo que, embora nem sempre remota ao visual, toma alguns traços emprestados do visual e, de qualquer modo depende da produção de um sujeito”. Conforme Santaella (2008) não há imagens como representações visuais que não tenham surgidos de imagens na mente daqueles que as produziram, do mesmo modo que não há imagens mentais que não tenham alguma origem no mundo concreto dos objetos visuais (SANTAELLA, 2008, p.15).

Segundo, o artigo de Adriano Cecatto e Marcio Régio Fernandes, História e Imagem: linguagem e cultura visual. “A Imagem pensada como artefato cultural expressa valores de uma determinada sociedade, nos remete ao seu imaginário social, podendo assim trazer à tona as teias culturais do tempo e espaço estudado (CECATTO, FERNANDES, 2002, p.23) A imagem do negro africano foi produzida em um determinado contexto, e por meio dos documentos da época chegou até nós, exagerando em alguns aspectos e excluindo outros, uma realidade muito distinta do imaginário. As fontes que temos sobre estes primeiros encontros, retratam o olhar do europeu sobre os guinéus. Tal visão do outro serviu para construir algumas imagens destes povos (BARBOSA, 2017, p. 208).

Dessa forma, a imagem dos negros construída a partir dos contatos, a percepção dos portugueses em relação aos povos que viviam abaixo do Bojador, foi arquitetada e produzida múltiplas visões carregadas de estereótipos, que vão servir de padrão a todas as observações posteriores, apresentando de outra forma, baseadas em aspectos cristão-ocidentais. As diferenças religiosas ocuparam um papel importante nas formulações das categorias, conferindo significados diferentes repletos de preconceitos. “O que nos chegou não foi um retrato do africano “tal e qual” [...], mas, “retratos construídos do real, no interior nos limites e

possibilidades culturais de quem observou e fez as suas escolhas nos registros do que viu e ouviu dizer” (HORTA, 1991, p.45). Porém, para reconstruir as imagens do africano, feitas pelos europeus e outros viajantes, primeiramente, devemos observar as ideias que já tinham formado com antecipação.

O viajante de 1500, que é confrontado com uma realidade desconhecida e alheia a sua, apela para padrões e modelos de descrição e avaliação que lhe são familiares, explora logicamente o desajustamento entre o herdado e o vivenciado. Seu discurso oscila entre o velho e o novo e assume-se como um jogo dialético entre o encoberto e o descoberto. Os quadros tradicionais que dominam sua visão de mundo e que obrigam a um compromisso com a realidade empírica funcionam como paradigmas de expectativas em relação a esse mundo ainda descoberto (ZIEBELLI, 2002, p.21).

Nessa perspectiva, Silvio Marcus de Souza Correa (2002) pesquisou sobre a Imagem do Negro no Relato de viagem de Alvise Cadamosto (1455-1456). Em seu estudo, o autor analisa nas crônicas portuguesas do século XIV e XV, as práticas de exploração dos lusitanos e seus colaboradores italianos, com destaque para Cadamosto. Esse era um navegador italiano do século XV que estava a serviço da coroa portuguesa com espírito aventureiro e o desejo de enriquecer, atrelados com a expansão do cristianismo. Suas viagens ocorreram em 1455 e 1456, na costa ocidental, em um momento de mudanças na política expansionista de Portugal, que buscaram seguir a orientação de tentar estabelecer alianças com a população local.

Segundo Correa, a descrição da Costa Negra africana apresentada por Cadamosto possui alguns problemas relacionados a originalidade, devido ao tempo entre a viagem e a escrita do relato que procurou manter um distanciamento do pensamento medieval, a escrita da época apoiava na tradição da Idade Média, de recorrer aos clássicos para responder questões que não entendiam. Os termos depreciativos, formando uma imagem pré-concebida usados na crônica de Zurara não estão presentes na construção da imagem do negro sob o olhar de Cadamosto, que apresentou um texto descritivo, rico em elementos para prática de navegação, e menos generalista. Buscando destacar aspectos políticos, socioeconômico e culturais com observação atenta aos grupos étnicos, por isso, pode ser considerado a primeira fonte moderna sobre o negro africano.

A modernidade do relato do mercador veneziano não é apenas literária. Ela é também antropológica. Trata-se de uma nova imagem do negro africano que difere daquela, na qual o negro era visto seja como representação diabólica ou como descendente de Cam. Essa visão moderna, no entanto, não afastou o italiano da escravidão africana (CORREA, 2002, p. 126).

Na explicação do autor, as diferenças observadas pelo olhar atento do viajante, evidenciam as características culturais entre europeus e negro africano. No que refere à

organização social, encontrou uma divisão entre os grupos com estrutura hierarquizante, onde os chefes locais tinham um grande poder, exerciam um domínio sobre o grupo baseado na lei do mais forte. Quando iam para guerra, não usavam armaduras, estavam descalços, sem a correta estratégia militar e armamentos defensivos. Portanto, os grupos de guinéus que viviam nessa região possuíam um sincretismo religioso, eram idólatras e de fácil de conversão, comparados a outras regiões. A economia praticada pelos guinéus, tinha como principal atividade a agricultura de subsistência, baseada nas trocas de produtos. Segundo Correa, o relato de Cadamosto trata as riquezas da terra com mais detalhes, evitando comparações com outras áreas, pois a organização socioeconômica da região é bem diferente do universo europeu.

Outro aspecto importante, analisado no estudo de Silvio Marcus de S. Correa, é o fato de mostrar uma visão dicotômica do negro africano, possibilitando uma imagem alternativa, o que significa que sua representação é isenta de qualquer idealização. Os aspectos negativos apresentados fazem referência a parte física da África Negra, principalmente quando a tripulação não alcançava seus objetivos.

Pelo que se pode observar, a percepção do olhar do viajante do período, procurava a confirmação do que já conhecia, de ouvir falar sobre as terras e povos da região, formulando ideias preconcebidas em seu imaginário. As fontes que temos sobre estes primeiros encontros, retratam o olhar do europeu sobre os guinéus. Tal visão do outro serviu para construir algumas imagens destes povos (BARBOSA, 2017, p. 208).

Para interpretá-lo dessa maneira, foram usados os exemplos dado por Tzvetan Todorov. Apesar de trabalhar com outro contexto, o autor propõe uma análise abrangente que pode ser aplicada em diferentes estudos. Em sua obra: *A Conquista da América*, analisando a chegada dos espanhóis nas ilhas caribenhas, Colombo buscava por aspectos que já havia lido nas narrativas de viagem, escritas por exploradores medievais, dos séculos XIII e XIV. Os europeus chegaram na América acreditando estar nas Índias, procuravam a confirmação da visão de mundo conhecido pelo imaginário, que moldaram a percepção que os castelhanos tiveram dos índios, a qual vinha carregada de estereótipos, buscando relacionar imagens e ideias com as de outras populações, tentando satisfazer as expectativas do observador europeu, “os homens descobriram a totalidade de que fazem parte. Até então, formavam uma parte sem todo” “pode-se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma substancia homogenia, e radicalmente diferente de tudo o que não é si mesmo; eu é um outro” (TODOROV, 1983, p.3).

Nessa perspectiva, outro aspecto a ser considerado é a questão do “outro”, esse que segundo o olhar do observador causou um sentimento de estranheza. Na época, o outro era de

fato diferente, seres distantes que faziam parte de uma realidade diversa do mundo europeu, com línguas, costumes e tipos humanos diferentes. Todorov faz uma análise da percepção que os espanhóis tiveram dos índios, para o autor o “outro” somente pode ser percebido a partir da ótica do “eu”, explicando que os indivíduos do período não sabiam lidar com o outro, e a forma que foi construída essa relação trouxe consequências, presentes até os dias atuais. Em uma época de mudanças, em um contexto de descobertas, em que o olhar do viajante adquire significações moldando o pensamento moderno. Desse relacionamento surgiram consequências, pela forma que os sujeitos aparecem na construção do encontro com o “outro” no mundo moderno.

Para compreender a análise sob a questão do outro, no contexto das conquistas, foi feita uma reflexão em torno do conceito de alteridade, que diz respeito ao outro. A ideia aperfeiçoada com a análise do olhar diferenciados dos viajantes é compreendida como uma diferença, um sentimento de estranheza absoluta. O conceito apresentado por Katiuscia Quirino Barbosa (2017), permitiu compreender como se trata alteridade nesse período, “pois ela se constitui e se afirma na diferença. A diferença, por sua vez, é produzida por meio de sistemas simbólicos e marcada tanto por eles, quanto por meio de exclusão social, gerando duas formas de diferença a saber: diferença simbólica e diferença social” (BARBOSA, 2017, p.195).

Portanto, a imagem do negro africano presente no imaginário europeu, utilizando categorias, que no primeiro momento se referia ao século anterior, somada às informações de uma cultura diferente diante da realidade dos contatos, vai sofrer uma transformação para explicar os novos indivíduos, e em todas as imagens construídas dar sentido ao “outro” que foram integrados no decorrer do tempo ao novo espaço, provocando uma experiência de alteridade, sendo associadas à interpretação da construção do outro inferior e selvagem, o “outro desconhecido” em um novo espaço geográfico, no caso os territórios da Guiné. Nessa perspectiva, os negros são classificados como superiores aos mouros, mas, inferiores aos portugueses. A intolerância religiosa, já presente nos padrões dos europeus, teve papel importante acentuando a diversidade nessa classificação. O que ocorre é a não aceitação das diferenças, principalmente relacionada a religião. De acordo com Peter Burke:

Imagens nos permitem imaginar o passado de forma mais vivida [...]. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas (BURKE, 2004, p.17).

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem do negro africano criada a partir dos contatos estabelecidos ao longo do século XV, na costa africana, traz uma construção sob diversos aspectos. Deparamo-nos com aqueles que já faziam parte do imaginário europeu, que evidencia características próprias relacionadas ao território que os grupos pertenciam. O Norte era reduto dos mouros, o mesmo conhecido através da Reconquista ibérica, e inimigo da cristandade. Essa denominação servia para descrever a população do Marrocos, Egito, povos islamizados que estavam fora da região da Guiné, mas, não eram totalmente estranhos dos portugueses. Os europeus sabiam que a África existia, só não tinham ideia da dimensão do território e a diversidade de grupos humanos. As observações de Zurara mostram que ele sabia que os mouros se encontravam ao Norte, mas, continuou a denominar os negros da Guiné pelo termo, também usado nas bulas para designar todos os povos a ser conquistado, convertidos ao caminho da salvação.

Portanto, o negro africano dos territórios da Guiné era desconhecido até então, mas já representado no imaginário europeu, com aspectos associados a cor negra, ao mal ou como os descendentes dos filhos de Noé, que na divisão de mundo ocupava na hierarquia um lugar de desprezo. A partir dessa perspectiva, pode-se notar que as expressões usadas eram carregadas de preconceito, formulando um esquema de representação de estereótipo, apresentando ideias pré-concebidas a respeito dos povos da África ocidental, que permaneceram desconhecidos até o início do século XV, quando apresentados por Zurara, com poucos dados das etnias. Outro aspecto foram os conhecimentos geográficos, imaginados na Idade média e estavam presentes no momento dos contatos, são conhecimentos de ouvir falar dos territórios. Fica claro quando Zurara relata que estava navegando pelo rio Nilo, na verdade estava no rio Gambia, essa é visão da literatura da época.

A nova imagem do negro procura definir os guinéus como pertencentes da “Terra dos Negros”, representados como um grupo diferente que causara um estranhamento completo aos europeus, evidenciando uma relação de alteridade. Os guinéus foram classificados nos aspectos religiosos como idolatras e propícios à conversão, aspecto importante para expansão do cristianismo. É estabelecida uma hierarquia entre povos islamizados e negros idolatras, povos que não são cristãos nem muçulmanos, observados pelos navegadores a procura de mercadorias para comercializar, o que se tornou possível conforme distanciava dos primeiros anos. Os primeiros contatos serviram para diferenciar os grupos e as categorias usadas no início e já não faziam mais sentido continuar usando.

A imagem concebida do “outro”, mostra a diversidade dos povos da região da Guiné, marcadas por classificações hierárquicas, procurando inserir os povos descobertos em um universo já arquitetado pelos europeus. O encontro do outro, estabelecido a partir dos contatos, vêm carregado pelo imaginário europeu confrontando com a realidade percebida. Tal visão trouxe a construção de uma imagem acentuada pelas diferenças, mas divergente dos períodos anteriores.

5 OBJETO DE APRENDIZAGEM

Neste capítulo, abordaremos as discussões a respeito do desenvolvimento do Objeto de Aprendizagem, conceitos e interpretação, assim como, as possibilidades de uso desse objeto na educação. Com o objetivo de integrar as novas tecnologias no cotidiano da sala de aula, como um novo meio de construção do conhecimento em história, contribuindo assim, para desenvolver competências e habilidades com o uso do objeto de aprendizagem tornando as aulas mais interativas e com maior participação dos alunos, ampliando o domínio de conteúdo, acrescentando os novos materiais às atividades já existentes na escola.

Com esse propósito, na atualidade tornou-se indispensável o uso de computadores, igualmente as mídias utilizadas pelo professor em sala de aula (projektor, Datashow, televisão, etc.), empregadas como ferramenta pedagógica e auxiliando o ensino aprendizagem. Dessa forma, percebemos a necessidade de criar condições para o desenvolvimento de novas formas de aprendizagem, aliados à informática, à internet e o professor como mediador, permitem a construção do conhecimento pelos alunos. Segundo Cesar Coll (1994), que defende a ideia de o aluno adquirir conhecimento de sua maneira, quando incentivado a auto estruturação do conhecimento, por meio de descobertas em um processo de comunicação e interação entre professores e alunos.

Nas últimas décadas ocorreu um aumento do uso das TICs na educação, e como consequência, o avanço das discussões da produção midiática, presente nos atuais desafios do ensino de história, buscando inserir novos elementos tecnológicos associado ao conteúdo. Espera-se resultados positivos na aprendizagem, quando a prática pedagógica está associada à tecnologias de informação e comunicação, aliados ao uso de recursos educacionais inovadores, equipamentos tecnológicos necessários para alcançar mais qualidade do ensino. Por isso, pensando nas possíveis formas de construção do conhecimento, surge a necessidade de desenvolver o objeto de aprendizagem, acreditando que além de provocar a interação dos indivíduos com as tecnologias, vem transformando a maneira de acesso ao conhecimento.

Nessa perspectiva, para atender ao objetivo do mestrado profissional em História Ibérica, que tem como requisito a elaboração de um objeto de aprendizagem, a proposta deste trabalho é apresentar o desenvolvimento de um objeto de aprendizagem em história. Ferramenta que vêm se mostrando como alternativa de apoio à construção do conhecimento na educação, o que vai proporcionar aos alunos quanto uma ferramenta de mediação que os levem a aprendizagem, desta forma, proporcionar o aprendizado dos conteúdos curriculares.

Nesse Contexto, é importante conceituar o termo: Objeto de Aprendizagem (AO), que em distintas situações vêm sendo usado com a mesma finalidade, software que pode ser utilizado em diferentes plataformas ao mesmo tempo, fácil acesso e reutilizado. Assim, é determinado por Sá Filho e Machado (2003) como: “recursos digitais que podem ser usados, reutilizado e combinados com outros objetos para formar um ambiente de múltiplas ações educacionais”.

Segundo Wiley (2000), que determina “Objetos de Aprendizagem são quaisquer recursos, que possam ajudar no processo de ensino-aprendizagem”. São digitais, disponíveis via internet e de fácil acesso as propostas de utilização do material. Espera-se que influenciam os alunos em sua aprendizagem, trazendo melhorias significativas no desenvolvimento educacional. O objeto de aprendizagem, é visto como um suporte, uma expectativa na melhoria do trabalho docente, que estabeleceram em torno da tecnologia da informação e comunicação, espera-se o enriquecimento das aulas com maior participação dos alunos.

No ambiente escolar muitos dos recursos são limitados, o que torna um desafio para o professor no cotidiano das suas aulas como mediador dos alunos ao conhecimento, mas quando trabalhados com propósito de transformação, o resultado obtido pode ser satisfatório. O objeto de aprendizagem é elaborado para ser utilizado em qualquer ambiente on-line, na preparação das aulas, como um suporte ao ensino podendo ser empregados em diversos momentos, pode ser aproveitado em um curso, aula presencial ou à distância. O objeto de aprendizagem é construído de forma simples, material acessível e pode ser reutilizado, em qualquer plataforma de ensino, disponibilizado de forma a contemplar os docentes como suporte na preparação das aulas. Com recurso adequado e com habilidades do professor os objetos de aprendizagem podem ser identificados e reutilizados em diversas atividades.

5.1 O USO DE OBJETO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO

Na obra de Jose A. Valente (1999), *Informática na educação no Brasil*, o autor trata da introdução dos computadores nas escolas brasileiras, a partir do início da década de oitenta. Procura mostrar as discussões que ocorreram a respeito das iniciativas em tentar resolver a falta de profissionais qualificados, destacando a trajetória desse desenvolvimento, as dificuldades de inserir o computador na educação, a introdução de uma ferramenta pedagógica em sala de aula. Marcado pelas dificuldades e resistências encontradas pelos professores, com a chegada da nova tecnologia e o desenvolvimento de novas habilidades para dar conta das mudanças no ensino. Após percorrer essa trajetória, Valente levanta questões sobre a formação do

profissional da educação e a interação com os alunos, a partir da inclusão desses recursos tecnológicos, não apenas aprender a usá-lo, mas incluir no seu cotidiano.

Nesse sentido, nas próximas décadas as discussões ficam em torno do uso das TIC, tecnologias de informação e comunicação. O assunto foi estudado por Guilhermina Lobato Miranda (2007) que discute em sua pesquisa Limites e possibilidades das TIC na educação:

O termo refere-se à conjugação da tecnologia computacional ou informática com a tecnologia das telecomunicações e tem na internet e mais particularmente na World Wide Web (WWW) a sua mais forte expressão. Quando estas tecnologias são usadas para fins educativos, nomeadamente para apoiar e melhorar a aprendizagem dos alunos e desenvolver ambientes de aprendizagem, podemos considerar as TIC como subdomínio da Tecnologia Educativa. (MIRANDA, 2007, p. 43)

Nos estudos de Guilhermina Lobato Miranda (2007), a autora discute os limites e possibilidades da introdução de novos meios tecnológicos no ensino e os efeitos aguardados. Espera-se que com os novos meios tecnológicos, ocorram mudanças positivas no ensino aprendizagem. Miranda usa o termo tecnologia/ inovação para explicar as novidades esperadas e levanta questões de como podem apoiar na transmissão e aquisição destes conhecimentos. Na análise de tecnologia educativa, a autora discute as teorias dos sistemas e da comunicação, pois trata dos processos envolvidos no funcionamento da educação, com o objetivo de apoiar alunos e professores a melhorar seus conhecimentos nessa área.

No contexto contemporâneo, a educação visualiza um movimento pela busca da qualidade, seguindo a trajetória de mudanças. Nesse sentido temos as modificações tecnológicas, as inovações na área da informática e as ferramentas pedagógicas, que causaram um impacto no contexto escolar, apontando transformações no processo ensino aprendizagem. Porém, é a relação aluno professor que está presente as interações dos indivíduos, como explica Jose Carlos Libâneo (2001), em seus estudos:

A educação está ligada a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação, mediante o qual favorece o desenvolvimento na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que o conteúdo dessa mediação são os saberes[...] (LIBÂNEO, 2001, p.8)

Dessa forma, na atualidade, o professor tem participação significativa agindo como mediador entre o objeto de aprendizagem e o aluno, instigando-o às novas descobertas, é ele quem coordena as discussões das ideias que vão sendo construídas. Assim, o docente envolve os alunos em atividades que permitam refletir o conteúdo apresentado, compreendido como um processo de transformação pela aprendizagem. De acordo, com Marta K. de Oliveira,

“Mediação em termos genéricos é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esses elementos” (OLIVEIRA, 2002, p.26)

Segundo as teorias de Vygotsky (1994) que formulou diversos estudos relacionados ao desenvolvimento humano, as semelhanças estão entre ensino e desenvolvimento psíquico e cognitivo das crianças. A aprendizagem é um processo puramente exterior, a partir dessa afirmação surgem discussões de seus colaboradores, Luria e Leontiev, em torno do conceito de mediação. Os autores procuram analisar a função mediadora presente nos instrumentos elaborados para a realização da atividade humana. São dois elementos mediadores propostos por ele: os instrumentos que introduzidos entre o homem e o mundo criam possibilidades de transformação e os signos que são exclusivamente humanos, representações mentais que são desenvolvidas pelas interações que levam ao aprendizado. Wertsch (2010) que também estuda as teorias de Vygotsky, afirma que “não se pode entender a mediação social na aprendizagem como algo isolado: todos os instrumentos usados para mediação estão interagindo dialeticamente com o conteúdo que se pretende ensinar.”

Nessa perspectiva, temos os estudos de Onilza B. Martins e Alvin Moser (2012), onde ocorre uma discussão do conceito Mediação como ação de interação entre o mediador e um mediado. Analisando o conceito segundo as abordagens de Vygotsky, seguindo a visão dos autores James Werstch, Michel Cole e Jerome Brune apresentando uma reflexão atual da questão mediadora do desenvolvimento sociocultural, observamos que envolve elementos de mediação no início do século XXI, já incluindo o desenvolvimento da internet, as inovações tecnológicas, juntamente com o Objeto de aprendizagem. O tema é compreendido como processo cultural pela aprendizagem, numa perspectiva de transformação social.

Dessa forma, há uma preocupação em relacionar a discussão do conceito de mediação com o desenvolvimento de objetos de aprendizagem, que tem se apresentado como possibilidade de ganhos significativos de produtividade e qualidade no ensino-aprendizagem. Para garantir uma boa qualidade é preciso investir em novas ferramentas, que é uma aliada no desenvolvimento cognitivo dos alunos. Portanto, em trabalhos de inovação para o sucesso educativo escolar, fica claro como as inovações tecnológicas têm sido usadas, na maioria como técnica de ensino, estratégias para substituir ausências de professores ou como recursos para tornar as aulas mais atrativas. É preciso refletir como as novas práticas têm interagido com os alunos, como essas representações.

Entretanto, para César Coll (1994) o professor pode promover o aprendizado com o uso do computador, pois novas tecnologias potencializam a ideia de pedagogia diferenciada

em um enfoque construcionista. Nessa abordagem, cabe ao professor promover a aprendizagem do aluno. O autor usa o conceito de aprendizagem significativa para discutir a importância da aprendizagem na educação escolar. Novos conhecimentos adquiridos relacionam com os que o aluno já possui, as informações são ligadas a novos conceitos facilitando a compreensão e o aprendizado. Coll (1994) destaca a condição de que dificilmente o estudante poderá construir significados se o conteúdo for vazio, esse deve ser significativo e o aluno deve estar motivado. Dessa forma, o discente leva para sala de aula conhecimentos adquiridos. O autor dá importância ao contexto social do aluno e a aprendizagem está associada ao contexto social, e não apenas à escola.

Nesse sentido, Antoni Zabala (1998) discute unidades de análise onde expõe a complexidade do processo de ensino, das modificáveis que intervêm no processo educativo, controle e conhecimento dessas variáveis. Os fatores que inter-relacionam nas situações de ensino, os referenciais são: a função social do ensino e o conhecimento do como se aprende. Ambos como instrumentos teóricos facilitadores de critérios essencialmente práticos, questões que permitem entender melhor a prática na sala de aula.

Segundo Zabala, todas as variáveis que envolvem o ensino aprendizagem precisam ser planejadas e avaliadas, como parte importante do processo educativo. O planejamento, a aplicação e a avaliação fazem parte das unidades de análise que compõem o processo de ensino aprendizagem. Reflexão sobre os referenciais para a análise da prática, pelo autor:

[...] a análise da prática fosse realmente reflexiva e os resumia na *função social do ensino e no conhecimento do como se aprende*. Se temos presente que se denominam fontes do currículo àqueles marcos que oferecem informação para a tomada de decisões sobre cada um dos âmbitos da intervenção educativa e nos quais podemos identificar a fonte sociológica ou sócio antropológica, a fonte epistemológica, a fonte didática e a fonte psicológica, nos daremos conta de que nem todas elas se situam no mesmo plano. (ZABALA, 1998, p.21)

Ao verificar a reflexão de Zabala, percebemos que a educação precisa ter um sentido, as intenções educacionais precisam ser justificadas e darem sentido à intervenção pedagógica. Assim, a função de educar e ensinar “condiciona e delimita o papel e os sentidos que terá a fonte epistemológica”. Relacionando esse pensamento de Zabala com o desenvolvimento do objeto de aprendizagem, percebe-se a que o ensino tem a função de transformação nos indivíduos. A educação é um fenômeno social, os alunos quando passam pela escola eles modificam-se, adquirem conhecimentos das matérias que decorrem da fonte epistemológica, instrução com conhecimento.

“Por outro lado, as fontes psicológicas e a didática, também estão estreitamente inter-relacionadas, mas também em dois planos diferentes, ” (ZABALA, 1998, p.22) na prática é difícil separar o processo de aprendizagem e o de ensino, o conhecimento provém da fonte psicológica. Essa é uma das características das teorias de Vygotsky (1994): as relações entre desenvolvimento e aprendizagem e os processos de aprendizagem que ocorrem no contexto escolar e extraescolar.

Nesse sentido, indo de encontro à proposta do mestrado profissional em História Ibérica, há uma discussão acerca do ensino de história ibérica, possibilitando aos alunos do ensino básico, um currículo que ensine sobre a Península Ibérica, uma vez que nossas raízes estruturais, ideológicas, religiosas e culturais estão intrinsecamente vinculadas à região ibérica. Faz sentido compreender a formação da sociedade lusitana, possibilitando a compreensão das características herdadas, influenciando no modo de vida dos brasileiros. Os alunos teriam acesso a aspectos históricos a respeito de nosso passado que continuam a interagir com o presente.

5.2 CONTEÚDOS ABORDADOS

Entre os conteúdos trabalhados no Objeto de Aprendizagem, estão as propostas curriculares que reiteram a função social da escola e os saberes socialmente constituídos. Os conteúdos trabalhados estão relacionados com a Representação europeia dos primeiros europeus: os portugueses do Reino. Os alunos precisam identificar e caracterizar a cultura europeia e portuguesa nos séculos XV e XVI, e dessa forma, a história ibérica é de grande importância para o estudo da história do Brasil, pois analisa o contexto e motivações do início da colonização portuguesa no Brasil. Espera-se que os alunos compreendam a formação da sociedade brasileira.

Contudo, os portugueses do reino, foram os primeiros a chegarem à costa ocidental africana, os primeiros a terem contato com os negros africanos. Povos colocados em destaque com a contribuição fundamental dos africanos e afrodescendentes na construção de nosso país, que vai de encontro com a obrigatoriedade da Lei nº 10.639, de 2003. O ensino obrigatório da cultura africana busca identificar a diversidade étnica, espacial e cultural dos povos africanos. Relaciona-se a expansão econômica e os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI com o processo de alargamento territorial de Portugal até a formação do império marítimo português.

Entre os materiais didáticos, encontram-se os relatos de viagens, narrativas dos cronistas do período e a Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara de 1453. Narrativa escrita no início

da Idade Moderna, a mando de D. Afonso V que narra os acontecimentos dos feitos do infante D. Henrique, bem como todos os feitos que se passaram na conquista da Guiné. Privilegiando o tema histórico que discute a chegada dos portugueses na costa ocidental africana, insere-se no processo de expansão lusitana ao sul do Cabo Bojador e, além disso, um indicador de como os portugueses perceberam o outro, no caso os negros, dos territórios em que eles se estabeleceram. Narrar as campanhas marítimas lusitanas, discussão da cultura europeia e portuguesa nos séculos XV e XVI, identificando a cultura dos povos africanos inseridos na discussão da expansão marítima portuguesa. Procurando atender as propostas curriculares do ensino de história, do primeiro ano do ensino médio, fazendo uma comparação com as literaturas produzidas com a descoberta do Novo Mundo.

Para a elaboração do Objeto de Aprendizagem em história, utilizamos o software Exe Learning uma versão gratuita, disponível na internet, com a finalidade de atingir ao objetivo da disciplina, assim como, alcançar os objetivos pedagógicos e significados para o ensino de história. Esse software permite a inclusão do material didático de exercícios, textos, material em PDF, imagens, vídeos, mapas.

Os materiais didáticos utilizados na sequência das atividades apresentadas são: o livro didático usado pela escola no período, os textos de apoio incluindo o tema trabalhado, relacionando o assunto utilizado para confecção do Objeto de Aprendizagem, além de imagem e mapas que possibilitem aos alunos localizarem as regiões abordadas no tema. Computadores com projetor e computadores para uso dos alunos e a sala de informática. Portanto, o desenvolvimento das aulas, em um ambiente que favoreçam as aprendizagens, espaço adequado onde os alunos consigam ouvir o professor.

Contudo, o professor planeja suas aulas para serem expostas em cinquenta minutos, dependendo das atividades organiza o espaço da sala de aula de acordo com a necessidade, pode ser individual ou em grupo, conforme o número de estudantes presentes. A escolha dos grupos fica a critério dos alunos, pois alguns com mais afinidades preferem trabalhar juntos. A proposta de avaliação nesse processo de aprendizagem é um referencial, usado para acompanhar os avanços e aprendizado dos alunos. Com a avaliação, podemos verificar a aprendizagem significativa dos estudantes, se os objetivos do ensino foram alcançados. Mas não consiste somente em prova escrita, foi também observado durante as aulas o desenvolvimento de cada aluno na execução das atividades propostas. Nesse sentido, a atividade avaliativa, será semelhante a sequência didática a seguir, contendo perguntas de múltipla escolha, de acordo com o texto interpretado e análise de imagens e mapas.

5.3 SEQUÊNCIA DIDÁTICA

A sequência didática apresentada tem a intenção de contribuir para a interação entre professores e estudantes, oportunizando momentos de reflexão e de crítica sobre a forma como os temas relacionados ao século XV: Mundo Moderno, As conquistas portuguesas, relatos de viagens em África, A Imagem do “Negro de Guiné”, os territórios da Guiné como sendo a primeira área de retirada de escravos para a formação do Novo Mundo, apresentando a importância dos assuntos para iniciar o estudo da História do Brasil colonial. Espera-se que esta proposta possa contribuir, enquanto material pedagógico, para a promoção de discussões e de reflexões sobre as relações dos diferentes conteúdos que faz parte da diversidade étnico-culturais que faz parte de temas pertinentes da atualidade, principalmente no contexto escolar.

Atividades Avaliativas:

Título	- A Imagem dos “Negros da Guiné” no Contexto da Expansão Marítima Portuguesa: A Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara
Eixo Temático	- Mundo Moderno, Colonização e Relações Étnico-Culturais (1415-1808)
Tema	- Representações Europeias em África e o Novo Mundo
Conteúdos abordados	- As Grandes Navegações Marítimas Portuguesas - As conquistas portuguesas, segundo os relatos de viagem dos navegantes, descobridores e cronistas: mitos e visões. - Circuitos do tráfico de escravos (Novo Mundo, África e Europa)
Público Alvo	Primeiro ano do Ensino Médio
Objetivo geral	- Disponibilizar uma sequência didática para a assimilação de conhecimentos sobre as temáticas do contexto histórico das viagens ultramarinas do século XV. - Fornecer informações teóricas e práticas para a mediação do processo de ensino aprendizagem sobre as narrativas de viagens

	- Integrar as novas tecnologias no cotidiano da sala de aula, como um novo meio de construção do conhecimento em história.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para desenvolver competências e habilidades com o uso do objeto de aprendizagem, melhorando a qualidade das aulas de história. - Desenvolver o conhecimento e domínios de conteúdo, acrescentando os novos materiais às atividades já existentes na escola. - Tornar as aulas mais interativas com maior participação dos alunos. - Identificar as dificuldades dos alunos com temas trabalhados.
	Sequência de Atividades
Atividade 1	2 aulas (50 minutos cada)
Tema da Aula	<ul style="list-style-type: none"> - As Grandes Navegações Marítimas portuguesas. - Portugueses do Reino, século XV e XVI.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de recursos didáticos, aqueles presentes na escola, como livros didáticos, lousa, pincel, projetor, notebook ou computadores. - Ferramentas pedagógicas: Power point
Desenvolvimento	- O conteúdo de História abrange um período cronológico que vai do século XV ao XVI, envolvendo tanto as transformações que configuraram a modernidade europeia quanto a expansão comercial e marítima que está na origem da chegada, posse e colonização de territórios africanos. Pode-se iniciar a apresentação dos conteúdos explicando sobre o movimento expansionista conhecido como: As Grandes Viagens Ultramarinas, e todos os dados referentes ao século XV, e os motivos que levaram os portugueses a enfrentar o mar. Assim como, expor a sociedade portuguesa do século XV e XVI, a estrutura e os interesses da nobreza, da burguesia comercial e a Coroa no processo de conquistas fora de Portugal. É importante esclarecer aos estudantes que, o uso de conceitos ajuda na compreensão dos conteúdos e é fundamental para o conhecimento histórico.

<p>Proposta de atividades</p>	<p>- Para essa atividade, é interessante a seleção de fragmentos de textos, relacionados com o tema, pois, por serem atividades relacionadas a gêneros textuais escritos, é fundamental a compreensão dos conteúdos.</p> <p>- A proposta, a partir da leitura e interpretação dos textos, é que os alunos respondam um questionário. Dessa forma, os estudantes são levados a pensar e construir seu próprio conhecimento. O professor fica conhecendo suas ideias e a maneira que solucionam problemas propostos a partir das questões.</p> <p>- É recomendado um roteiro para orientar o trabalho: 1) Leitura dos textos indicados e identificação de suas ideias centrais. 2) Localizar, em cada um dos textos, os argumentos do autor para defender sua posição. 3) Identificar os conceitos encontrados nos textos ou os discutidos durante a aula.</p>
<p>Sugestões de Leituras, mapas e vídeos</p>	<p>- FERRO, Marc. História das Colonizações: das conquistas às independências. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.</p> <p>- THOMAZ, Luiz Felipe. “D. Manuel, a Índia e o Brasil”. Revista de História (USP), 161, 2º Semestre de 2009, p. 16-7.</p> <p>< Ced31c.blogspot.com.br ></p> <p>< Olhonahistoria.blogspot.com.br ></p> <p>- www.youtube.com/watch?v=aTFTqaKWSno</p> <p>- www.youtube.com/watch?=7xUEZtOosc</p>
<p>Papel do Professor</p>	<p>- Professor expõe, desenvolve e interpreta os conteúdos da aula, destacando os aspectos problemáticos e a importância da participação dos alunos na construção do conhecimento.</p> <p>- Esclarece as dúvidas e responde às perguntas, procurando estimular o interesse do estudante, o professor não só motiva, mas também orienta os alunos a pesquisarem sobre o assunto.</p> <p>- Durante o desenvolvimento da aula, surge à necessidade de esclarecer conceitos relacionados ao conteúdo trabalhado, assim, os alunos terão melhor compreensão do texto.</p>
<p>Papel do Aluno</p>	<p>- Espera-se que o aluno acompanhe a apresentação dos conteúdos, tomem notas, tirem dúvidas.</p> <p>- No final da apresentação acredita-se que o aluno seja capaz: de interpretar historicamente fontes documentais, associar às manifestações culturais do presente</p>

	aos seus processos históricos e identificar os significados históricos das relações de poder entre as nações.
Atividade 2	(2 aulas- 50 minutos cada)
Tema da aula	- A chegada portuguesa à Costa Ocidental Africana, conteúdo inserido dentro do tópico: As conquistas portuguesas, segundo os relatos de viagem dos navegantes, descobridores e cronistas: mitos e visões.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos tecnológicos: computador, notebook, projetor - Ferramenta pedagógica: PowerPoint - Material didático: imagens da área e população da Guiné, mapas da costa ocidental africana, vídeos e fragmentos de textos. - Os textos utilizados podem ser extraídos da dissertação intitulada: A Imagem do “Negro da Guiné” no Contexto da Expansão Marítima Portuguesa: A Crônica de Gomes Eanes de Zurara (1453) - Foram utilizados fragmentos de textos da fonte documental: A Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara, 1453.
Desenvolvimento	<p>- O professor poderá iniciar a aula retomando o conteúdo da aula anterior, realizando uma análise interpretativa e querente do expansionismo português, e assim dar sequência a explicação com as conquistas em áreas da costa Ocidental africana, como território da Guiné. Os portugueses chegaram aos territórios da Guiné, em 1446, a partir de então estabeleceram contatos com a população nativa, sempre a procura de seu objetivo: o ouro da Guiné. A presença portuguesa na região foi motivada pela captura de cativos e a procura de metais preciosos.</p> <p>-Pode-se iniciar a aula explicando que serão realizadas leituras e discussões de textos com a finalidade de torná-los aptos a ver de forma mais crítica as fontes. Utilizar textos de apoio relacionados aos mapas é uma prática importante, pois oferecem subsídios para problematizar e levantar questões sobre o conteúdo conduzido, enriquecendo a aprendizagem do estudante. Ao analisar os mapas, é importante que os alunos percebam todos os elementos necessários para realizar a leitura destes.</p>
	- Pode-se sugerir como proposta de trabalho a análise de mapas da África Ocidental, principalmente da região da Senegâmbia. Para essa atividade, é interessante a seleção

<p>Proposta de Atividade</p>	<p>de diferentes mapas cartográficos, e é importante também, para a leitura dos mapas, relacioná-los com trechos de textos referentes ao conteúdo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - É importante perguntar aos alunos se já leram mapas, e sabem como fazer. Pedir para fazerem uma descrição dos aspectos que chamam atenção. - A apresentação será feita por Power point, para a leitura dos mapas da região da Senegâmbia, destacando os territórios da Guiné. Explicar que o objetivo da análise é o de direcionar o olhar dos estudantes para os aspectos considerados mais importantes no mapa, visto que essa prática ajuda a construir uma leitura da obra. - Feita a apresentação da proposta de trabalho e análise dos mapas, a turma poderá ser dividida em grupos, e encaminhados ao laboratório de informática para levantamento de informações básicas sobre o tema, tais como: autor, ano de produção, contexto histórico, finalidade da produção cartográfica, exercício relacionado aos mapas.
<p>Sugestões de leitura</p>	<ul style="list-style-type: none"> - CLARO, Regina. Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula. São Paulo: Hedra Educação, 2012. - COSTA E SILVA, Alberto da. A África explicada aos meus filhos, 2008. - MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2014. - ZURARA, Gomes Eanes de. Acrônica de Guiné. <p>Mapa 1- A Grande Senegâmbia/Guiné do Cabo Verde no Noroeste Africano. In: Mark, Peter e Horta, J. da Silva. The Forgotten Diáspora: Jewish Communities in West África and the Making of the Atlantic world. Cambridge University Press, 2011.</p> <p>Mapa 2- Mapa político a Senegâmbia setentrional e da região da Guiné-Bissau no Século XVII. In: Mark, Peter e Horta, J. da Silva. The Fogotten Diáspora: Jewish Communities in West África and the Making of the Atlantic World. Cambridge University Press, 2011</p> <ul style="list-style-type: none"> - O professor poderá indicar outros mapas para a atividade, fica a seu critério a escolha se sites para pesquisa.
<p>Papel do Professor</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O professor é responsável pelos recursos didáticos que serão usados durante as aulas. Portanto, nessa aula ele vai utilizar o projetor, um computador ou notebook e pen drive com o planejamento da aula. - Apresentação do conteúdo com o tema da aula, expondo as principais questões relacionadas à análise dos mapas e textos utilizados.

	<p>- Com a finalização da apresentação, o professor pode propor um debate, este sendo responsável pela mediação entre os alunos, ressaltando os aspectos mais importantes do assunto.</p> <p>-Nesse momento, o professor deve estar atento e intervir no caso de possíveis equívocos de interpretação.</p>
Papel do aluno	<p>-Os alunos elaboram com ajuda do professor a coleta dos dados, que as diferentes fontes lhes proporcionaram.</p> <p>- É importante que essa atividade seja individual, cada aluno defende pontos de vista diferentes, seguindo de diálogos entre eles expondo suas observações.</p> <p>- O debate proposto pelo professor, promove aos alunos diferentes pontos de vista, chegando a conclusões sobre o tema.</p> <p>- No final da discussão, é importante que os estudantes registrem as suas conclusões. Solicitar a um representante de cada grupo que exponha as conclusões da equipe.</p>
Atividade 3	2 aulas
Tema da aula	Tema da aula: A chegada portuguesa à Costa Ocidental e os primeiros contatos com os “Negros da Guiné” Segundo a Crônica de Gomes Eanes de Zurara (1453). Conteúdo relacionado com as Grandes Navegações Marítimas.
Recursos	- Para essa atividade necessita do uso do projetor, de preferência na sala de informática. Com a finalização das atividades, os alunos precisam usar os computadores para os exercícios do Objeto de Aprendizagem.
Desenvolvimento	Pode-se iniciar a aula explicando que serão realizadas leituras e discussões de textos com a finalidade de torná-los aptos a ver de forma mais crítica a construção da imagem do “Negro da Guiné” que será apresentada em aula expositiva. Por outro lado, realizar atividades que envolvem diferentes documentos, gerando a necessidade de se estabelecer diversos temas, com o mesmo eixo temático, possibilitando os recortes programáticos ainda muito discutido na atualidade que é a questão presente nos relatos de viagem, "o olhar sobre o outro". Que incitam a reflexão sobre a diversidade de povos da região em discussão, assim como, diferentes espaços e culturas, a compreensão de como a imagem do “outro” é construída e porque é representada de determinada maneira, auxiliando os alunos a compreenderem melhor o mundo em que estão inseridos.

<p>Proposta de Atividades</p>	<p>- Iniciar a aula retomando brevemente conteúdos das aulas anteriores. Antes da projeção, explicar de que forma vai ocorrer a análise de imagens e textos, que servirão para estabelecer parâmetros de observação sobre questões interpretativas. Acrescentar também que a utilização de textos e documentos em outra linguagem (imagens e mapas) é especialmente útil para provocar no aluno um interesse no ensino de história. Dessa forma, é muito importante a definição dos conceitos “Imagem e Alteridade”, determinando a fonte de análise para a compreensão do assunto. Para isso, pode-se iniciar o trabalho levantando as ideias prévias dos alunos acerca dos conceitos.</p> <p>- A sugestão para essa atividade é que após a leitura dos textos indicados, os alunos comparem os documentos apresentados, localizem em cada fonte argumentos dos autores para a construção da imagem do “Negro da Guiné”, os textos podem ser fragmentos da Crônica de Guiné de Zurara, do texto de Jose da Silva Horta, “Primeiros olhares sobre o africano do Saara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV-inícios do século XVI)”, e também trechos do trabalho de Sílvio M. e S. Correa, “ A Imagem do Negro no Relato de Viagem de Alvise Cadamosto (1455-1456). Após situar os alunos com os diversos materiais, pede-se que elaborem um texto de acordo com a percepção que tiveram dos documentos, de acordo com a orientação: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.</p> <p>- Os exercícios utilizam-se o Objeto de Aprendizagem. Esta última atividade difere das anteriores pelo uso do AO, buscando tornar as aulas mais interativas acrescentando novos materiais às atividades já existentes na escola.</p>
<p>Sugestões</p>	<p>-CLARO, Regina. Olhar a África: fontes visuais para a sala de aula. São Paulo: Hedra Educação, 2012.</p> <p>- CORREA, Sílvio M. de S. A Imagem do Negro no Relato de Alvise Cadamosto (1455-1456). Revista Politeia, 2002, p.110-120.</p> <p>HORTA, Jose da Silva. Primeiros olhares sobre o africano o Saara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV- inícios do século XVI)</p> <p>Mapa 1- A Grande Senegâmbia/Guiné do Cabo Verde no Noroeste Africano. In: Mark, Peter e Horta, J. da Silva. The Forgotten Diáspora: Jewish Communities in West África and the Making of the Atlantic world. Cambridge University Press, 2011.</p>

	<p>Mapa 2- Mapa político a Senegâmbia setentrional e da região da Guiné-Bissau no Século XVII. In: Mark, Peter e Horta, J. da Silva. The Fogotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World. Cambridge University Press, 2011</p> <p>- SERRANO, Carlos. Memórias d'África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez,2007. p.205</p> <p>- Zurara, Gomes Eanes de. A Crônica de Guiné. Ed. Org. pelo Visconde de Santarém. Paris: J. P. Aillaud, 1841.</p>
Papel do professor	<p>-O professor desenvolve o tema, relacionando-o com as aulas anteriores, apresenta reflexões sobre o impacto da chegada dos portugueses na costa africana. Expõe o conteúdo incluindo na discussão, as fontes escolhidas para o desenvolvimento do assunto. Assim, os alunos podem perceber a importância do estudo da história da península ibérica, a cultura portuguesa e povos colonizados pelos lusitanos na África e, posteriormente, na América.</p> <p>- Após a finalização da exposição dos temas, o professor explica aos alunos a proposta da atividade, esclarecendo a importância das fontes no ensino de história. Deixa claro os procedimentos para a produção do texto, respeitando as etapas: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.</p> <p>- Estabelece modelos interpretativos, comentando com os alunos sugestões de estudos, o que facilitam a aprendizagem.</p>
Papel do aluno	<p>-Os alunos participam do desenvolvimento das aulas, anotam dados, destacam aspectos problemáticos e discutem suas dúvidas com o professor.</p> <p>- Com a execução dos exercícios, espera-se que obtenham os resultados esperados, com o uso de diferentes fontes documentais, sabendo analisar, interpretar, comparar e identificar quais são aspectos importantes para uma boa aprendizagem.</p>

REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE, Luís de. Uma releitura de Zurara. **Studia**, Lisboa, n. 47, 1989.
- ALMADA, André Álvares de. **Tratado breve dos rios da Guiné do Cabo Verde, desde o rio do Sanagá até aos baixos de Sant Anna [etc.]** Porto: Tipografia Comercial Portuense, 1841.
- AZNAR, Eduardo; CORBELLA, Dolores; TEJERA, Antonio. **La Crónica de Guinea um modelo de etnografia comparada**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2012.
- BARBOSA, Kátiuscia Quirino. **A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV**. 2017. 349 f. Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2017.
- BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **Relações raciais no Império Colonial português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (Brasil, 2006). Brasília: **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.
- CECATTO, Adriano; FERNANDES, Marcio Régio. História e Imagem: linguagem e cultura visual. **Revista de História e Estudos Culturais**, Teresina, jun.2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I**. Lisboa: Tema e Debates, 2008.
- COLL, Cesar. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Trad. Emília de Oliveira Dihel. Porto Alegre: Artmed, 1994.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza. A Imagem do Negro no relato de viagem de Alvisé Cadamosto (1455-1456). **Revista Politeia Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 2, n.1, p. 99-129, 2002. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/157>. Acesso em: 20 de maio 2020.
- CORTESAO, Jaime. “Influência dos descobrimentos portugueses na história da civilização”. In: PERES, Damião (org.). **História de Portugal**. Porto: Portucalense,
- _____. **Os portugueses em África**. Lisboa: Portugália, 1968.
- FONSECA, Luís Adão. **O Imaginário dos navegantes portugueses dos séculos XV e XVI**. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 18 de jul. 2020.

GIUCCI, Guilherme. **Viajantes do maravilhoso: o novo mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. Cap.1, p. 23-64.

GODINHO, Vitorino M. A economia das Canárias nos séculos XIV e XV. Relações da cristandade com as ilhas Canárias nos séculos XIII, XIV e XV. As fontes. **Revista USP**, São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, Jerry S. **Memória e Retórica: “Mouros e Negros” na crônica da Guiné (século XV)**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia /UESB, Vitória da Conquista, 2012.

HORTA, José da Silva. A imagem do africano pelos portugueses antes dos contatos. *In*: FERRONHA, António Luís (org.). **O Confronto do olhar, O encontro entre os povos Na época das navegações portuguesas, séculos XV e XVI**. Lisboa: Caminho, 1991.

_____. “Nações”, Marcadores Indenitários e Complexidades da Representação Étnica nas Escritas Portuguesas de Viagem Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). **Varia História**, Belo Horizonte, v.29, n. 51, p. 649-675, set. /dez. 2013.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1996. 152p.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África Negra**. *In*: Os primeiros contatos com os europeus e o tráfico de escravos do século XV ao século XIX. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2009.

LEITE, Duarte. **Acerca da “crônica dos feitos da Guiné”**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1941.

LESTRINGANT, Frank. **A oficina do cosmógrafo: a imagem do mundo no renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIBÂNIO, Jose Carlos. Pedagogia e pedagogos. **Educar**, Curitiba, n.17, p. 153-176. 2001.

LIMA, Claudia. Uma reflexão sobre os agentes históricos na sistematização do estereótipo africano sobre a construção do imaginário do negro no Brasil. **Ciência Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 45, n. 2, p. 135-141, maio/ago. 2009.

LOUREIRO, Rui Manuel; CARDOSO, João Passos; CABRITA, Maria da Graça. “Visão do Mouro nas Crônicas de Zurara”. **Revista Medievalista**, Coimbra, n. 20, jul. /dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/medievalista.1213>. Acesso em: 10 de jul. 2020.

MARTINS, Onilza Borges; MOSER, A. Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch. **Revista Intersaberes (Facinter)**, Curitiba, v. 7, p.8-28, 2012.

MATTOSO, José. **História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

MIRANDA, Guilhermina Lobato. Limites e possibilidades das TIC na educação. **Sísifo, Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n.3, p. 41-50, maio/ago. 2007.

PIRES, Natália Albino. A Imagem do outro na crônica da tomada de Ceuta pelo rei D. João I de Gomes Eanes de Zurara. **Revista Medievalista**, Coimbra, n. 20, jul. /dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/medievalista.1213>. Acesso em: 10 de jul. 2020.

RUCQUOI, Adeline. **História medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editora Estampa, 1995.

SÁ FILHO, C. S.; MACHADO, E. C. **O computador como agente transformador da Educação e o papel do Objeto de Aprendizagem**. In: SEMINÁRIO NACIONAL ABED, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 1, 2003. Belo Horizonte. Seminários. Belo Horizonte: CAED-UFMG, 2003. Disponível em: www.abed.org.br/seminarios. Acesso em: 15 de ago. 2020.

SANTAELLA, Lucia. **Imagem: cognição, semiótica e mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SANTARÉM, Visconde de. Introdução. In: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**. Paris: J.P. Aullaud, 1841.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1989.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança. A África antes dos portugueses**. São Paulo: Editora Nova Fronteira/Edusp, 1992.

_____. **A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SOARES, Mariza de Carvalho. Descobrimos a Guiné no Brasil Colonial. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, v.161, n. 407, p.71-94, abr./jun. 2000.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. O início da expansão ultramarina (século XV). In: RAMOS, Rui(org.); SOUSA, Bernado Vasconcelos (org); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org) **História de Portugal**. Lisboa: Bertrand, 2009.

THOMAZ, Luís Filipe. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da gênese dos descobrimentos. In: THOMAZ, Luís Filipe (org.). **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1998.

THOMAZ, Luis Filipe F. R.D. Manuel, A Índia e o Brasil. **Revista de História**, v.161, p. 13-57, 2009.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983

_____. **A viagem e seu relato**. Paris: Grasset, 1991. p. 95-108.

VALENTE, Jose A. **Informática na educação no Brasil: análise e contextualização histórica**. Campinas: Unicamp/Need, 1999.

WILEY, D. A. Learning object design and sequencing theory. 2000. Disponível em: <http://www.reusability.org/read/chapters/>. Acesso em: 20 de mar.2019.

ZABALA, Antoni. **A Prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZIEBELL, Zinka. **Terra de canibais**. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2002.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Guiné**. Lisboa: Civilização Editora, 1973.

Fonte

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do descobrimento e conquista da Guiné**. Ed. Org. pelo Visconde de Santarém. Paris: J. P. Aillaud, 1841.

ANEXO

Tema da aula: -As Grandes Navegações Marítimas portuguesas.

- Portugueses do Reino, século XV e XVI.

Atividade: 1

1- A revolução de Avis possibilitou que Portugal tivesse uma posição pioneira na Expansão Marítima em virtude:

- a) Do domínio lusitano sobre as rotas que ligavam o Mediterrâneo aos centros comerciais do Mar do Norte.
- b) Da política seguida por Fernando, o Formoso, apoiando as expedições marítimas.
- c) Da influência que a camada mercantil passou a ter junto ao poder central.
- d) Da liberação do processo político como forma de superar a crise feudal.
- e) O desvio da esquadra de Cabral seguia a mesma inspiração de Colombo para chegar às Índias.

2- (PUC-SP)

Quem quer passar além do Bojador,

Tem que passar além da dor.

Deus do mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.

Fernando Pessoa. “**Mar Português**”. In: Obra poética. Rio de Janeiro: Editora José Aguiar, 1960.p. 19)

O trecho de Fernando Pessoa fala da expansão marítima portuguesa. Para entendê-lo, devemos saber que:

- a) “Bojador” é o ponto ao extremo sul da África e que atravessá-lo significava encontrar o caminho para o Oriente.
- b) A “dor” representa a doenças, desconhecidas dos europeus, mas existentes nas terras a serem conquistadas pelas expedições.
- c) O “abismo” refere-se à crença, então generalizada, de que a Terra era plana e que, em um determinado ponto, acabaria fazendo cair os navios.
- d) Menção a “Deus” indica a suposição, à época, e que o criador era contrário ao desbravamento dos mares e que puniria os navegadores.

e) O “mar” citado é o Oceano Índico, onde estão localizadas as Índias, objetivo principal dos navegadores.

3- (FUVEST- SP) *“Tão mesclados andavam os desejos de dilatar o território cristão com as aspirações por lucro mercantil que, na sua oração de obediência ao pontífice romano, D. João II não hesitava em mencionar entre os serviços por Portugal à cristandade o trato do ouro da Mina, “comercio tão santo, tão seguro e tão ativo” que o nome do salvador, “nunca antes nem de ouvir dizer conhecido”, ressoava agora nas plagas africanas”...*

THOMAZ, Luís Felipe F. R. **D. Manuel, a Índia e o Brasil.** Revista de História (USP), 161, 2º semestre de 2009, p. 16-17.

De acordo com o fragmento de texto, pode-se dizer que a expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI foi um empreendimento:

- a) Religioso, o combate do infiel no Norte da África era o único objetivo das autoridades religiosas.
- b) Religioso e comercial, a coroa portuguesa e todos envolvidos na empresa marítima, acreditavam que a expansão da cristandade servia à expansão econômica, e vice-versa.
- c) Militar, assim como no século anterior a Igreja organizou expedições para conquistar áreas em poder do islã.
- d) Somente econômico, Portugal havia passado por uma crise de alimentos, e não tinha como alimentar toda a população, buscando os grãos em outras regiões.
- e) Econômico, os portugueses construíram grandes feitorias no litoral africano, que serviram para armazenar as riquezas entradas na região da Guiné.

4- Durante a Antiguidade e a Idade Média, a África permaneceu relativamente isolada do resto do mundo. Em 1415, os portugueses conquistaram Ceuta, no Norte do continente, dando início à exploração de sua costa ocidental.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História.**

Acerca da África, na época da chegada dos portugueses em Ceuta, é correto afirmar que:

- a) Nesse continente, havia a presença de alguns Estados organizados, como o reino do Congo, e a exploração de escravos, mas não existia uma sociedade escravista.
- b) Assim como parte da Europa, praticava-se a exploração do trabalho servil que, com a presença europeia, transformou-se em trabalho escravo.

- c) A população se concentrava no litoral e o continente não conhecia formas mais elaboradas de organização política, daí a denominação de povos primitivos.
- d) Os poucos Estados, organizados pelos bantos, encontravam-se no Norte e economicamente viviam da exploração dos escravos muçulmanos.
- e) A escravidão e outras modalidades de trabalho compulsório eram desconhecidas na África e foram introduzidas apenas no século XVI, pelos portugueses e espanhóis.

5- (FGV 2009)

Leia atentamente o poema *O Infante*, do poeta português Fernando Pessoa.

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma,
Que o mar unisse, já não separasse,
Sagrou-te e foste desvendando a espuma.
E a orla branca foi, de ilha em continente,
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,
E viu-se a terra inteira, de repente,
Surgir, redonda, do azul profundo.
Quem te sagrou, criou-te português,
Do mar por nós em ti nos deu sinal.
Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!*

O poema permite pensar sobre dois relevantes acontecimentos históricos, que são, respectivamente:

- a) O protagonismo marítimo lusitano nos séculos XV e XVI e a redução do seu império colonial no século XIX.
- b) A descoberta do Brasil em 1500 e a perda de territórios no Nordeste e na África com a invasão holandesa no século XVII.
- c) A formação do Condado Portucalense, em 1142 e a União Ibérica (1580-1640), período de extinção do império português.
- d) A elaboração da ideia do Quinto Império Bíblico, relacionado ao destino de Portugal e, depois, o fortalecimento dos partidos socialistas que tomaram o poder em 1910.
- e) A invasão de Portugal por tropas napoleônicas em 1808, comandadas pelo general Junot, e a vinda da família real portuguesa para a América, no mesmo ano.

6- (Unicamp 2011) Referindo-se à expansão marítima dos séculos XV e XVI, o poeta português Fernando Pessoa escreveu, em 1922, no poema “Padrão”:

*“E ao imenso e possível oceano
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,*

*Que o mar com fim será grego ou romano:
O mar sem fim é português.”*

(Fernando Pessoa, *Mensagem* – poemas esotéricos. Madri: ALLCA XX, 1997, p. 49.)

Nestes versos identificamos uma comparação entre dois processos históricos. É válido afirmar que o poema compara

- a) O sistema de colonização da Idade Moderna aos sistemas de colonização da Antiguidade Clássica: a navegação oceânica tornou possível aos portugueses o tráfico de escravos para suas colônias, enquanto gregos e romanos utilizavam servos presos à terra.
- b) O alcance da expansão marítima portuguesa da Idade Moderna aos processos de colonização da Antiguidade Clássica: enquanto o domínio grego e romano se limitava ao mar Mediterrâneo, o domínio português expandiu-se pelos oceanos Atlântico e Índico.
- c) A localização geográfica das possessões coloniais dos impérios antigos e modernos: as cidades-estados gregas e depois o Império Romano se limitaram a expandir seus domínios pela Europa, ao passo que Portugal fundou colônias na costa do norte da África.
- d) A duração dos impérios antigos e modernos: enquanto o domínio de gregos e romanos sobre os mares teve um fim com as guerras do Peloponeso e Púnicas, respectivamente, Portugal figurou como a maior potência marítima até a independência de suas colônias.

7- FGV

Nos anos 1526-50, antes do deslanche do tráfico para o Brasil, saía da Guiné-Bissau e da Senegâmbia uma média de mil cativos por ano. Cifra representando 49% dos indivíduos deportados do Continente Negro. Da África central vinham outros 34%, enquanto 13% eram provenientes do Golfo da Guiné. Versos célebres de Garcia Resende retrataram o lucro e os fluxos do trato de africanos para Sevilha, Lisboa, Setúbal, Cabo Verde, Madeira, Canárias, São Tomé. E para o Caribe.

Luiz Felipe de Alencastro. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.p. 48.

O impacto do processo descrito nas sociedades africanas foi a:

- a) Introdução de práticas econômicas fundamentadas no Liberalismo, desorganizando as antigas sociedades de auxílio mútuo.
- b) Implantação da escravidão como modo de produção dominante, determinando a extinção de servidão anteriormente existente.
- c) Implantação de redes internas do tráfico, com envolvimento de sociedades locais, que passam a ter nesse negócio uma fonte fundamental de recursos.

- d) Introdução da escravidão nas sociedades africanas, que até então desconheciam qualquer forma de exploração do trabalho.
- e) Dissolução do tradicional caráter igualitário predominante nas sociedades africanas, sendo substituído por regimes rigidamente hierarquizado.

8- (ENEM)

A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre as populações negras e brancas e (ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu caminho às relações mercantilista com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e, enfim à colonização do continente africano e de seus povos.

MUNANGA, K. **Algumas considerações sobre a diversidade e a diversidade negra no Brasil.** In: Diversidade na Educação: reflexões e experiência. Brasília: SEMTEC/MEC, 2003, p. 37.

Com relação ao assunto tratado no texto, é correto afirmar que:

- a) A colonização da África pelos europeus foi simultânea ao descobrimento desse continente.
- b) A existência de lucrativo comércio na África levou os portugueses a desenvolverem esse continente.
- c) O surgimento do tráfico negreiro foi posterior ao início da escravidão no Brasil.
- d) A exploração da África decorreu do movimento de expansão europeia do início da Idade Moderna.
- e) A colonização da África antecedeu as relações comerciais entre esse continente e a Europa.

Gabarito:

1- C 2- C 3- B 4- A 5- A 6- B 7- C 8- D

Tema a aula: -A chegada portuguesa à Costa Ocidental Africana, conteúdo inserido dentro do tópico: As conquistas portuguesas, segundo os relatos de viagem dos navegantes, descobridores e cronistas: mitos e visões.

Atividades: 2

O uso de imagens e mapas

1- Observe o mapa



As Grandes Navegações- br.pinterest.com

Foram inúmeras as consequências da expansão ultramarina dos europeus, gerando uma radical transformação no panorama da história da humanidade.

Sobressai como uma importante consequência:

- A constituição de impérios coloniais embasados pelo espírito mercantil.
- A manutenção do eixo econômico do mar Mediterrâneo com acesso fácil ao oceano Atlântico.
- A dependência do comércio com o Oriente, fornecedor de produtos de luxo, como sândalo, porcelanas e pedras preciosas.
- O pioneirismo de Portugal, explicado pela posição geográfica favorável.
- A manutenção dos níveis de afluxo de metais preciosos para a Europa

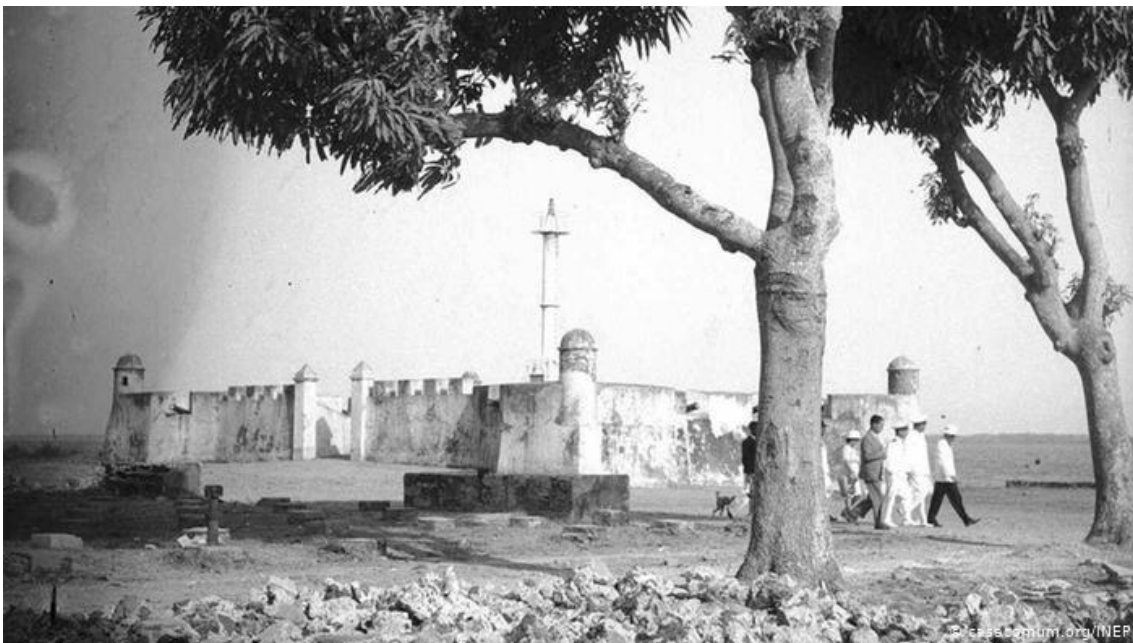
2- Atividades com imagens: Navegações portuguesas (séculos XV-XVI)

Observe o mapa:

O mapa acima apresenta as principais rotas marítimas dos séculos XV e XVI, promovidas pelas coroas ibéricas, que permitiu chegarem em terras de outros continentes. Apresente exemplos concretos da participação do Estado enquanto instrumento do desenvolvimento econômico e, particularmente comercial, em Portugal.

R: Podemos citar a criação da Escola de Sagres, a qual, sob o controle do Estado, constitui-se em um importante centro de desenvolvimento técnico naval. Mas que isso, lembramos que todo o processo de conquistas e busca de uma rota para as Índias, busca que acabou levando à conquista do território brasileiro, teve no Estado seu grande realizador.

3- Costa Ocidental Africana, século XV:



Cacheu foi a primeira feitoria portuguesa na Guiné.

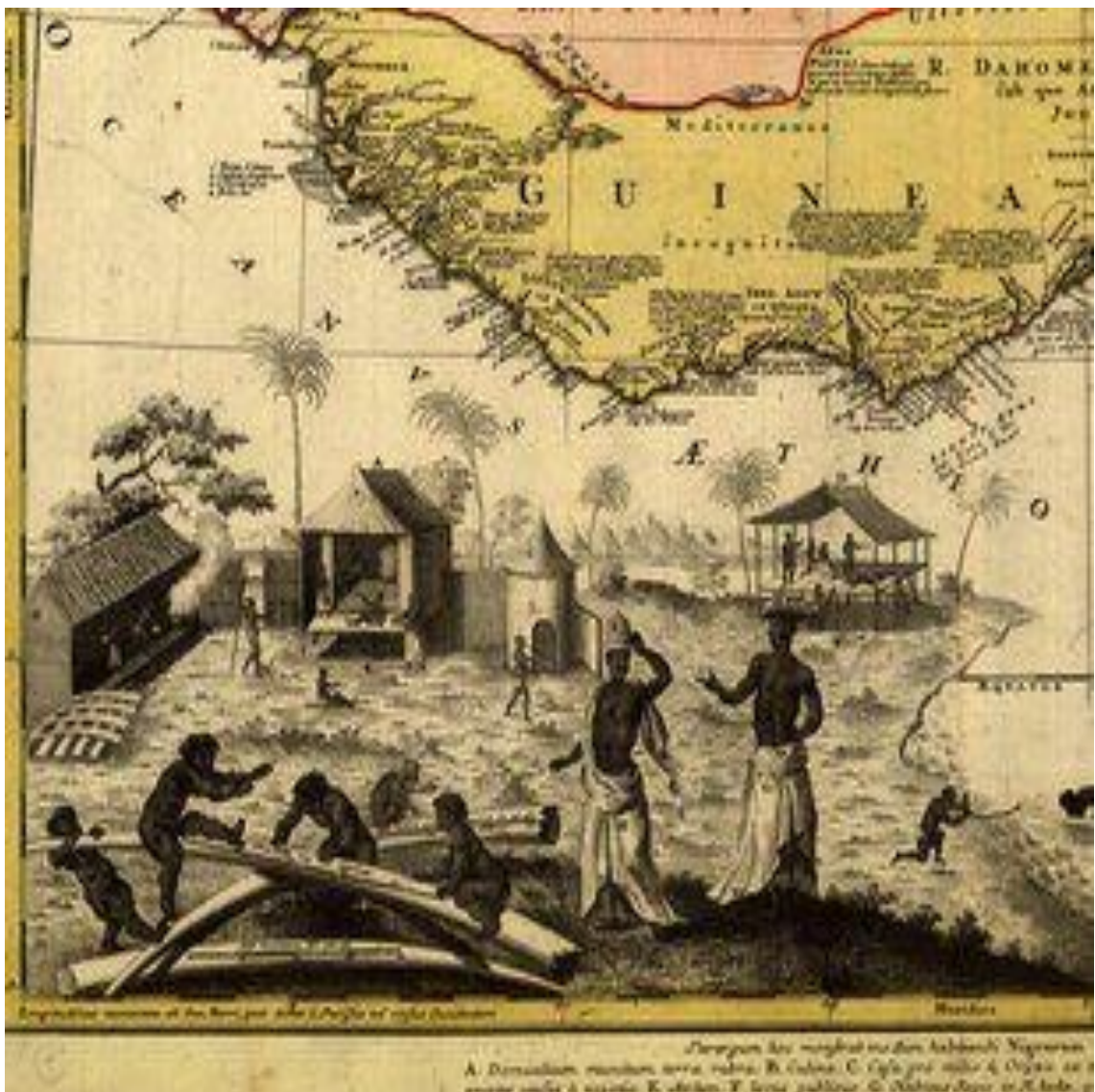
Os cosmógrafos e navegadores de Portugal e Espanha procuram situar estas costas e ilhas de maneira mais conveniente aos seus propósitos. Os espanhóis situam-nas mais para o Oriente, de forma a parecer que pertencem ao Imperador (Carlos V); os portugueses, por sua vez, situam-se mais para o Ocidente, pois deste modo entrariam em sua jurisdição.

Carta de Robert Thorne, comerciante inglês, ao rei Henrique VIII, em 1527.

De acordo com a imagens e texto, podemos afirmar:

- a) À competição entre os países europeus retardatários na corrida pelos descobrimentos.
- b) Aos esforços dos cartógrafos para mapear com precisão as novas descobertas.
- c) Ao duplo papel da marinha da Inglaterra, ao mesmo tempo mercantil e corsária.
- d) Às disputas entre países europeus, decorrentes do Tratado de Tordesilhas.
- e) À aliança das duas Coroas ibéricas na exploração marítima.

4- A imagem representada a Guiné, região incorporada ao mundo português no processo da expansão marítima. Explique a importância da região da Guiné para os europeus



Fonte: portaldoprofessor.mec.gov.br

R: Em 1434, Gil Eanes ultrapassou o Cabo Bojador, obtendo os primeiros contatos com os mercados de ouro da Costa da Guiné. À medida que navegavam na direção Sul da África,

os lusos fundavam feitorias, entrepostos comerciais que serviam para o abastecimento de novas embarcações e contribuía para as trocas mercantis com os povos africanos na região costeira. Esse cenário permitiu o início do tráfico de escravos, fundamental fonte de recursos financeiros para manter a empresa expansionista ao longo do século XV, período em que os portugueses ainda estavam distantes das especiarias asiáticas. A construção da fortaleza de São Jorge da Mina, em 1482, centro de tráfico de escravos, consolidou esse projeto.

5- As Grandes Navegações



pt.wikipedia.org

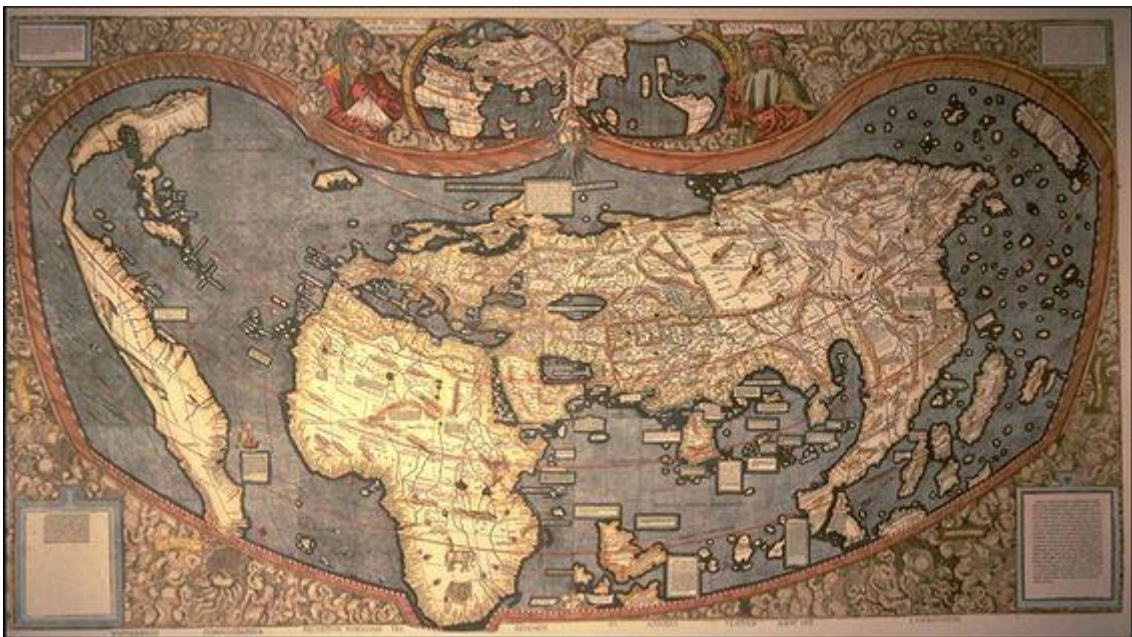
UEPG A expansão europeia na Idade Moderna atingiu o mundo todo, mas de diferentes maneiras. A expansão compreendeu desde viagens isoladas de aventureiros, que apenas revelam a existência de lugares até então não assinalados no mapa, até a conquista e ocupação de territórios que se incorporaram, como colônias, aos estados europeus. **Sobre esse tema, assinale o que for correto.**

- a) Muitas vezes o equilíbrio do continente europeu não dependia e se decidia nas colônias ultramarinas e na disputa pelas rotas comerciais e de navegação.
- b) Mais do que curiosidade, o desejo de novas descobertas e uma carência de especiarias, o que movia as grandes viagens marítimas europeias em direção aos espaços desconhecidos

era a “sede de ouro”, grave mal-estar econômico que acometia a sociedade ocidental desde os finais do século XV.

- c) O Estado moderno, buscava mais terras cultiváveis, que caracterizava as grandes empresas europeias e buscava a balança comercial favorável.
- d) A política econômica dos Estados modernos europeus se fundava nas práticas da livre concorrência, do metalismo e da restrição às importações.
- e) As relações de trabalho caracterizavam-se pelo uso generalizado da mão de obra livre e assalariada, especialmente nas colônias ibéricas da América.

6-



Fonte: portaldoprofessor.mec.gov.br

a) Justifique por que “buscar especiarias” foi uma importante motivação econômica da Expansão Marítima portuguesa.

R: “Buscar especiarias” foi uma importante motivação econômica da expansão marítima portuguesa, porque havia grande interesse nesses produtos, originários do Oriente, pela Europa em função das suas das suas propriedades de conservação dos alimentos.

b) Identifique duas ações voltadas para a expansão da fé cristã, que tenham sido empreendidas pelos portugueses nos seus domínios coloniais.

R: São várias as ações que denotam o caráter inclusive religioso das conquistas. Entre elas, podemos citar a ação dos jesuítas, a construção de igrejas, a catequese das populações

indígenas, o trabalho missionário de várias ordens religiosas e monopolização do ensino por clérigos católicos.

7- Leitura de um mapa histórico: a África Ocidental no Atlas Catalão

Trabalhando com fontes:

Com o desenvolvimento comercial europeu no Mediterrâneo, nos séculos finais da Idade Média, a cartografia transformou-se em atividade estratégica. A representação do espaço abandonou, aos poucos, a visão de mundo exclusivamente religiosa e passou a oferecer informações mais precisas e realistas, baseadas em relatos de viajantes e mercadores e nos conhecimentos geográficos e astronômicos dos povos árabes. Os mapas europeus produzidos nessa época incluem indicações sobre as terras e mares, direção dos ventos, povos e governantes, rotas comerciais e mercadorias. Mas, apesar do esforço mais “realista”, alguns deles mantiveram aspectos fantásticos ou imaginários, que aparecem não dispunham de informações. (Atividade retirada do livro didático do 1º ano do Ensino Médio. BRAICK Patrícia Ramos. MOTA, Myriam Becho. *História das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Editora Moderna, 2016. P. 197.)

A imagem a seguir reproduz um detalhe de uma página do Atlas Catalão, produzido na Espanha na segunda metade do século XIV. Observe a figura, leia a legenda e responda às questões.



Detalhe do Atlas Catalão (1375), obra atribuída a Abraão Cresques. Biblioteca Nacional da França, Paris.

a) **Identifique o tipo de documento, seu autor, o lugar e a época em que foi produzido.**

R: Trata-se de um documento iconográfico, um detalhe do Atlas Catalão, portulano atribuído ao judeu maiorquino Abraão Cresques, feito em 1375 e ofertado, como presente, pelo rei de Aragão ao rei da França. Os portulanos eram mapas produzidos entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna, contendo informações sobre a direção, a localização e as distâncias dos principais portos europeus e africanos.

b) **Que informações o Atlas Catalão traz sobre o continente africano? Como elas estão representadas?**

R: Além do contorno do litoral noroeste africano, podemos observar que estão identificados alguns portos. As informações sobre a África aparecem na forma de desenhos e pequenos textos, escritos em língua catalã. Pequenas construções indicam a presença de cidades, e em algumas delas, podemos notar os contornos característicos da arquitetura árabe. Mais abaixo é possível ver outras cidades, um conjunto de tendas e duas figuras humanas: um homem em seu camelo (meio de transporte imprescindível nas rotas comerciais transaarianas) e um rei sentado em seu trono. As figuras em tamanho maior (o conjunto de tendas e os dois homens) provavelmente indicam sua importância para quem elaborou o mapa.

c) **O homem à direita representa Mansa Musa, imperador do Mali que ficou conhecido à sua época (século XIV). À sua esquerda podemos ler a seguinte frase: “*Este senhor negro é aquele muito melhor senhor dos negros da Guiné. Este rei é o mais rico e o mais nobre senhor de toda esta parte, com abundância de ouro na sua terra*”. Descreva a representação de Mansa Musa e responda: qual teria sido a intenção do cartógrafo ao representá-lo dessa maneira.**

R: Mansa Musa está sentado em seu trono. Veste uma longa túnica; em sua representação se destacam uma coroa, sobre sua cabeça, um cetro em sua mão esquerda e uma pepita de ouro, na direita. Apesar da simplicidade de suas vestes e do fato de estar descalço, percebemos que o autor do atlas quis destacar as riquezas que Mansa Musa possuía. Interessante notar que o cetro, a coroa e o trono foram pintados à semelhança dos modelos europeus.

Gabarito:

1- A 3-D 5- B

Tema da aula: - A chegada portuguesa à Costa Ocidental e os primeiros contatos com os “Negros da Guiné” Segundo a Crônica de Gomes Eanes de Zurara (1453). Conteúdo relacionado com as Grandes Navegações Marítimas.

Atividades: 3

[...] O linguajar como componente essencial para penetrar no mundo dos negros, portanto, nesse momento mesmo sem compreendê-los os portugueses tentavam se comunicar, Zurara reconhece a diversidade de línguas entre os grupos que viviam na costa, o cronista nomeia de azaneguya de Zaara, língua falada na região habitada pelos povos azegueneses (negros de Jalof, onde começa a região da Guiné). “[...] o obstáculo linguístico fazendo-se sentir como uma das marcas da descontinuidade cultural com o Norte” (Horta, 1991, p. 78).

O texto traz alguns elementos da linguagem da população nativa africana como componente essencial para penetrar no mundo dos negros, com a chegada na região, os portugueses enfrentaram dificuldades em manter contato, principalmente relacionada à linguagem, com particularidades que os lusitanos não estavam acostumados. Sobre o assunto é correto afirmar que:

- a) O cronista, Zurara, reconhece a diversidade de idiomas dos grupos de africanos que viviam na Costa Ocidental, que não representava um obstáculo para adentrar na região.
- b) Os povos azegueneses viviam ao Norte da África, e eram superiores aos Jalof que se situavam na costa ocidental.
- c) A comunicação era essencial para o contato com os “Negros da Guiné”, os lusitanos tinham interesses em penetrar nesse mundo e obter acesso às riquezas da região.
- d) Os portugueses não deram importância ao fato de não conseguirem comunicar com os africanos, partindo para outra região que entendiam o idioma dos nativos.

2- Leia, atentamente os trechos a seguir e responda o que se pede:

Texto 1

Baseado nos relatos do cronista Zurara, encontramos referência aos aspectos das regiões, “Terra dos Mouros” e “Terra dos Negros”, termos usados para comparar e diferenciar os territórios africanos. Os habitantes do Norte da África, os mouros, também chamados de berberes, povos de pele mais clara, eram de várias etnias, tidos como escravos brancos, e o outro grupo de escravos negros, se referem aos negros guinéus, originários da África negra.

Texto 2

“Depois que passámos o Cabo branco, navegámos á vista delle por nossas jornadas até ao rio chamado do Senegal, que he o primeiro rio tia terra dos Negros, entrando por aquella Costa; o qual estrema os

Negros dos Pardos chamados Azenegues [berberes]; e parte tambem a terra seca e arida, que he o deserto sobredito, da terra fertil, que he paiz de Negros”. (CADAMOSTO, 1812, p.27).

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre a chegada portuguesa na Costa Ocidental africana, considere as afirmativas a seguir:

- I- O termo utilizado no texto “Terra dos Mouros” é melhor definido por: região que compreende o Egito, Península Arábica e Etiópia, como o espaço dominado pelo Islã.
 - II- No texto, os termos são usados para definir o local, mas sem relação com os povos que viviam na área.
 - III- O cronista português, Zurara, relatou em sua crônica, as diferentes características das regiões africanas, classificando o Norte como “Terra dos mouros” e a Costa Ocidental como a “Terra dos Negros”.
 - IV- No texto de Cadamosto, o Rio Senegal é a referência para o início da região conhecida como a “Terra dos Negros”, assim como as terras férteis, diferenciando da aridez do deserto.
 - V- Os berberes, também conhecidos como escravos brancos, eram superiores e dominavam a região que viviam.
- a) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras
 - b) Somente as afirmativas II e IV são falsas
 - c) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras
 - d) Somente as afirmativas IV e V são falsas

3- No capítulo VII da crônica de Guiné, Zurara relata as razões pelas quais D. Henrique manda buscar as terras de Guiné.

“E a segunda, foi porque considerou que, achando-se em aquelas terras algumas povoações de cristãos, ou alguns tais portos em que, sem perigo, pudessem navegar, se poderiam para estes Reinos trazer muitas mercadorias que se haveriam de bom mercado”, [...]

“A terceira razão foi porque se dizia que o poderio dos mouros daquela terra de África era muito maior do que se comumente pensava; e que não havia, entre eles, cristãos [...] a querer saber o poder de seu inimigo, [...] conhecer até onde chegava o poder daqueles infiéis.

“A quarta razão foi porque de 31 anos que havia que guerreava os Mouros, nunca achou rei cristão [...]. Queria saber se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos [...] que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé.

“A quinta razão foi o grande desejo que havia de acrescentar em a santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar, por salvação das almas perdidas, [...]

HORTA, J. da Silva. **Primeiros olhares sobre o africano do Sara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV-inícios do século XVI)** p. 73 e 74.

Leia atentamente e encontre a afirmativa correta de acordo com os motivos que levaram o infante a investir nos territórios da Guiné:

- a) Os impulsos fundamentais por trás do que se conhece como o expansionismo português do século XV, sem dúvida, surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos e políticos.
- b) Os ibéricos foram bem-sucedidos nas conquistas e tomaram a dianteira na organização da expansão marítima portuguesa porque seus governantes estariam seguindo um plano consistente e programado de acordo com os interesses da Santa Sé.
- c) Um fator importante para alcançarem os objetivos foi o fato de Portugal ter sido um reino unido ligado a Castela, durante todo o século XV.
- d) Os objetivos do Reino de Portugal estão relacionados somente às questões econômicas, pois visava o enriquecimento com produtos retirados dos territórios africanos.

4- Leia o texto a seguir, que se refere à chegada dos primeiros cativos no Reino português:

“E assim trabalhosamente os acabaram de partir; porque, além do trabalho que tinham com os cativos, [...] O infante era ali, em cima de um poderoso cavalo, acompanhado de suas gentes, repartindo suas mercês como homem que de sua parte queria fazer pequeno tesouro. Porque de 46 almas que aconteceram no seu quinto, mui breve fez deles sua partilha, pois toda a sua principal riqueza estava em sua vontade, considerando com grande prazer na salvação daquelas almas que antes eram perdidas. E certamente que seu pensamento não era vão, pois como já dissemos, logo que haviam conhecimento da linguagem, com pequeno movimento se tornavam cristãos.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Capítulo XXV, p. 132 (grafia atualizada para essa atividade).

Baseado nos relatos da Crônica de Guiné, Zurara descreve uma estratégia de justificação da escravatura, sobrevalorizando a alma sobre o corpo. Podemos concluir que:

- a) Os portugueses salvavam os africanos quando os retiravam da sua terra, a perdição das almas é mais importante do que a própria conservação da vida em cativeiro.

- b) Condenavam o enriquecimento por meio da escravidão, contrariando os citados “interesses econômicos” dos europeus, que se firmavam como fornecedores de mão de obra escrava para o reino português.
- c) Os nativos eram desprovidos de raciocínio e, quando encontrados pelos portugueses, não podiam continuar vivendo nas condições de miséria.
- d) As incursões enviadas pela Coroa portuguesa não tiveram sucesso na captura dos cativos, retornando a Portugal com outras mercadorias encontradas nos territórios africanos.

5- Neste primeiro retrato do africano, ser negro não acarreta uma desvalorização global de homem, detectável noutros níveis de representação: é antes saliente a conotação positiva da cor negra do horizonte religioso, pela associação à categoria de Gentio. O próprio tópico bíblico da maldição da geração de Cam, cuja interpretação medieval terá uma longevidade assinalável na legitimação da escravatura do africano [...] os guinéus são considerados mais poderosos que os mouros, [...] verificada a impossibilidade de manter uma política dominante de saque e de confronto físico com o africano.

Sobre os “negros da Guiné”, pode-se afirmar que:

- a) Nas sociedades africanas existiram relações de desvalorização entre os guinéus e os negros da Costa Ocidental africana.
- b) É atribuída aos Mouros do Norte uma posição superior na hierarquia e está associada à categoria de Gentio.
- c) Os guinéus foram considerados mais poderosos que os mouros, além de terem a sua cor negra relacionada à maldição de Cam, que será usada para legitimação da escravatura.
- d) Os primeiros confrontos entre portugueses e os negros guinéus foram pacíficos e os africanos permitiram a exploração dos europeus.

6- [...] depois de alguns anos de contato com as populações negras da Senegâmbia e da alta Guiné, os portugueses compreenderam que podiam obter escravos de maneira mais fácil e mais conveniente por meio de trocas pacíficas com os chefes e mercadores locais. Nunca faltaram, naquele tempo e mais tarde, africanos dispostos a vender seus semelhantes a traficantes europeus, quer fossem criminosos condenados, prisioneiros de guerra ou vítimas de feitiçarias.

Após a leitura do texto encontre a afirmativa correta:

- a) Os negros são bárbaros e, portanto, deve-se dominá-los pela força a fim de tirá-los da selvageria.

- b) Os diversos grupos de população negra da Guiné eram capturados e vendidos nos mercados portugueses.
- c) Os portugueses obtinham escravos com facilidade, por meio de trocas pacíficas com os chefes e mercadores locais. A região da Senegâmbia foi a primeira área de retirada de cativos levados para o reino e mais tarde para o Novo Mundo.
- d) Os portugueses fizeram incursões bem-sucedidas pelo interior do continente, dominaram culturas e eliminaram a necessidade de escravização dos africanos.

GABARITO:

1- C 2- C 3- A 4- A 5- C 6- C